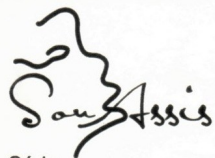


Escrever sobre a economia solidária é algo que me proporciona imenso prazer, pois é um tema que traz empoderamento social, humano e ambiental, tão esquecido ultimamente, mas que busquei resgatar de forma simples, objetiva e prática na escrita de minha tese de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com término em 2015, a qual me ajudou no ensino de disciplinas e como professor universitário engajado em causas sociais e de enfrentamento das desigualdades sociais.

Da apresentação.



Série
Teses - 1

2019008 | LS - PD

Publicação sem fins lucrativos

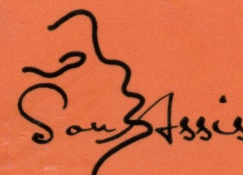


Sapé | Paraíba | Brasil

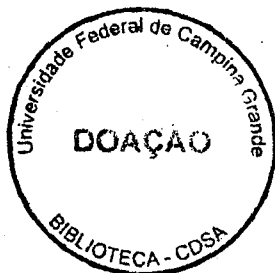
Série **Teses**, 1

Autogestão na economia solidária

**Luiz
Antonio
Coêlho
da Silva**



Série Tese, v. 1



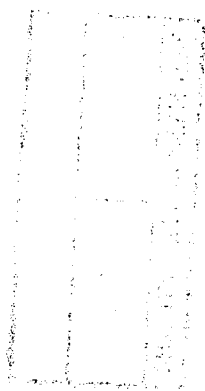
AUTOGESTÃO na ECONOMIA SOLIDÁRIA

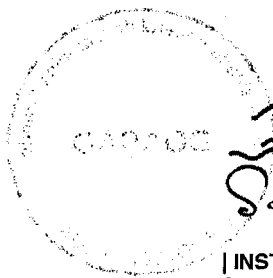
**Metodologias e práticas
coletivas na formação
de atores sociais**

LUIZ ANTONIO COELHO DA SILVA

354
5 11

UFCG-BIBLIOTECA

A faint, rectangular stamp is located in the bottom right corner of the page. It appears to be a library or archival mark, but the text within it is illegible due to fading.



Sou Assis

| INSTITUTO SOU ASSIS

Somos uma associação editorial formada por professores/as da Educação Básica e do Ensino Superior, cujo objetivo é a democratização do livro e da leitura.

CNPJ 32.403.532/0001-66

CONSELHO GESTOR

| Dr. Assis Souza de Moura, Presidente
/ Me. Guinaldo da Costa Lira Júnior, Presidente Adjunto
/ Esp. Ediniede Dias de Aquino, Secretária

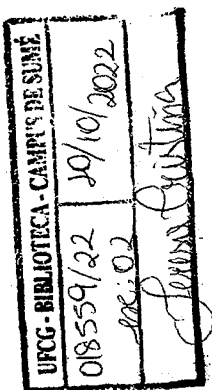
CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO (2019-2022)

| Assis Souza de Moura, doutor
| Joel Martins Cavalcante, mestre
| Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues, doutora
| Luiz Antonio Coêlho da Silva, doutor
| Ozonias de Oliveira Brito Junior, mestre

CONSELHO EDITORIAL (2019-2022)

| Allan Jones Andreza Silva, mestre
| Assis Souza de Moura, doutor
| Edilson Ricardo da Silva, mestre
| Edileuza Ricardo da Silva, especialista
| Geovanna Cristina Falcão Soares Rodrigues, doutora
| João Batista Teixeira, doutor
| Joel Martins Cavalcante, mestre
| José André Francisco Filho, especialista
| José Romário Araújo da Silva, mestre
| Klauber Jorge Canuto, especialista
| Luiz Antonio Coêlho da Silva, , doutor
| Ozonias de Oliveira Brito Junior, mestre
| Vanessa Vera do Nascimento, especialista

Os membros dos Conselhos Gestor, Técnico-científico e Editorial são voluntários/as e, em hipótese alguma, recebem qualquer remuneração para o desempenho de suas atividades. **Os textos são de inteira e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as.** Os/as organizadores/as **não respondem** pela originalidade dos textos assinados.

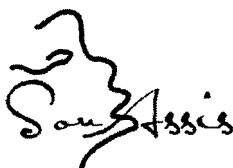


Série Teses, v. 1

AUTOGESTÃO na ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Metodologias e práticas
coletivas na formação
de atores sociais**

LUIZ ANTONIO COELHO DA SILVA



Sapé – PB | 2019

Copyright © 2019 by **Autor**

Todos os direitos reservados. Texto de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, exceto em citações. **O texto é de responsabilidade exclusiva do/a autor/a.**

Série **Teses** | Volume 1

Organização da série: **Assis Souza de Moura e Luiz Antonio Coêlho da Silva**

Título da obra: **Autogestão na economia solidária: Metodologias...**

Autor: **Luiz Antonio Coêlho da Silva**

| Recebido em agosto de 2019.

| Aprovado em setembro de 2019.

| Publicado em dezembro de 2019.

Edição | **Instituto SouAssis**

Editoração eletrônica | **Assis Souza de Moura**

Coordenação editorial | **Ozonias de Oliveira Brito Junior**

Revisão de linguagem: **Autor**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586a Silva, Luiz Antonio Coêlho da.

Autogestão na economia solidária: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais / Luiz Antonio Coêlho da Silva. – Sapé: Instituto Sou Assis, 2019.

352p.

ISBN – 978-65-80169-08-5

1. Economia solidária, 2. Autogestão, 3. Metodologias. – I. Título.

CDD: 330

19-08

Índices para catálogo sistemático:

Epistemologia da pesquisa – Economia Solidária - Autogestão

Impresso no Brasil | Impreso en el Brasil | Printed in Brazil |
Imprimé au Brésil | Gedruckt in Brasilien | Stampatp in Brasile

Foi feito o depósito legal | Primeira edição: dezembro de 2019.

Para citar esta obra:

SILVA, L. A. C. **Autogestão na economia solidária: Metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais.** Sapé (PB): Instituto Sou Assis, 2019.

A autogestão na economia solidária demonstra que é possível sim administrar empreendimentos desta natureza de forma cooperada, coletiva e preocupada com o protagonismo do humano em todo o processo produtivo, que vai desde a criação da ideia até a venda do produto final nos mais diversos mercados.

Sendo assim, quero agradecer a Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários da Universidade Federal de Campina Grande, a minha irmã Ana Cecília Coêlho e a minha mãe que sempre me apoiam, e a minha orientadora de tese, a doutora Irene Alves de Paiva, que muito contribuiu para a escrita da minha tese e formas de pensar criticamente sobre este tema.

É fundamental que se repense as práticas de gestão nos empreendimentos solidários para que se alcance melhores resultados e maior satisfação humana, pois só assim teremos aumento no quantitativo destes negócios, além de sua maior valorização social e humano para os seus cooperados ou associados, que clamam por melhorias sociais, econômicas, políticas, ambientais e educacionais. Clamam por uma nova economia, a economia solidária, uma das saídas para uma sociedade melhor!

Do autor

APRESENTAÇÃO

Escrever sobre a economia solidária é algo que me proporciona imenso prazer, pois é um tema que traz empoderamento social, humano e ambiental, tão esquecido ultimamente, mas que busquei resgatar de forma simples, objetiva e prática na escrita de minha tese de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com término em 2015, a qual me ajudou no ensino de disciplinas e como professor universitário engajado em causas sociais e de enfrentamento das desigualdades sociais.

O título da minha tese foi “AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: metodologias e práticas coletivas na formação de atores sociais”, com pesquisa realizada num grupo de mulheres (associação) que trabalhavam basicamente com a reciclagem de garrafas para a sua sustentação, mas que no íntimo resgatavam vidas, sonhos e desejos.

É necessário entender que esta nova economia e a forma de gerir os empreendimentos solidários conduzem a processos de aprendizados e trocas de experiências constantes, provocando transformações sociais e mudanças de vida dos atores sociais.

SUMÁRIO

7

Apresentação

9

Introdução

29

Considerações sobre a sociedade global, as mudanças no mundo do trabalho e a Economia Solidária

133

Reflexões sobre a autogestão e a contextualização das incubadoras solidárias, com ênfase na IUEES/UFCG

207

As experiências de formação: metodologias e práticas coletivas

321

Considerações finais

335

Referências

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a Autogestão, tendo-se como campo empírico ou objeto da pesquisa a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) e o empreendimento Centro de Arte em Vidro (CAVI), com relação à adequação ao uso de metodologias e práticas de ação adequadas aos conceitos de Autogestão. Sendo assim, fez-se uma análise da gestão da IUEES, localizada no *Campus* de Campina Grande/PB, a 130 km da capital, João Pessoa, no estado da Paraíba, além de breve descrição e caracterização do empreendimento das catadoras de resíduos sólidos em Campina Grande/PB – CAVI, contemplando a formação dos atores sociais no princípio da Autogestão, através das metodologias e práticas de ação adotadas pela incubadora.

A Autogestão é uma forma de gestão onde não existe hierarquia de cargos, individualização dos ganhos, exploração do trabalho, minimização da valorização do trabalhador, mas sim com as sobras divididas por todos, a divisão das tarefas, o rodízio de funções, a valorização profissional e pessoal do

trabalhador e a menor exploração da força de trabalho possível.

Neste trabalho, pretendeu-se contextualizar a Economia Solidária, sua origem, experiências, concepções e suas perspectivas. E assim analisar se a gestão da IUEES/UFCG (representada pelos acadêmicos, professores, técnicos administrativos e pesquisadores) segue a Autogestão, a partir de suas metodologias e práticas de ação do seu trabalho, tanto na própria incubadora como na gestão do empreendimento incubado.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as metodologias e práticas de ação desenvolvidas pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) para compreender o processo de formação dos seus atores sociais no princípio da Autogestão.

Quanto aos objetivos específicos, têm-se: 1. Averiguar o tipo de gestão utilizado pela Incubadora Universitária da UFCG, através da apropriação do princípio da Autogestão em suas práticas e ações coletivas; 2. Identificar a apropriação do princípio da Autogestão pelo empreendimento econômico solidário CAVI da IUEES/UFCG, a partir de suas práticas e ações; 3. Verificar as mudanças de vida do grupo CAVI depois do trabalho da incubadora; 4. Descrever os

vínculos sociais gerados com o trabalho da IUEES/UFCG para perceber os aprendizados sociopolíticos dos atores sociais.

Neste contexto, a problemática do estudo é: *Como o princípio da Autogestão é apropriado e vivenciado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande e pelo seu empreendimento econômico solidário CAVI?*

A hipótese central deste estudo é o de que a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG possui uma gestão social, seguindo os princípios e valores da Autogestão na incubação do empreendimento CAVI, e para isso utiliza de suas metodologias e práticas de ação na formação de seus atores sociais na Economia Solidária.

Este trabalho se justifica: 1. Pela curiosidade do pesquisador a respeito da temática Autogestão, considerando sua prática em lecionar disciplinas como Economia Solidária e Autogestão nos cursos de Tecnologia Superior em Gestão Pública e em Agroecologia da Universidade Federal de Campina Grande e na Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano (EJA ECOSOL) da UFCG, buscando provocar nos discentes os questionamentos necessários para

que se tornem cidadãos críticos e responsáveis pela melhoria social; 2. Pela sua importância como alternativa de diminuição da exclusão social, de libertação do trabalhador, da diminuição da exploração, do papel da Economia Solidária como uma nova economia e do crescimento do trabalho e da renda propiciado por empreendimentos autogestionários; e 3. Pela possibilidade dos resultados e conclusões obtidos com esta pesquisa poderem servir de base para novos questionamentos e estudos futuros, haja visto que são provisórios e complexos.

Os estudos do pesquisador sobre a Economia Solidária e a Autogestão começaram em 2009 quando era aluno da Especialização em Economia Solidária e Autogestão na Universidade Federal de Campina Grande, sendo concluída em 2010. Nesta pós-graduação, o pesquisador escreveu seu trabalho de conclusão de curso sobre a reestruturação produtiva e a Economia Solidária. Anos depois, o pesquisador tornou-se professor da UFCG e teve a oportunidade de criar a disciplina Economia Solidária para os cursos de Tecnologia Superior em Agroecologia e em Gestão Pública no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande, no *Campus* de Sumé – Paraíba, onde ministrou temas como a reestruturação produtiva, a Autogestão, a

Economia Solidária, a gestão social, a gestão das associações e das cooperativas no movimento de Economia Solidária e as possibilidades de crescimento desta economia.

O pesquisador foi ainda professor do curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano no período de 2011-2013 em três *campi* da Universidade Federal de Campina Grande (Campina Grande, Patos e Sumé), lecionando as seguintes disciplinas: “Autogestão e o cooperativismo, uma perspectiva histórica” e “Gestão e planejamento de empreendimentos econômicos solidários”, em Patos/PB, a disciplina “Gestão e planejamento de empreendimentos econômicos solidários”, em Campina Grande/PB e as disciplinas “Gestão e planejamento de empreendimentos econômicos solidários” e “Tecnologia social e desenvolvimento sustentável”, em Sumé, na Paraíba. Com isto, pode observar, teoricamente e através de experiências e troca de saberes com as turmas, a compreensão da Economia Solidária, suas teorias e suas perspectivas de crescimento, o que fez o pesquisador se engajar na necessidade de maiores estudos sobre o tema, contribuindo para a difusão da Economia Solidária na Paraíba. Esta especialização está em processo de seleção de alunos para

2015, com duzentas vagas, para as cidades de Sumé, Cuité, Cajazeirinhas e Campina Grande, todas na Paraíba.

Seguindo este paradigma, há a necessidade de alcance de novas ferramentas para a avaliação da gestão dos empreendimentos solidários, além da obtenção de novos estudos sobre esta temática no ambiente acadêmico. Portanto, são necessárias reflexões teórico-metodológicas sobre a importância da criação e manutenção destes empreendimentos para os seus associados, que podem ou pelo menos devem proporcionar melhoria do bem estar e favorecimento da situação econômica de várias famílias que vivem da Economia Solidária e do que ela gera em suas vidas, mas também como forma de aprendizado e trocas de experiências regadas a solidariedade, a educação, a igualdade e a cooperação na Autogestão. Portanto, o valor social deste estudo pode ser considerado na importância de compreender o processo de gestão da IUEES/UFCG e da formação dos atores sociais, onde se capta percepções a respeito da Autogestão, que pode proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos grupos envolvidos ou até mesmo manter a alienação do trabalhador que ocorre na economia capitalista, servindo apenas de suporte ou fortalecimento do capitalismo. É importante frisar que o simples fato de um empreendimento ou incubadora fazer parte do movimento de

Economia Solidária não o credencia a ser tido como negócio solidário, pois muitas vezes apenas mascara realidades, a exploração dos atores e a precarização do trabalho.

1.1 BASES METODOLÓGICAS E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Uma pesquisa de cunho social envolve variáveis objetivas e subjetivas (Autogestão, formação dos atores sociais, número de empreendimentos, dentre outras), as quais foram contempladas neste trabalho. Tais variáveis abordam metodologias próprias do saber, enfocando a Autogestão e a Economia Solidária através do campo de análise estudado, num período de tempo determinado e seguindo critérios de escolha e acessibilidade do pesquisador.

Quanto ao período da pesquisa, nosso objeto tem um recorte temporal entre janeiro de 2012 e novembro de 2014. Este recorte de tempo foi escolhido devido à aproximação do pesquisador com a incubadora, pois sendo professor do curso EJA ECOSOL e tendo atuado na elaboração e desenvolvimento das ementas das disciplinas, obteve várias experiências, além das pesquisas terem sido realizadas em documentos que se encontravam na incubadora visitada pelo pesquisador. Participou ainda de reuniões na incubadora,

visitas ao CAVI, treinamentos e demais atividades da IUEES, no período supracitado. Porém, vale enfatizar que houve a seleção e apropriação de matérias, documentos e fotos anteriores a este período, para que, assim, tivéssemos uma melhor visão a respeito da gestão, da Autogestão da incubadora e das transformações positivas ou negativas que os processos de incubação causam na vida dos atores sociais, dependendo da condução do processo de Autogestão.

Metodologicamente, este estudo pode ser classificado em exploratório-descritivo, analítico, de enfoque qualitativo, visando contribuir para o debate teórico empírico da temática em questão. Será utilizada a análise da Incubadora e o seu comportamento enquanto ator social capaz de formar os sujeitos que compõem o empreendimento CAVI. Assim, as informações qualitativas serão tratadas através da análise de conteúdo e por meio da observação direta das ações da gestão da Incubadora, percebendo o que os atores sociais acreditam ser o tipo de gestão utilizado; enquanto as quantitativas serão feitas com o uso da estatística descritiva. Utilizar-se-á a metodologia qualitativa com a coleta de dados feita com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, aplicadas junto aos membros do CAVI; a seleção e a leitura da bibliografia relacionada ao

objeto de estudo; o levantamento, a organização e a análise documental; pesquisas de campo, com visitas aos empreendimentos (observação participante); levantamento de dados primários e secundários (regimentos, editais, resoluções, demonstrativos); participação em reuniões e observação direta da gestão da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG.

Assim, de acordo com Gil (2002, p. 42), um estudo descritivo remonta à “descrição das características de determinada população ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ou seja, descreve-se o fato de forma bastante detalhada, expondo todas suas peculiaridades, o que foi mostrado na descrição dos ambientes da pesquisa, das pessoas e de suas atividades, enquanto protagonistas dessa história nos empreendimentos solidários.

Quanto ao instrumento *entrevista*, para Marconi e Lakatos (2010, p. 278), “trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado. O papel de ambos pode variar de acordo com o tipo de entrevista. Todas elas têm um objetivo”. Ou seja, foram obtidas informações importantes e experiências de vida que contribuíram para a pesquisa, as quais foram captadas pelas entrevistas com as oito recicladoras do CAVI e

com alguns alunos bolsistas da incubadora, além de falas e depoimentos da coordenadora da IUEES.

Têm-se como principais autores utilizados nesta pesquisa: Antunes (2001), que falou da precarização do trabalho e de suas transformações; Arroyo e Schuch (2006), que trazem conceitos de Economia Solidária e suas características; Bourdieu (1974), expondo a importância do *habitus* que a Economia Solidária pode ter, além do capital social e cultural; Castells (1999), sobre a sociedade em rede e as suas peculiaridades; Castel (1998), que enfatiza a importância do trabalho como referência central; Freire (2014), visualizando a questão do opressor-oprimido e a emancipação dos atores sociais através da educação popular; Gohn (2011), sobre a importância dos movimentos sociais para a formação de qualquer grupo coletivo; Leite (2009), que faz uma crítica à inserção dos empreendimentos solidários no mercado e demonstra os princípios autogestionários; Marx (2006), sobre o capitalismo e suas consequências; Faria (2005) sobre a trajetória da Autogestão e o funcionamento dos empreendimentos autogestionários; Sen (2010), sobre o verdadeiro desenvolvimento; Singer (2002), sobre a contextualização da Economia Solidária; Souza (2009), sobre o neoliberalismo; e Wanderley (2010), sobre a educação popular.

Houve a investigação da IUEES/UFCG, com breve descrição e caracterização de um de seus empreendimentos incubados (As catadoras de resíduos sólidos em Campina Grande/PB), seguindo os critérios estatísticos de amostragem nos empreendimentos incubados, pesquisando cerca de 100% dos membros do CAVI. Assim, é bom deixar claro que fizemos o acompanhamento de dois processos de formação dos atores sociais diferentes (IUEES e CAVI).

Nesta pesquisa, foi incluída, devido aos critérios de acessibilidade e tempo, apenas a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) e o empreendimento solidário CAVI, mas com estágios de desenvolvimento bem diferentes: a incubadora em estágio de amadurecimento e um empreendimento junto à comunidade do Mutirão de catadoras de resíduos sólidos, que está em estágio avançado de desenvolvimento, mas com várias contradições. Sendo assim, os empreendimentos incubados ou projetos anteriores a esta pesquisa foram excluídos da análise.

As entrevistas semiestruturadas serviram de base para sua vinculação com a hipótese do trabalho, as quais foram feitas com os associados do empreendimento incubado

CAVI, sendo gravadas e escritas, com anotações no diário de campo do pesquisador.

As visitas à Incubadora ocorreram semanalmente pelo pesquisador, além da participação como observador em duas reuniões feitas de forma mensal com os membros da Incubadora (professores, acadêmicos e pesquisadores), além de visitas ao empreendimento CAVI e das conversas informais com os atores sociais envolvidos na IUEES e no CAVI.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados livros, revistas e periódicos especializados, *sites*, monografias, artigos de jornais, leis, regimentos, observação participante, análises de documentos, visitas *in loco*, reuniões com incubados e a equipe de trabalho da IUESS/UFCG formada por bolsistas e voluntários, e estudo *in lócus* com anotações no diário de campo do pesquisador.

Com isso, a análise foi feita de forma objetiva sobre a IUEES/UFCG e o CAVI para verificar a apropriação e vivência do princípio da Autogestão em suas metodologias e práticas de ação coletiva na formação dos atores sociais. Lembra-se sempre que a Incubadora deve vivenciar, transmitir, ensinar e construir os aprendizados do princípio da Autogestão nos seus empreendimentos ou projetos, considerando os conhecimentos acumulados (conhecimento popular) pelos

associados. Inicialmente, foram caracterizados os sujeitos ou atores sociais que compõem esses empreendimentos, e como estes elaboram e executam suas ações nas práticas cotidianas ligadas à Autogestão. Por isto, houve a descrição de todo o processo produtivo do CAVI e o conjunto de instrumentos utilizados para buscar a formação dos atores sociais no princípio da Autogestão, ou seja, a produção dos artefatos de vidro reciclados pela organização incubada como forma de entendimento para a compreensão do nível de apropriação das práticas solidárias e autogestionárias pelos sujeitos, além da análise das mudanças sociais, políticas, educacionais e econômicas dos atores sociais do projeto.

A análise de dados tomou por base a realidade local onde está inserida a IUEES/UFCG e os seus empreendimentos incubados, além de considerar o comportamento da incubadora e seus empreendimentos quanto ao empoderamento¹ do princípio da Autogestão, que considera a democracia, a solidariedade e a igualdade como

¹“Embora a palavra *Empowerment* já existisse na Língua Inglesa, significando “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas, o conceito de Empoderamento em Paulo Freire segue uma lógica diferente. Para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer” (VALOURA, 2006, p. 2).

pilares fundamentais para uma verdadeira Autogestão. O processamento destes dados se deu através de programas de informática, como o *Word* e o *Excell*, e do uso de estatística descritiva.

Para a análise dos dados, recorreu-se ao método dialético e à análise de conteúdo. Neste contexto, o processo de análise de conteúdo consiste na organização e catalogação dos dados coletados com análise interpretativa do campo e de toda a pesquisa (TRIVINÓS, 1995). Interpretaram-se os dados através do olhar do pesquisador, considerando o princípio da Autogestão como a mola propulsora na formação dos atores sociais.

Para Bardin (1995), ao se ter os dados coletados, ter-se-á a fase da análise, com base no processo teórico-metodológico para analisar dados e informações referentes ao objeto de estudo, fazendo-se uma prévia análise e a catalogação das informações, e, para isto, utilizou-se a análise de conteúdo das falas, das conversas e demais informações geradas nos mais diversos espaços de formação na incubadora, inclusive em conversas informais.

Neste estudo, foram analisados indicadores da IUEES como a formação para a extensão e as reuniões para averiguar quais as metodologias e práticas de ação são utilizadas pela incubadora para aplicar à Autogestão em sua

gestão e na administração do CAVI. Assim, verifica-se que os indicadores são tidos como medidas provenientes de conceitos que unem a teoria e a prática, através dos dados empíricos coletados (JANUZZI, 2006). Neste estudo, os indicadores selecionados se direcionam para a Autogestão da incubadora, podendo ser qualitativos ou quantitativos. De forma detalhada, analisou-se o princípio da Autogestão apropriado e vivenciado pela IUEES e o CAVI, que deveria ser seguido, considerando a emancipação dos atores sociais como seu único fim.

É bom salientar que as incubadoras de empreendimentos solidários devem buscar o fortalecimento de empreendimentos autogestionários, propiciando a geração de trabalho e renda para as classes excluídas socialmente. Para isto, deve se utilizar de ações de sensibilização, capacitação, assessoria, treinamentos, formações, palestras, oficinas, unindo o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando aumentar a relação universidade-sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e em prol da transformação social.

Sabe-se que as questões éticas devem ser consideradas em pesquisas qualitativas e/ou quantitativas, o que permeou todo este trabalho, sem precisar nomes (os nomes dos entrevistados não foram utilizados, mesmo com

autorização da pessoa), para manter a legitimidade e a legalidade do estudo. Com isto, o autor desta obra buscou dar total garantia da preservação dos dados, da confidencialidade e do anonimato dos indivíduos contemplados pela pesquisa (professores, discentes, pesquisadores e associados). E, para isto, foi entregue a IUEES o termo de compromisso (assinado pela orientadora), termo de autorização de uso de imagem na IUEES e no CAVI e o termo de concordância com a pesquisa (assinado pela orientadora e pelo orientando), que servem de garantias éticas e científicas da pesquisa, seguindo os rigores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1.2 OS PROTAGONISTAS DO TRABALHO

Os protagonistas deste trabalho são os atores sociais que compõem a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG), composta por docentes, discentes, técnicos administrativos e pesquisadores da UFCG, e principalmente, os membros do empreendimento Centro de Arte em Vidro, onde visou-se o processo de formação dos atores sociais no princípio da Autogestão, através das metodologias e práticas de ação adotados pela incubadora do estudo.

Os nomes dos membros da IUEES e dos associados incubados foram suprimidos para que não haja comprometimento ético na pesquisa.

Por motivo de anonimato e não exposição dos verdadeiros nomes das mulheres artesãs as denominamos de codinomes de flores ou como AVNI, pois na comunidade é muito comum o cultivo de flores. Os nomes das flores são: Gardênia, Tulipa, Hortênciã, Íris, Sempre Viva, Girassol, Bem Me Quer, AVNI (Em homenagem a sigla OVNI, Objeto Voador Não Identificado e significa – Artefato Vítreo Não Identificado), que foi criada pelos discentes da IUEES e pelo grupo.

Vale enfatizar que algumas peças não possuem nome, que as peças confeccionadas por estas mulheres servem para decoração, petisqueira ou boleira e que as peças têm selo próprio - CAVI (ver selo nas fotografias das peças).

Observa-se, portanto, que o protagonismo da pessoa na Economia Solidária é um dos seus princípios basilares que devem ser respeitados, não se esquecendo da valorização do meio ambiente, da solidariedade, da sustentabilidade e dos valores éticos e morais.

1.3 DIVISÃO DA OBRA E AS SUAS ABORDAGENS TEÓRICAS

O trabalho está dividido em introdução, três capítulos de fundamentação teórica, considerações finais, referências e apêndices.

A introdução aborda os principais objetivos do trabalho, problemática, hipótese, justificativa e a metodologia da pesquisa de forma detalhada para o alcance dos objetivos.

O primeiro capítulo traz uma reflexão acerca da Economia Solidária dentro do contexto da sociedade global, como forma de luta e de vida, aumento da solidariedade, diminuição do desemprego estrutural e a exclusão social, utilizando-se dos principais pilares da Economia Solidária – a Autogestão e a Educação – que remetem à formação de atores sociais mais críticos e menos explorados pelo sistema capitalista.

O segundo capítulo traz a gestão da Autogestão e a contextualização histórica das incubadoras universitárias do Brasil, pontuando sua importância e suas particularidades, além de um panorama histórico sobre a incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba e um recorte do

empreendimento Centro de Arte em Vidro, que constituem um dos objetos do nosso estudo, seguido da IUEES.

Finalmente, o terceiro capítulo aborda as metodologias e práticas de ação coletiva na formação dos atores sociais da IUEES e do empreendimento incubado CAVI, enfatizando a gerência destes empreendimentos através da possibilidade de igualdade, solidariedade e democracia em todas as esferas do processo de gestão, onde a exploração não deve mais fazer parte do dia a dia das entidades; expondo ainda as mudanças que ocorreram com os atores sociais do projeto, os vínculos sociais gerados e a formação destes atores nos princípios autogestionários e solidários, através de cursos, palestras, treinamentos, seminários, reuniões e visitas e demais ações que possam contribuir para a sua emancipação.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE GLOBAL, AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

“Solidariedade é uma palavra saborosa que vale como aposta radical na generosidade do ser humano e em sua capacidade de ver o semelhante, o outro, como parceiro e amigo – não como rival e competidor”. (Paul Singer)



As transformações ocorridas em todo o mundo, nas mais diversas esferas do conhecimento, foram proporcionadas pelas mudanças do setor industrial e de serviços, demonstrando necessidades urgentes de um

realinhamento do mercado de trabalho, que passou por impactantes mudanças, desde o uso de novos equipamentos e matérias-primas até a qualificação da mão de obra, gerando resultados cada vez mais produtivos, com menos empregados e maior uso de tecnologias.

Com isto, as inovações tecnológicas e as criações do mundo digital trouxeram ao mercado de trabalho formas de produção jamais vistas, com enfoque na produção e no consumo descartável dos produtos, que passam a ser fabricados em maior velocidade e com graus de qualidade duvidosos para satisfazer clientes cada vez mais exigentes e atentos à relação custo-benefício do produto.

Neste contexto, a sociedade global adaptou-se às exigências de um mercado de consumo cada vez mais rigoroso e com empresas competitivas em busca de novas vendas, e conseqüentemente, de maiores lucros. Porém, este mercado neoliberal possui um discurso e uma concepção que apregoam melhorias e preocupações sociais, mas na realidade tais conclames não se confirmam.

Vale ressaltar que o sistema capitalista, para Marx (2006), tem como fundamento a formação social e a exploração do trabalho da classe que apenas tem como propriedade sua mão de obra. E, compreende-se assim, que com isto, abrem-se possibilidades para fazer (res)surgir uma

nova proposta de vida, com anseios sociais, democráticos e humanos, outra economia, com um novo olhar econômico e social, denominada de Economia Solidária, onde a valorização do ser humano está acima de qualquer valor econômico, tendo como fundamento mais importante a Autogestão, o processo produtivo e a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

A sociedade capitalista passa por muitas transformações econômicas, culturais, políticas e sociais, mas possui como ponto em comum entre as nações a questão da busca por entrelaçamentos e junções em suas empresas, pensamentos e ações, mesmo que muitas vezes contraditórios e com interesses individuais, mas visando sua manutenção.

Ao se falar de sociedade mundial ou global, Libâneo (1993) expõe que esta é uma categoria em constante formação, que abrange uma variedade de sociedades contemporâneas, a leste e a oeste, pobres e ricos, centrais e periféricas, desenvolvidas e subdesenvolvidas, dependentes e agregadas. Todavia, mesmo com estas sociedades tendo diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais é possível se distinguir estruturas, relações e processos semelhantes. Ainda, para este autor, a sociedade global caminha para uma total transnacionalização das instituições econômicas,

culturais ou sociais no mundo, que alterou sobremaneira as formas de viver, trabalhar, pensar e sentir das pessoas, grupos e classes, modificando também as formas de alienação e de emancipação de grupos, etnias, raças etc. Têm-se, portanto, como componentes da sociedade global: a revolução informacional (que modifica a vida das empresas, que empregam novas tecnologias e mais rapidez nos processos de trabalho) e o poder dos donos das conquistas eletrônicas, a formação do sistema financeiro mundial, a centralização e concentração do capital, o poder das multinacionais, o uso do inglês como língua universal e o predomínio da ideologia e da política neoliberal no mundo.

Quanto ao conceito de sociedade global, Tellaroli & Albino (2007, p. 2) dizem que este foi cunhado por G. Guervitch, em 1950; apesar de o processo de globalização não estar evidente na época, havia a ambição de compreender os fenômenos sociais e os Estados. No entanto, mesmo uma ideia de 1950 continua bem atual, onde a globalização acentuada pelas inovações tecnológicas faz com que as regiões locais participem de fenômenos agora globais (de consumo e midiáticos), fazendo prevalecer às especificidades regionais.

Assim, observa-se que a sociedade global possui ideais que são apropriados pelos países como sendo o único

caminho, seguindo culturas, línguas de outras nações ricas, o que na prática apenas significa a perda da cultura original, de emprego e de identidade destas nações que passam a ser meras repassadoras de costumes alheios no capitalismo.

Para Castells (2013), o capitalismo passa por uma profunda reestruturação que teve sua origem na revolução informacional ou revolução tecnológica da informação, com início na década de 1970, nos Estados Unidos, fazendo aparecer um novo modelo produtivo denominado de informacional, onde o conhecimento deixa de ser uma mera ferramenta e passa a ser aplicado a um processo a ser desenvolvido, com características centrais como: tecnologias que agem sobre a informação, a criação das redes, a flexibilidade, a reestruturação das organizações sociais e a convergência das tecnologias para um sistema integrado. Para este autor, a revolução informacional proporcionou o surgimento de uma nova economia diferente da economia industrial, com o capitalismo passando a ser informacional e global. A economia funciona agora em tempo real, com moedas e economias interdependentes, além das constantes transformações no mercado de trabalho. O autor enfatiza ainda que, no capitalismo informacional, o poder está concentrado nos Estados Unidos, Japão e Europa, com a América Latina persistindo em participar deste grupo.

Atualmente, o mundo está dividido basicamente em dois lados: de um lado, a desigualdade, a pobreza e a miséria; de outro, a individualização do trabalho e a superexploração do trabalho e a exclusão social (CASTELLS, 1999a). Contudo, é importante dizer que a maioria dos países do mundo possui o neoliberalismo como a política econômica primordial, seguindo os critérios de competitividade e lucratividade em toda a economia, mas que, em momentos de crise econômica e contra a lógica perversa desse modelo, traz a Economia Solidária, como alternativa de desenvolvimento econômico e social.

Referindo-se ao conceito de neoliberalismo como o sistema econômico mais usado no mundo, tem-se que para Souza (2009, p. 59):

O neoliberalismo não consiste exclusivamente em uma reação teórica e política contra o Estado de Bem Estar Social, mas principalmente em uma rede de ordem econômica, transferindo ao mercado a realização da sociedade, justificando-se na necessidade de retornar a um liberalismo radical como princípio organizador das relações sociais.

Em suma, entende-se que o neoliberalismo supervaloriza o mercado e o lucro, e demonstra a importância

econômica acima de qualquer outro objetivo. Ainda para Souza (2009), com o neoliberalismo em ascensão, os pobres passam a ser alvo das políticas focalizadas de assistência social, continuando pobres e explorados pelo sistema, e confirmando o individualismo e a competição entre as empresas e pessoas.

Considerando-se este cenário, o Estado de Bem Estar Social ofereceu antes de sua queda, a partir de 1970, uma alternativa de administração equilibrada, mas que era orientada pelas demandas do processo de acumulação do capital, e por isto, não se concretizou plenamente, sendo considerado como um solucionador dos conflitos sociais (SOUZA, 2009).

Deve-se pontuar ainda que a crise da sociedade salarial, do trabalho, do desemprego de longa duração faz os sujeitos perderem seus vínculos sociais, proporciona o aumento de situações de vulnerabilidade social, a que os jovens e mulheres são submetidos, provocando determinada exclusão social, mas alcançando, através de constantes lutas sociais, um sistema de proteção, garantias e direitos sociais que visam à inclusão moderna dos trabalhadores assalariados. Porém, tal inclusão traz também em voga alternativas como a Economia Solidária para essas pessoas que estão desempregadas há muito tempo, para os jovens

que não tiveram acesso à escolaridade, para as mulheres excluídas do sistema produtivo, para os negros e as demais minorias desprivilegiadas na produção capitalista (CASTEL, 1998).

Sendo assim, podem fazer parte da Economia Solidária e de seus empreendimentos solidários donas de casa, desempregados, jovens com pouca instrução, idosos, negros, pobres, marginalizados, e qualquer tipo de excluídos, o que condiz com os sujeitos desta pesquisa, que são mulheres que estavam há muito tempo sem trabalho e viram na Economia Solidária uma possibilidade de melhoria econômica e social, o que será melhor explicitado adiante.

2.1 PERCEPÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

As transformações mundiais oferecem novas formas de gerir os empreendimentos, o que foi propiciado pela reestruturação produtiva, que se iniciou com a crise do mundo capitalista nas últimas décadas. Entretanto, várias alternativas para lidar com a crise econômica mundial foram utilizadas, desde enxugamento do quadro de pessoal, diminuição de custos e despesas, aumento da produtividade até a criação de um novo conceito de economia, que surgiu no contexto da

sociedade do conhecimento, onde o ser humano e seus princípios são mais valorizados, porém, ainda num mundo capitalista repleto de competitividade e de relações de poder e de comando. Esta economia denominada de Economia Solidária, ou economia popular solidária, valoriza o indivíduo como o centro do processo produtivo, possui valores éticos e de sustentabilidade, se propõe à Autogestão como nova forma de gerenciamento e acredita em decisões democráticas e descentralizadas.

Em “As metamorfoses da questão social”, Robert Castel (1998) lembra como o trabalho permanece como referência central, nos aspectos econômicos, psicológicos, culturais e simbólicos, o que pode ser observado com as pessoas que vivem o desemprego, e por isto, sofrem consequências desastrosas em suas vidas. Com isto, alternativas como a Economia Solidária podem ser bem vindas à classe trabalhadora.

Neste contexto, a reestruturação produtiva, em conformidade com o cenário nacional ocorreu a partir da década de 1980, com contornos peculiares em relação ao que ocorreu no mundo. No Brasil, esta reestruturação surgiu durante a falência do modelo econômico vigente, na época determinado pelo fim da ditadura militar e o aparecimento da democracia, referenciando novos ares de consciência e de

luta política. Desse modo, as principais características da reestruturação produtiva são: desconcentração industrial, racionalização dos custos do processo de trabalho, aceleração do ritmo da produção e exploração de nichos de mercado amplamente especializados e de pequena escala e enfraquecimento do poder dos sindicatos dos trabalhadores no capitalismo.

A reestruturação produtiva, por que passam os mais diversos países, é analisada por autores como Antunes (1999), Castel (1998), Castells (1999), Gaiger (2004), Gohn (2011), Harvey (2002), Singer (2002), Souza (2009) e Wellen (2012), entre outros, que buscam demonstrar a importância deste processo para a formação e gerenciamento de novos empreendimentos.

Vale ressaltar que a América Latina, particularmente o Brasil, na década de 1980, passou por uma forte estagnação econômica que culminou com a inserção em um mundo globalizado na década de 1990, sob a pragmática neoliberal, com inúmeras privatizações, abertura do mercado, reestruturação do setor produtivo nacional, e conseqüentemente desemprego em massa, aumentando as desigualdades sócio-econômicas já outrora presente.

Sabe-se “que o processo de reestruturação produtiva é universalmente homogêneo. Dessa forma, não resta

alternativa ao indivíduo a não ser adaptar-se a ele de forma flexível” (BATISTA, 2011, p. 17). Neste sentido, aos indivíduos não restaram alternativas, pois as máquinas, as tecnologias passariam a dominar totalmente o processo produtivo e cabia às pessoas se adequarem às novas formas de produção, buscando qualificação profissional. A reestruturação produtiva é a busca por novas formas de funcionamento dos mercados, de novos sistemas de produção, de novas formas de atuação do Estado, ou seja, é a construção de uma nova forma de produção que tem a flexibilização como mola mestra desse processo transformador das formas de produção.

Quando se fala em reestruturação produtiva ou mesmo em crise capitalista, é importante demonstrar a importância dos sindicatos para a classe de trabalhadores, dentro desta nova forma de produção, onde se diz que “os sindicatos são formas, dentre outras, de representação dos assalariados, já que estes se reconhecem também dentro de movimentos sociais, pequenos grupos de esquerda, de partidos de esquerda, de direita e às vezes de extrema direita, presentes no mesmo lugar de trabalho” (SANTANA & RAMALHO, 2010, p. 42). Assim, entende-se que os sindicatos possuem extrema importância na representatividade dos trabalhadores e suas lutas trabalhistas.

Quando citamos a crise do capitalismo e do fordismo, Antunes (2001) diz que este sistema possui um quadro crítico com traços marcantes, a saber:

- 1) Queda da taxa de lucro;
- 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista²/fordista³ de produção;
- 3) Hipertrofia da esfera financeira;
- 4) A maior concentração de capitais, com as fusões de empresas monopolistas e oligopolistas;

² O taylorismo é um padrão produtivo estruturado no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas de maneira a reduzir a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultaria no trabalho coletivo produtor de veículos (ANTUNES, 1999, p. 37). O taylorismo foi criado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro norte-americano considerado o pai da administração científica. Na época em que Taylor começou a desenvolver suas ideias, a administração de empresas como uma atividade autônoma tinha chamado muito pouca atenção, sendo considerada um desdobramento de algum ramo especial da manufatura, ou seja, estava relacionada com os conhecimentos técnicos necessários para produzir certos produtos na indústria.

³ O fordismo baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 1999, p. 36). O fordismo é considerado o conjunto de métodos de racionalização da produção, elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford (1863-1947), baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isto, a empresa deveria adotar a verticalização, dominando desde a fonte de matérias-primas até os transportes de seus produtos. O trabalho deveria ser altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa.

5) A crise do *Welfare State* ou do “Estado do Bem Estar Social”; e

6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho. Portanto, a flexibilidade nas formas de trabalho, a precarização do trabalho, o uso de terceirizados (trabalhadores que não são contratados efetivamente pelas organizações), o controle de qualidade total, o *just-in-time*, a eliminação do desperdício, a gerência participativa, o sindicalismo de empresas, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo.

Os autores Harvey (2002) e Antunes (2002) corroboram com a opinião de que a grande recessão vivida pelo capital e que teve seu auge em 1973, marcou o momento de mudança no padrão de acumulação capitalista e o início de um novo modelo organizacional do trabalho.

O sistema fordista de produção surgiu pós taylorismo e, embora partisse de princípios tayloristas, não se confundia com ele, já que o taylorismo caracteriza-se pela intensificação do trabalho através de sua racionalização científica (estudo de tempos e movimentos na execução de uma tarefa), tendo como objetivo eliminar os movimentos inúteis através da utilização de instrumentos de trabalho mais adaptados à tarefa. O fordismo é uma estratégia mais abrangente de organização da produção, que envolve extensa mecanização, com o uso de máquinas-ferramentas especializadas, linha de montagem e de esteira rolante e crescente divisão do trabalho (LARANJEIRA, 2002, p. 125).

O fordismo visava a total divisão do trabalho no processo produtivo e maior relação custo-benefício, aplicando economias de escala em toda a sua produção, buscando produzir produtos padronizados para os mais diversos consumidores, mas que entrou em crise, principalmente quanto à taxa decrescente de lucro. Esta crise ganhou ênfase com o ressurgimento da luta de classes dos anos de 1960, pondo fim ao compromisso que estava estabelecido pelo *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social).

Atualmente, o fordismo é considerado ultrapassado, tendo sido substituído por várias novas formas de produção que valorizam a flexibilidade e a produção individualizada com ganhos de qualidade e diminuição de custos, como resposta às crises econômicas que têm ocorrido na maioria dos países capitalistas, transformando o mundo do trabalho em um mundo repleto de instabilidades, flexibilidades e diminuição de ganhos para os trabalhadores.

Quanto ao Estado de Bem Estar Social ou Estado Social ou Estado Providência, Mészáros (2003) afirma que este contém a perspectiva do término dos movimentos a partir da lógica do capital. Este Estado tentou em suas origens propiciar uma alternativa de administração “equilibrada”, mas apresentava entraves devido à própria natureza de sua estrutura capitalista reguladora, impulsionada pelas demandas

do processo de acumulação de capital em vigor no mundo contemporâneo. O Estado de Bem Estar Social possuía como obrigação garantir serviços públicos e proteção para a população, firmando parcerias com sindicatos e empresas, administrando o país em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Porém, este sistema não vigorou por muito tempo, sendo ultrapassado pelo neoliberalismo.

Então, como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente, iniciou-se a reestruturação produtiva, sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro, ancorado na ampliação tecnológica, ajustando-se ao modelo de produção japonês como tentativas de saída das crises econômicas. Portanto, ao se falar do neoliberalismo como um sistema que age de forma individual e visando a diminuição das obrigações do Estado frente à classe mais desfavorecida, Béland (2013, p. 68) diz que o

Neoliberalismo reforça suas posições e sua crença no sucesso individual. Os neoliberais recorrem ao que eles consideram certo realismo e lembram que é preciso admitir que os pobres sempre existiram. [...], o Estado deve diminuir as subvenções aos desempregados e aos pobres ainda aptos a ganhar suas vidas.

Os neoliberais compartilham a ideia de que o capital comanda os assalariados e que os cenários institucionais

devem ser sempre favoráveis a idéias neoliberais. Transferem ao mercado a realização da sociedade, que busca se organizar em termos de relações sociais (SOUZA, 2009). O mercado no neoliberalismo passa a ser o protagonista da sociedade, fazendo com que as pessoas se realizem material e socialmente, ocasionando a hierarquia do trabalho e a exploração do trabalhador nas etapas de produção, camuflando as relações sociais de exploração, de subordinação e de alienação dos sujeitos que atuam no mercado de trabalho e de produtos/serviços. Torna-se o oposto do que prega a Economia Solidária, que prima pela igualdade, democracia e participação de todos no processo produtivo e por transformações no mundo do trabalho, colocando o trabalho como o centro das decisões.

Neste quadro atual, em que o mundo vive crises econômicas e em que a única alternativa para o trabalhador é buscar inovar nas formas de produção, surge uma possibilidade de nova economia, contrária à economia neoliberal, a Economia Solidária. Assim, na obra “Para a crítica da Economia Solidária”, Wellen (2012, p. 34) salienta que:

Como o quadro social estava marcado por baixos níveis de crescimento econômico e, em especial, por taxas de lucratividade sem expressão, os representantes do capital buscaram alternativas para reverter essa

situação e, para tanto, o projeto neoliberal centrou esforços na destruição de conquistas trabalhistas e na defesa da supremacia do capital.

De fato, a sociedade passa por transformações que modificam as estruturas de poder, os processos produtivos e a liberdade dos sujeitos, os quais, com o neoliberalismo, possuíram novo enfoque, onde foram diminuídos ou até extraídos direitos sociais e trabalhistas alcançados, o que fez aumentar o número de empreendimentos solidários que tentam preencher as lacunas deixadas pelo capitalismo.

2.1.1 Desafios da Reestruturação Produtiva no Brasil

A década de 1990 foi marcada pela ofensiva do capital sobre o trabalho e a inserção das ideias neoliberais na economia, propiciando que o setor produtivo buscasse adaptações às exigências do mercado capitalista, que tende a se tornar cada vez mais competitivo e global, o que causou mudanças no processo de trabalho, implicando na criação de alternativas para a inclusão social, como a Economia Solidária pautada na solidariedade e na Autogestão.

Nesse contexto, emergem novos processos de trabalho e formas de aplicação do trabalho “[...] onde o cronômetro e a produção em série e de massa são

“substituídas” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado” (ANTUNES, 1999, p. 16). Se, por um lado, as empresas se readequam às tendências mundiais de realinhamento da produção, por outro, os funcionários se tornam rapidamente substituíveis quando não se adaptam às novas tecnologias e aos processos produtivos das organizações.

A acumulação flexível é marcada pela luta contra a rigidez do fordismo. Visa a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo vigentes. Trouxe o surgimento de novos setores de produção, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2002).

Sendo assim, Karl Polanyi (1980) afirma que a busca do progresso trouxe novas descobertas de máquinas dispendiosas que precisavam de adaptações e recursos aplicados, ou seja, sua autonomização, para que estas começassem a funcionar. Expunha que todos os fatores necessários à produção deveriam estar à venda (a terra, o trabalho e o dinheiro), o que provocaria a submissão da sociedade ao mercado, o que seria uma condição social.

Portanto, o desenvolvimento do mercado não era um processo natural, mas imposto pela sociedade, o qual seria considerado um mercado autorregulável, onde haveria o alcance do equilíbrio na economia, quando o mecanismo de preços fosse utilizado.

Vale demonstrar que os efeitos ideológicos das crises econômicas representam possibilidades de aparecimento de projetos sociais que, mesmo sem embasamento teórico-metodológico suficiente, são considerados saídas para os problemas sociais e econômicos gerados pelo capitalismo (WELLEN, 2012). Ou seja, com as crises econômicas, começam a surgir novas opções de produção que sustentam possibilidades de mitigação dos problemas da sociedade, o que pode provocar melhoria dos índices sociais mesmo no neoliberalismo.

Considerando o mito neoliberal do individualismo exacerbado, como a ideologia do empreendedorismo, vê-se de fato um individualismo possessivo cada vez mais desprovido de posse, pois amplas camadas dos trabalhadores não possuem sequer a possibilidade de viver da venda de sua única propriedade, a sua força de trabalho (ANTUNES, 2005). Com isto, verifica-se que a cada dia os postos de trabalho são diminuídos com a inserção neoliberal no mundo e os avanços tecnológicos, provocando a redução da oferta de empregos.

O neoliberalismo é visto como uma política econômica implantada em grande parte dos países do mundo que pregam a liberalização econômica, a privatização, a redução dos gastos do governo, a racionalidade maximizadora, retorno ao processo de equilíbrio, a maximização das informações completas, o livre comércio e a abertura dos mercados, provocando consequências e transformações econômicas e sociais que nem sempre são positivas, como o desemprego, a precarização do trabalho, o aumento das desigualdades sociais e a exploração do trabalhador. Porém, a política neoliberal pode ser vista também como substrato de onde se efetivam novas possibilidades no processo de acumulação capitalista, surgindo alternativas de sobrevivência, como exemplo, tem-se a Economia Solidária, que pode crescer na crise do capitalismo ou mesmo sem tal crise, e que nos momentos de crescimento econômico, apresenta recuos, porém não deixa de existir.

Contemplando neste debate intelectual o capitalismo, a política neoliberal e as inovações tecnológicas, Wellen (2012, p. 46) diz ainda que:

Outro efeito mistificador do neoliberalismo foi a ampla divulgação de teses de que as inovações organizacionais implementadas a partir dos anos 1970

nas grandes empresas acarretariam em melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e que, portanto, as pressões trabalhistas por melhores condições de trabalho não fariam mais sentido.

Sendo assim, o autor relata que é uma inverdade do neoliberalismo dizer que as lutas sindicais e trabalhistas não fazem mais sentido, já que todos os quesitos e melhorias solicitados pelos trabalhadores já foram atendidos e que a melhoria da qualidade de vida destes é notória. Todavia, deve sim ser observado que todas as lutas por melhoria nas condições de trabalho e direitos trabalhistas devem fazer parte da agenda de todas as categorias que passam por processos de exploração e que muitas vezes, com a política neoliberal, tiveram sua situação agravada e sua condição de vida ainda mais precarizada.

As repercussões das transformações sociais e econômicas para a classe trabalhadora são importantes, pois o desemprego e a precarização das formas de trabalho acarretaram a desunião e a falta de espírito de luta desta classe, além de provocar o enfraquecimento da sua unidade, enquanto base do poder de luta. Esta nova situação da classe trabalhadora além de separar os trabalhadores, possibilitou a retirada de direitos sociais conquistados, o enfraquecimento do movimento sindical enquanto instituição representativa,

surgindo assim como alternativa a este processo avassalador dos direitos sociais, da individualidade humana, de desemprego em massa e de exclusão social, a Economia Solidária, que valoriza o ser humano em toda a sua integralidade, mas que, para isto precisa superar os ditames capitalistas e da acumulação flexível, aprendendo a conviver com estes de forma crítica e democrática.

2.2 RECORTES HISTÓRICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A crescente precarização do trabalho – que engloba desde os subempregos, a informalidade, a terceirização, as condições subumanas de trabalho e de grande exploração – propiciou o surgimento de alternativas de produção, que muitas vezes valorizam os trabalhadores e que servem como modelo para a implantação de novos projetos.

Antes de explicar um pouco mais sobre a Economia Solidária, é importante enfatizar o que é capitalismo, que, para Singer (2003), originou-se da produção simples de mercadorias, onde se negou a separação da posse dos meios de produção. Esta separação surge no funcionamento dos mercados, onde os vencedores da competição se apoderam dos meios de produção e de distribuição, não possibilitando chance de repartição de lucros, vendas etc.

Com isso, Singer (2002) argumenta que a Economia Solidária nasce com os operários nos primórdios do capitalismo industrial, em resposta à pobreza, a condição salarial e ao desemprego causado pelo crescimento da maquinaria no começo do século XIX, onde os trabalhadores se organizavam em cooperativas no intuito de recuperarem o trabalho e a autonomia econômica com princípios básicos de igualdade, solidariedade, Autogestão e democracia. Mostra ainda que historicamente o capitalismo surgiu através da simples produção de mercadorias, onde a posse era sempre separada de quem as produzia. Portanto, em determinado momento histórico, houve a ruína do artesanato, do pequeno comércio e da agricultura camponesa, tendo assim a liberação de uma grande quantidade de mão de obra parcialmente absorvida pelo capitalismo. Para ele a Economia Solidária nasceu pouco tempo depois do capitalismo industrial, como reação ao grande empobrecimento dos artesãos, proporcionado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção na época.

Vale salientar que a Economia Solidária possui um conceito ainda em fase de construção e que a cada dia agrega novas variáveis que versam sobre a Autogestão, a igualdade e a solidariedade em todo o processo produtivo. Esta economia dialoga e diverge do sistema capitalista, pois a

sociedade global é uma sociedade de conflitos, de contraposição. Assim, a sociedade atual muitas vezes é intolerante ao novo, a novidade, como é o caso desta nova forma de vida e de viver.

Em termos históricos, para Singer (2002), a Revolução Francesa provocou muitas guerras na Europa, as quais duraram longos anos, encerrando-se apenas em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo, mas que, em seguida a isto, a economia da Grã Bretanha entra em depressão. Neste momento, o britânico Robert Owen Proprietário de um grande complexo têxtil em New Lanark, que lutava por melhorias trabalhistas, conseguiu diminuir a jornada de trabalho dos seus trabalhadores e proibiu o emprego das crianças, abrindo escolas para que estudassem; fez sua proposta para auxiliar as vítimas do desemprego e da extrema pobreza e assim tentou restabelecer o crescimento econômico na Grã Bretanha.

Robert Owen observou que a depressão tinha raízes no término da demanda por armamentos, navios e demais produtos necessários à guerra, que não mais existia. E que com a perda do trabalho, os trabalhadores da guerra não teriam mais renda, o que provocou também retração da indústria civil. E, para solucionar estas crises, era necessário proporcionar trabalho aos desempregados, que passariam a

ter renda para consumir, e assim o mercado se ampliaria. Owen serviu de modelo para a criação de cooperativas e para o crescente movimento social da época, mesmo que seus planos de uma nova economia não tenham sido seqüenciados pelos governos⁴ (SINGER, 2002).

Ao se considerar a criação das cooperativas e sua importância social é válido enfatizar o seu surgimento e seus objetivos. Por isto, Singer (2002, p. 39) demonstra que

O cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve um começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale*, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em *Rochdale*, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista, entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia auto-suficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito.

O autor evidencia a primeira cooperativa que serviu de modelo para outras experiências cooperativistas, seguindo

⁴ Além de Owen, havia ainda Charles Fourier, Pierre Proudhon, Claude Saint Simon, considerados os clássicos do socialismo utópico, que lutavam por melhorias sociais e por um sistema de produção mais justo, com a livre escolha dos trabalhos e a não exploração. Idealizaram processos econômicos como resultados de movimentos solidários (SINGER, 2002).

os ditames reais do cooperativismo, onde as decisões eram descentralizadas, existia a Autogestão e a educação cooperativista era uma prática.

É bom demonstrar que existiam também lideranças que apoiavam causas sociais, mas que nesta época ainda não existia a Economia Solidária de fato. Dentre estes líderes, havia os socialistas utópicos, como Pierre Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Auguste Blanqui, que lutavam por uma sociedade mais justa, em que todos fossem ouvidos, com desconfiança sobre a política e um maior poder para as massas populares, que deveriam coordenar a política e a nação. Enfatiza-se também a existência dos anarquistas que participavam da vida e das lutas da comunidade a que estavam ligados, sabiam agitar na hora de reivindicar aumento salarial, de fazer greve, de protestar contra o poder do patrão e denunciar a hipocrisia da hierarquia da Igreja. Entre os anarquistas, podemos citar: Edgard Leuenroth, J. Mota Assunção, Luiz Magrassi e Raimundo Soares (KONDER, 1995).

Quando tratamos de experiências que serviram de contraponto ao capitalismo e às suas regras, as associações têm lugar de destaque, propiciando renda aos seus associados e tendo como parceiros a Igreja, as universidades

e representações sindicais, o que, para Goerck (2010, p. 8), significa que:

[...] no final do século XX e limiar do século XXI, emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Esses empreendimentos, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, apoiados por instituições sociais – igreja, universidades, sindicatos, entre outros.

Verifica-se que o autor prenuncia a existência de associações e cooperativas no mundo já neste período supracitado como forma de mitigação da pobreza, denominados de empreendimentos econômicos solidários, que possuem o apoio de instituições sociais, no intuito de diminuir as desigualdades e a exclusão social, devido à falta de emprego e renda.

Na história do cooperativismo nos países ocidentais, visualiza-se que existia a sua convivência com o mercado capitalista, desde que este se submetesse à lógica concorrencial. O cooperativismo não é tido como uma ameaça ao capitalismo, e sim, muitas vezes, serve de reforço, já que pode precarizar o trabalho quando não segue os princípios da Economia Solidária e prioriza os ditames do sistema

capitalista. Observa-se ainda que muitas vezes os trabalhadores saem dos movimentos cooperativistas e voltam ao mercado de trabalho tradicional com carteira assinada, direitos trabalhistas etc., mas com grande exploração do trabalho e a formação de trabalhadores alienados no processo produtivo.

É importante destacar a importância da Economia Solidária como alternativa à situação em que se encontram submetidos os setores populares, que possuem como meio de sobrevivência empregos e subempregos de péssima remuneração, com exploração e sem condições de trabalho; o que aponta para a necessidade da Economia Solidária trazer como protagonistas este indivíduo – que, para a lógica capitalista, apenas é considerado um componente do negócio.

Os empreendimentos da Economia Solidária devem ter práticas não muito usuais nos empreendimentos capitalistas. Práticas que vão desde a solidariedade, a divisão igualitária das sobras entre os associados até a democracia nas decisões, o que faz com que o associado não sinta medo do desemprego e da exploração do trabalho, fazendo da Economia Solidária uma nova forma de vislumbrar melhores condições de vida e de trabalho. No entanto, muitas vezes as associações e as cooperativas podem ser usadas pelo

capitalismo para explorar mão de obra barata e com baixos custos, não contribuindo para a valorização desta economia.

2.3 DESVELANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Sabe-se que, nas últimas décadas do século XX, houve uma reestruturação do mercado de trabalho e das empresas, que demitiram em massa, adotaram novas tecnologias e contrataram mão de obra terceirizada para exercer as tarefas que antes eram feitas pelos empregados efetivos destas organizações, aumentando o desemprego, a contratação de cooperativas de trabalho, a utilização de trabalho infantil e de escravos para funções degradantes e o assalariamento informal.

Assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, a Economia Solidária ressurge no Brasil como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que dá a partir da década de 1980 – por parte tanto da iniciativa privada como do setor público – e diante da política de privatização que se iniciou com o presidente Fernando Collor de Mello e se instalou durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, levando a pobreza a se multiplicar em proporções até então jamais vista (ARROYO & SCHUCH, 2006, p. 34).

Os autores Arroyo e Schuch (2006) demonstram que o Brasil seguiu a tendência mundial de trazer o ressurgimento da Economia Solidária nos momentos de crise e de desemprego crescente em grande parte dos países. Em contraponto, este momento no Brasil foi marcado pelas privatizações neoliberais feitas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em dois governos nacionais, que aumentaram de forma abrupta os índices de pobreza e miséria no Brasil, além de crescimento do mercado informal e do desemprego.

Para Souza (2011), a primeira experiência cooperativista no século XX foi a Corporação Cooperativa de *Mandragón*, criada no ano de 1956, na cidade basca Homônima, ao norte da Espanha, por iniciativa do padre católico José Arizmendiarreta. No Brasil, o cooperativismo foi trazido pelos imigrantes europeus no século XX, sendo as primeiras cooperativas as de consumo, nas cidades, e as agrícolas, no meio rural.

No Brasil, os processos históricos demonstram que o cooperativismo é considerado um fenômeno recente, composto por associações e cooperativas tidas como as principais formas de representação da Economia Solidária na atualidade. Estes agrupamentos humanos devem seguir os princípios de igualdade, solidariedade e Autogestão em seu

processo produtivo e de comercialização, aglutinando ideias e decisões coletivas.

A denominação *cooperativa* foi citada pela primeira vez na sociedade brasileira na constituição da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889 na então província de Minas Gerais. Possuía como objetivo prestar assistência às viúvas dos sócios e aos seus sócios, em caso de desemprego. Todavia, existem indícios da existência de uma sociedade no formato cooperativista anterior à de Ouro Preto, denominada de Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 1885 com 1.003 sócios, já em 1894. Esta tinha os princípios cooperativistas e cuidava da educação, da saúde e da seguridade de seus membros (ARROYO & SCHUCH, 2006).

Com a existência de alternativas cooperativistas, surgem os sindicatos no Brasil baseados nos movimentos operários da Europa, que já possuía um histórico de lutas trabalhistas por melhores condições de trabalho, onde, de acordo com Arroyo & Schuch (2006, p. 30), “a conjuntura do século XIX, juntamente com o forte movimento migratório, trouxe para o Brasil os ideais socialistas de Bakunin, Kropotkine do sindicalismo revolucionário, preponderante entre os socialistas da Europa”. Destarte, as presunções

socialistas foram introduzidas no Brasil apenas neste período, juntamente com a força dos sindicatos, que a princípio, lutavam pelos direitos trabalhistas, mas que atualmente primam por melhores condições de trabalho, aumento dos postos de trabalho e outras demandas dos trabalhadores que buscam uma melhor relação custo benefício do seu trabalho.

Os mesmos autores citados acima dizem ainda que o início do movimento sindical no Brasil se destinou a enfrentar os problemas das associações de classe operária, considerando que as ligas operárias surgiram no final do século XX, tornando-se sindicatos que lutam a favor da redução da jornada de trabalho, do aumento salarial e de melhores condições de trabalho. Consequentemente, com tais reivindicações, lutas e movimentos surgiram novas associações, sindicatos e classes representativas de certas categorias que passaram a lutar por melhorias do trabalho, mais solidariedade e uma economia mais justa.

No Brasil, as ideias que associavam solidariedade a economia começaram a ser mais fortemente difundidas com a chegada das notícias da Revolução Francesa, propagandeada sob a insígnia Liberdade – Igualdade – Fraternidade, e ganharam expressão social e política em escala, sobretudo no final do século XX, com as ideias dos socialistas utópicos, com a vinda induzida dos imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis, em cujos países de origem o anarco-

sindicalismo era hegemônico, e com as notícias do sucesso cooperativo de *Rochdale*. Assim, se formaram e se espalharam sindicatos, cooperativas e ligas camponesas, fortemente ligadas entre si, e que fazem parte indelével de nossa história econômica e política (ARROYO & SCHUCH, 2006, p. 32).

Nesta perspectiva, o sucesso de Rochdale⁵, em Manchester, na Inglaterra, serviu de modelo para todas as cooperativas do mundo, e por isto, o Brasil conseguiu espalhar, através destas formas associativas, ideias de luta e reivindicações que afloraram em todo o país.

Surgem neste final do século XX várias instituições representativas do movimento de Economia Solidária, como: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se propôs a lutar pelos direitos trabalhistas e demonstrar que os sindicatos da época não estavam mais enfrentando os desafios e dilemas da classe trabalhadora; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que serve para mostrar que empresas falidas podem ser reerguidas pelos seus trabalhadores

⁵ A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de *Rochdale* de 1844 (Inglaterra) é considerada a principal cooperativa do mundo, servindo de exemplo para todas as demais. Possuía em sua composição 28 (vinte e oito) operários qualificados em vários ofícios que objetivavam tornar-se independentes e autosuficientes (SINGER, 2002).

demitidos, capitalizadas por fundos rotativos e tornando-se competitivas via a solidariedade entre os seus membros; a CÁRITAS (entidade católica) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que passaram a incluir em seus trabalhos os preceitos solidários nas comunidades. As universidades, através de incubadoras, começaram a fazer parte dos movimentos de Economia Solidária a partir da década de 1990, objetivando contribuir na criação e gestão de grupos coletivos voltados para esta nova economia, e, com isto, originou-se a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e os grupos de pesquisa científica voltados aos temas Economia Solidária e Autogestão (ARROYO & SCHUCH, 2006).

Como órgãos de fomento à Economia Solidária no Brasil, destacam-se ainda: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que possui como principal propulsor desta economia no Brasil, Paul Singer, que tem muitas obras publicadas e êxito na luta por empreendimentos solidários nacionais e internacionais. Esta secretaria foi criada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), fazendo como sucessor a presidenta Dilma Rousseff, do mesmo partido. Todavia, há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, criado em 2003, como o

movimento nacional mais importante, que visa à representação e a articulação na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com atores e movimentos sociais, além de buscar o fortalecimento do movimento de Economia Solidária através de suas bases. Este fórum culmina com a junção de vertentes como os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria, as incubadoras, os gestores públicos, que se articulam de forma internacional para o Fórum Social Mundial (FSM) – realizado em sua última versão em Túnis, na Tunísia, em 2013 – e contou com representantes do governo brasileiro, lutando conjuntamente com todos os outros países em prol de reflexões e alternativas para a sociedade civil mundial alcançar melhor qualidade de vida (ARROYO & SCHUCH, 2006).

Vale enfatizar que mesmo os movimentos e experiências de Economia Solidária tendo sido propagadas na década de 1980, pós-ditadura militar, foi só nos anos 1990 que a Economia Solidária ganhou ideais e força própria, pois antes tinha seu conceito imerso no que a literatura científica chamou de Autogestão, economia popular ou economia informal. Porém, em 1993, apareceu pela primeira vez o conceito de economia da solidariedade no Brasil, na obra “Educação comunitária e economia”, dos autores Moacir

Gadotti e Francisco Gutiérrez, que agregava experiências com laços de solidariedade, mutualismo e Autogestão.

Neste contexto de fomento à Economia Solidária e à ampliação de lutas sociais, o governo brasileiro buscou incentivar a diminuição da pobreza e da fome através de políticas públicas. Assim, de acordo com os dados fornecidos pelo mapa de indicadores sociais do governo federal (2014)⁶, a criação do Programa Fome Zero, em 2003, pelo então presidente Lula, através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, que contempla o Programa Bolsa Família e está em vigor até hoje, e tem como prerrogativa ser um programa de combate à fome e as suas causas estruturais no Brasil. Envolve as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e os ministérios. Recebeu a sigla MESA, composto pelo: Conselho Operativo do Programa Fome Zero (COPO), Programa de Ação Todos pela Fome Zero (PRATO), Agentes de Segurança Alimentar (SAL) e pela Equipe de Capacitação para a Educação Cidadã (TALHER).

Todavia, é necessário explicar melhor o TALHER, já que esta parte do Programa Fome Zero tem pontos em comum com o que prega a Economia Solidária. Tem-se que

⁶ Estas informações estão disponíveis no site www15.bb.com.br/site/fz/mapa/DocPrefeitos.htm. Acessado em: 24/09/2014.

esta peça é mais que um instrumento de alimentação física, mas é também espiritual e mental. Esta equipe do TALHER prepara monitores que capacitam quem participa do COPO, PRATO ou SAL e até do próprio TALHER. O Programa Fome Zero quer promover não só a extinção da fome no Brasil, mas trazer a educação cidadã dos beneficiários deste programa, que contempla todas as famílias do estado brasileiro que satisfazem os pré-requisitos para o seu recebimento. Os contemplados pelo Fome Zero muitas vezes fazem parte de empreendimentos autogestionários, cuja seleção tem como critério fazer parte deste programa, o que já demonstra de antemão que é uma classe com vulnerabilidade social e financeira.

De forma geral, tem-se que a Economia Solidária e a Autogestão estão inseridas em vários organismos que se propagam no Brasil com o enfoque solidário, tendo sua dimensão adquirido grande espectro e ramificações em organizações demonstradas na Figura 01.

FIGURA 01: DIMENSÃO E POTENCIALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2005).

Verifica-se que existem vários órgãos fomentadores da Economia Solidária no Brasil, dentre os quais temos: o governo federal, a rede de gestores públicos, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, as empresas autogestionárias, as associações e os governos municipais. Isto indica o seu crescimento nos últimos anos, tanto em termos quantitativos de empreendimentos, como em valorização social e na

atuação das entidades de Economia Solidária, quanto nas condições de vida de todos os envolvidos nesta nova forma de ver a sociedade e a economia. Estas instituições que apóiam a Economia Solidária fortalecem o movimento solidário, proporcionando um caráter mais humanizador e emancipador dos indivíduos.

Neste espaço de lutas operárias e trabalhistas, estão sempre presentes as ações dos imigrantes europeus e o poder da igreja e, principalmente, do catolicismo no mundo, contribuindo para prováveis melhorias sociais. Pensando a este respeito, Souza (2013) diz que é relevante citar a questão social no Brasil, que ganhou destaque a partir da ação dos imigrantes europeus, no início do século XX, onde a figura do pobre deu origem à do operário, e com a ideia da pobreza que deveria ter a misericórdia alheia, não se desprendendo da ideia e luta por manifestações coletivas por justiça social. Neste momento, o catolicismo brasileiro, particularmente, a igreja católica tinha um discurso afinado com o governo federal, concordando com os capitalistas e os seus empreendimentos exploratórios da miséria humana.

O poder da igreja e a utilização dos imigrantes na produção conjuntamente fortaleceram o uso da classe pobre no processo produtivo, tornando-os cada vez mais alheios às mudanças sociais, políticas e culturais que deveriam ocorrer

para uma transformação social, o que ficou mais perceptível no século XXI, com a reestruturação produtiva, porém com a manutenção da exploração do trabalho.

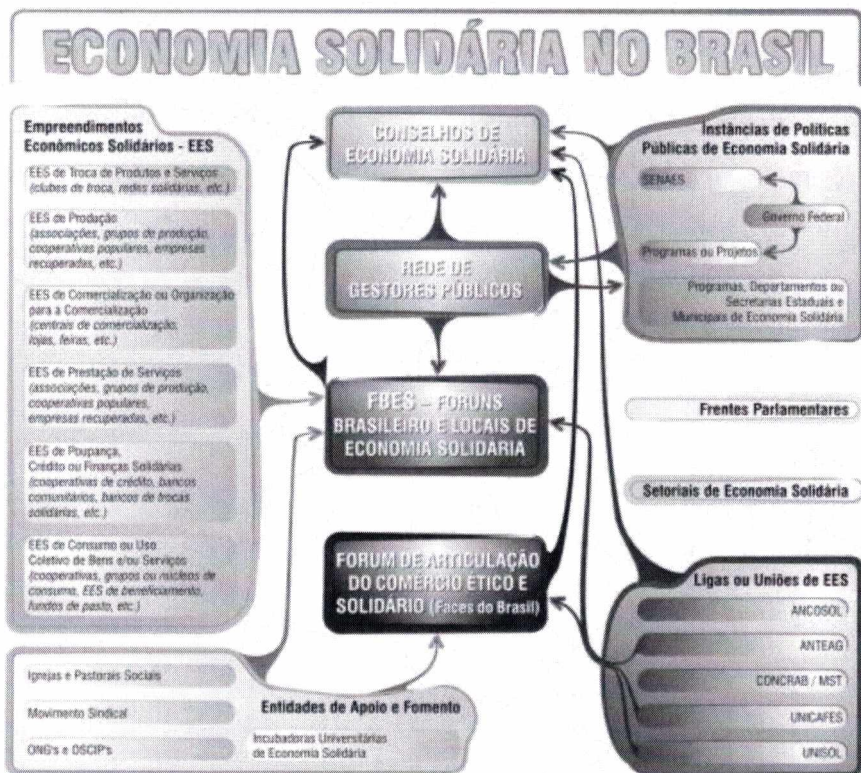
De modo geral, as atividades de trabalho autogerido abarcadas na Economia Solidária crescem nesse quadro de desemprego travestidas no discurso empreendedor de autonomia, independência e espontaneidade; no entanto, elas paradoxalmente são fruto da ação indutora do capital, dos governos, ONGs, igrejas e movimento sindical. Em primeiro plano, essas atividades assumem formatos redimensionadores da exploração do trabalho e, em segundo plano, contam com o apoio público efetivo sob a ambígua argumentação da requalificação da informalidade para o plano dos direitos sociais e da organização coletiva dos trabalhadores. Daí se constroem institutos e mecanismos mediadores de legitimidade intelectual e moral (BARBOSA, 2007, p. 117-118).

As ideias expostas por Barbosa dizem que alguns empreendimentos autogestionários podem reafirmar a exploração do trabalho, se utilizando de instituições que servem como legitimadoras do processo, mas que muitas vezes não se preocupam com os trabalhadores, e assim ganham credencial para moralizar e legalizar todo um sistema que pode ser usado para explorar os trabalhadores ligados à Economia Solidária e à Autogestão. Mesmo assim, o cooperativismo se torna alternativa ao desemprego e à informalidade fragmentária, com características mais

democráticas e participativas, em relação às práticas tradicionais de agrupamento de pessoas para lutas sociais (BARBOSA, 2007).

Deste modo, de acordo com o site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, temos a divisão da Economia Solidária no Brasil (Figura 02):

FIGURA 02: ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL



Fonte: figura retirada do site www.fb.es.org.br (01/05/2014).

Referenciando a importância dos órgãos de fomento à Economia Solidária supracitados, Barbosa (2007, p. 117) afirma ainda que “em todas essas iniciativas, o trabalho de

incubadoras, entidades religiosas e ONGs se mantêm como forte impulsionador dos empreendimentos, sobretudo em ações vinculadas à situação de pobreza”. Ou seja, a luta destes organismos por melhorias sociais está como pano de fundo em todas as suas propostas que contemplam mudanças de vida, melhor educação, a luta por direitos sociais, tornando a pessoa o fundamento de tudo, e não as finanças. Estes trabalhos solidários possuem ganhos democráticos que, na verdade, são ganhos anticapitalistas, provocam discussões nos espaços de poder de forma democrática e partilham de diminuições de preconceitos e exclusões.

Reforçando a importância das ações e políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), observa-se que são elaboradas e implementadas de forma participativa e baseadas nas demandas do movimento, nas resoluções das conferências e nas deliberações do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e nas prioridades do governo federal. Seus objetivos são viabilizar e coordenar as atividades de fomento à Economia Solidária no Brasil, buscando a geração de renda, inclusão social, diminuição da pobreza e o desenvolvimento sustentável e solidário das comunidades (SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

Deve-se levar em consideração ainda que este fenômeno solidário é bastante novo no país, por isto a dificuldade de contabilização e de mensuração, já que envolve muitos fatores subjetivos em sua composição. No entanto, de acordo com os dados fornecidos pelo mapeamento detalhado dos empreendimentos econômicos solidários feito pela Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), em 2007, têm-se as seguintes informações quanto à forma de organização: associação (52%), grupo informal (36,5%), cooperativa (10%) e outras formas de organização (1,5%), de um total de 21.589 empreendimentos tidos como solidários. Quanto à participação relativa dos homens e das mulheres, tem-se que, em 2007, no Brasil: 63% são homens e 37% são mulheres, nos empreendimentos solidários. É importante perceber que, devido aos incentivos do governo, alguns empreendimentos se dizem de Economia Solidária para terem subsídios governamentais, mascarando muitas vezes o verdadeiro número desta economia no país. De forma minuciosa, têm-se os seguintes dados sobre a Economia Solidária no Brasil; porém, ressalta-se que o mapeamento nacional de Economia Solidária mais atualizado é este de 2007; pois, novos dados foram coletados, mas ainda não publicados pelo governo (Ver quadro 01):

**QUADRO 01: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS-2007**

REGIÃO	QUANTITATIVO	%
NORTE	2.656	12
NORDESTE	9.498	43,5
SUDESTE	3.912	18
SUL	3.583	16,5
CENTRO OESTE	2.210	10
BRASIL	21.859	100

Fonte: atlas da Economia Solidária no Brasil – ANTEAG (2009).

É notória a participação, em termos quantitativos, da maioria dos empreendimentos de Economia Solidária na região nordeste, que é castigada pela seca, falta de políticas públicas adequadas, analfabetismo, fome e desnutrição, mesmo com políticas governamentais mitigadoras desta situação, mas que vê na Economia Solidária uma forma alternativa de sair desta condição, e por isto, possui maior número de tais negócios. A região nordeste possui menos indústrias que a região sul e menos participação no produto interno bruto (PIB) que algumas regiões do país, e possui, inclusive, um grande percentual de habitantes de classe

baixa, o que faz aumentar a possibilidade de criação e gestão deste tipo de empreendimento.

Diversas experiências da Economia Solidária têm possibilitado a inserção de muitas famílias nas redes e cadeias produtivas, contribuindo para formação e realização profissional, elevação da autoestima e reconhecimento enquanto sujeito de direito, no mercado consumidor, como cidadão e agente transformador das mudanças sociais que podem ocorrer caso a Economia Solidária seja implementada seguindo os princípios autogestionários.

A Economia Solidária deve ser considerada uma das alternativas de luta contra a exploração do capitalismo, mas com certeza existem outras formas de lidar contra a lógica do sistema capitalista, como a profissionalização do setor público e a implantação de leis eficientes, que tornem o país realmente justo. No entanto, existem alternativas que deveriam melhorar as condições sociais, mas que, na verdade, apenas alienam ainda mais o trabalhador e o tornam mero objeto no processo produtivo como as pseudocooperativas, que servem de base para fortalecer o capitalismo e em nada melhoram a vida do trabalhador.

Sendo assim, observa-se que a Economia Solidária possui cultura, identidade e características próprias, enquanto movimento social engajado na melhoria da qualidade de vida

de seus associados e de suas famílias, tendo nas associações, fábricas recuperadas e cooperativas os seus maiores expoentes de solidariedade, além da Autogestão e da democracia; e onde os sentimentos de pertencimento, emancipação, não exploração devem fazer parte de seu cotidiano, mesmo que muitas vezes apenas de forma parcial.

Esta nova economia sabe que o capitalismo possui raízes profundas no individualismo humano, no egoísmo, no poder das organizações, no dinheiro, na centralização das decisões, e que sua proposta de emancipação humana e de libertação do trabalhador nem sempre é ouvida, mas que ainda espera por melhores condições de vida, onde todos tenham direito ao que produzem e à sobrevivência justa. Porém, é bom dizer que esta economia possui entraves ao seu crescimento, como: a falta de espírito de equipe nos grupos, a falta de planejamento, as pseudocooperativas e a falta de união entre os seus órgãos de fomento.

Neste trabalho, é interessante ainda pontuar as semelhanças e diferenças entre a economia popular e a economia popular solidária ou simplesmente Economia Solidária, já que ambas têm pontos em comum, e carregam em seu cerne a preocupação com o desenvolvimento local e a valorização do indivíduo. Com isto, cabe-nos melhor demonstrar seus conceitos e peculiaridades para que não

recorramos a erros grosseiros, do ponto de vista acadêmico, e assim vislumbramos a importância do mundo associativo ou cooperativo, salientando que ambas as economias se entrecruzam e tem seu aspecto social valorizado, o que demonstra a preocupação com a subsistência do trabalhador que busca através de qualquer alternativa se livrar do desemprego, da fome e da exclusão a que está submetido.

Quando nos referimos ao popular, Arroyo & Schuch (2006) dizem que a ideia de popular trata de dois mundos diferentes: um composto por parcela da população que não sobrevive de comércios populares etc., que vende seus produtos em feiras, comércios locais, e outro composto por artesãos, trabalhadores etc., que são despossuídos e excluídos do sistema capitalista, considerando ainda popular como uma posição política de compromisso e de identidade com todos os segmentos populares existentes, não excluindo as classes mais pobres e com menor poder aquisitivo.

A economia popular refere-se às atividades praticadas pela parcela da população que abrange desde os desempregados (cidadãos fora do mercado de trabalho) até os excluídos do sistema econômico, que procuram nesse sistema um modo de garantir a subsistência, mas que não se contrapõe a Economia Solidária. “É aquela que de forma mais direta atende às necessidades e desejos da população. [...]

Essa economia, de capital popular, vincula-se diretamente com a qualidade de vida da população e se distingue da outra, associada à acumulação do grande capital” (ARROYO & SCHUCH, 2006, p. 62).

Para o estudioso Pereira (2009, p. 35), “a economia popular é uma atividade não motivada pela ideia de lucro, não totalmente sujeita ao mercado (mas interage com o mesmo) e a controles burocráticos, por meio do qual as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas”. Assim, a economia popular surge como movimento de luta contra a pobreza, tendo suas bases na economia informal, nas pequenas empresas familiares, nas feiras de bairro, nas associações de pequenos produtores etc.

Esta economia popular nasce do desejo das massas populares em ter uma forma de geração de renda e de subsistência e geralmente se mantém como trabalho informal em feiras, ruas, praças etc. Salienta-se, que a Economia Solidária não é uma proposta da classe burguesa, mas sim da classe trabalhadora, que existe via associações, cooperativas ou fábricas recuperadas, primando pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia e Autogestão, que vai desde a confecção do produto até a sua distribuição no mercado capitalista, que segue regras individuais e a

competitividade, o que se torna um dos entraves para o seu crescimento.

O debate sobre o conceito da Economia Solidária tem cerca de 20 anos e ainda possui questões em construção, mas que se inserem num contexto de um novo olhar sobre a economia e o protagonismo do trabalhador, sendo, portanto, uma alternativa ao capitalismo, de socialismo real. Assim, vemos muitos conceitos de Economia Solidária, mas que, em muitos pontos, se entrelaçam e demonstram pontos em comum, como os de autores, como: Cruz (2001), Gaiger (2004), Novaes e Sarda (2008), Singer (2002) e Souza (2013), que consideram a Economia Solidária uma saída para o desemprego estrutural.

Expõe-se ainda que a Economia Solidária vem sendo empregada para identificar politicamente as iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizados por princípios idealmente igualitários e democráticos, e que recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”, como a economia social, a economia do trabalho e a economia popular.

Em se tratando de Economia Solidária, Souza (2013) afirma que esta tem como eixo central o cooperativismo, nascido em alguns países da Europa entre os séculos XVIII e XIX, e que ganhou seu formato atual, com base em princípios

norteadores, na Inglaterra, em 1844. Antes, haviam surgido experiências de cooperação econômica sem uma definição dos princípios que garantissem sustentabilidade futura e a preservação de valores ideológicos, denominados de socialismo utópico.

A Economia Solidária se constitui num modo de produção que vive ao lado do capitalismo, da produção estatal de bens e serviços, entre outros, compõe a formação social capitalista, que é o maior modo de produção da atualidade, mas que consegue moldar a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Entretanto, verifica-se que mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras formas de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si a população ativa economicamente; o que determina que o crescimento de Economia Solidária se dê em função das crises sociais que a competição dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Porém, ela só se viabilizará quando a maioria da sociedade, não dona dos meios de produção e do capital, se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção para que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social, com os resultados compartilhados por todos que compõem o processo produtivo (SINGER, 2002).

Neste ínterim, o termo Economia Solidária significa um universo de valores e de visões de mundo diferenciados, sendo considerada como uma criação da própria contradição do capitalismo. Designa práticas antigas, antes consideradas apenas como “basistas” ou ingênuas, que eram chamadas de socialismo utópico, solidariedade, humanismo ou comunitarismo cristão. É como se ela existisse no passado, mas com outra denominação, por isto, faz sentido falar no ressurgimento da Economia Solidária.

Portanto, deve-se considerar que a Economia Solidária é distinta do cooperativismo corporativo tradicional e do cooperativismo fraudulento (pseudocooperativismo) e do terceiro setor, e que valoriza a Autogestão e a solidariedade em todos os seus processos (BORDIEU, 1974).

É importante retratar, para autoras como Rampaso (2010) e Cabral (2007), o conceito de terceiro setor dentro do contexto da Economia Solidária. A grande maioria dos estudiosos não acredita que esta economia faça parte do terceiro setor, o qual pode ser conceituado como um conjunto de entidades que preenchem os seguintes requisitos: institucionalizadas, privadas, de fins não lucrativos, autoadministradas e voluntárias. Possui como objetivo e finalidade o desenvolvimento de ações voltadas à produção do bem comum. São representadas basicamente por

associações e fundações, dentre elas, as organizações não governamentais, conhecidas popularmente como ONGs. São orientadas para problemas e conflitos sociais, sendo dependentes de financiamento social.

O terceiro setor surge como uma dificuldade encontrada pelo primeiro setor (Estado) e segundo setor (Mercado) em cumprir com as obrigações devidas, ora deixando dificuldades e problemas a serem enfrentados. Todavia, o terceiro setor não pode solucionar todos os problemas sociais e econômicos, mas sim tentar diminuir as desigualdades existentes e tentar tornar o mundo um lugar melhor, com mais sustentabilidade, educação e igualdade entre as pessoas. Considerando ainda aspectos do terceiro setor, Antunes (2005) diz que este vem incorporando trabalhadores que são expulsos do mercado de trabalho formal, passando a desenvolver atividades não lucrativas. Porém, deve-se reiterar que estas atividades do terceiro setor são funcionais ao sistema, incapaz de absorver todos os desempregados e precarizados; e que, com o desmonte do *Welfare State* e dos direitos sociais adquiridos no capitalismo, tais atividades suprem em certa medida as lacunas existentes.

Ao falarmos do aspecto solidário da Economia Solidária, que nasce geralmente nas classes mais baixas da sociedade, pode-se ressaltar as palavras de Marcel Mauss

(1974) em sua Teoria da Dádiva, que assinala que existem três obrigações nas sociedades: dar, receber e retribuir, cada etapa com sua devida importância. Portanto, a Economia Solidária trabalha com estes princípios de forma igualitária e solidária, proporcionando aos sujeitos uma troca sem muita exploração, sem visar o lucro, mas com benefícios para todos, fazendo jus a um novo olhar sobre a economia.

Os movimentos solidários buscam, em sua essência, transformar a sociedade, sendo a Economia Solidária considerada uma proposta audaciosa, que mudaria todo o contexto social, educacional, econômico e político de qualquer país.

De forma geral, observa-se que podem existir empreendimentos solidários que conseguem trabalhar a igualdade, a solidariedade e a democracia, contribuindo para mudanças significativas na vida dos sujeitos que se engajam, na medida em que ampliam suas possibilidades de participação e sociabilidades com inserções nas redes e na arena pública.

Ainda neste contexto dos empreendimentos solidários, Leite (2009, p. 32) faz uma crítica à inserção de empreendimentos solidários no mercado e como estes se extinguem sem demonstrar valor social, pois considera

[...] tais experimentos como efêmeros e fugazes, que tendem a se multiplicar em momentos de crise do capitalismo, para desaparecer logo em seguida, em função das disparidades que enfrentam para sobreviver em um contexto capitalista, como a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores para gerir os negócios, a falta de comprometimento do conjunto dos trabalhadores com os ideais cooperativistas, para citar apenas os argumentos mais lembrados. Nesse sentido, seriam experiências destituídas de importância social.

Portanto, deve-se considerar que a Economia Solidária possui características que a tornam mais forte em momentos de crise, e que, em momentos de ascensão econômica, diminui o número de empreendimentos existentes, e que muitos associados não se apropriam de fato do espírito da Economia Solidária, pois faltam treinamentos e cursos adequados.

Ainda para Leite (2009), a maioria das experiências de Economia Solidária resgata os princípios da Cooperativa de *Rochdale*, que possuía como princípios emancipatórios: vínculo aberto e voluntário; controle democrático por parte de seus membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso em relação à educação de seus membros; cooperação entre cooperativas por meio de organizações locais, nacionais e mundiais; e contribuição para

o desenvolvimento social onde o empreendimento está inserido e provoca mudanças sociais, econômicas e políticas, mesmo num mercado capitalista competitivo.

No entanto, devemos trazer ao debate acadêmico algumas críticas à Economia Solidária e a sua forma de gerenciamento, como a de Wellen (2012), que diz que a Economia Solidária se relaciona com o sistema capitalista: de forma funcional, quando serve para legitimar o capitalismo, como impeditivo às revoltas organizadas pelos trabalhadores, ou quando representa uma força social na luta pela superação capitalista. Este mesmo autor declara ainda que, quando as cooperativas são eleitas autonomamente para resolver os problemas dos trabalhadores, servem mais para assegurar a permanência do capitalismo do que para ir de encontro ao sistema, e que por isto a burguesia apóia e elogia tais iniciativas populares, o que deve ser analisado com um olhar crítico das pessoas desta economia.

É importante frisar que a experiência de trabalho em um empreendimento de Economia Solidária geralmente é considerada como um emprego temporário que logo será substituído quando surgir uma oportunidade no mercado formal. Ou seja, muitos trabalhadores entram na Economia Solidária como forma de esperar o emprego formal e, assim que conseguem, abandonam os empreendimentos solidários.

Não vêem na Economia Solidária uma mudança de vida e transformação social, apenas uma “distração” enquanto não possuem o emprego legal, o que provoca a falta de pertencimento ao movimento da Economia Solidária.

De forma também crítica à Economia Solidária, o estudioso Coraggio (2003) fala da possibilidade do desenvolvimento de relações de concorrência ou de exploração no interior dos empreendimentos solidários, em detrimento das relações de solidariedade. Porém, o autor acredita na possibilidade da Economia Solidária fortalecer vínculos e capacidades, distribuindo recursos de forma mais igualitária, com a superação da exploração ou da violência frente aos trabalhadores explorados pelo capitalismo atual.

Assim, trazendo um conceito de capitalismo, Marx (2006, p. 177) diz que “a circulação das mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital”. Já um dos principais estudiosos da Economia Solidária, Paul Singer (1987, p. 7), define o capitalismo como um “sistema sócio econômico em que os meios de produção são propriedade privada duma classe de trabalhadores de não-proprietários”. Com isto, verifica-se que existem donos dos meios de produção e da produção, restando apenas para

os trabalhadores venderem seu trabalho a preços irrisórios, suficiente apenas para garantir a sua sobrevivência, sem poder intervir na tomada de decisões, na forma de gerenciamento do trabalho e na política.

O capitalismo contemporâneo transforma realidades no Brasil e no mundo, provocando aumento do desemprego e da informalidade, o consumo exacerbado, a fome e desigualdades sociais e econômicas, que geralmente atingem as classes desfavorecidas ou marginalizadas dos trabalhadores. Estes buscam como saída à construção de práticas alternativas ao desemprego, à pauperização e ao trabalho precário para continuar fazendo circular as mercadorias no mercado através do consumo, todavia, de uma forma menos catastrófica, menos competitiva e mais humanizadora.

Sendo assim, o consumo no capitalismo ocupa lugar de destaque. Nesta perspectiva, para Barbosa (2004, p. 32):

No mundo moderno o consumo se tornou o foco central da vida social. Práticas sociais, valores culturais, idéias, aspirações e identidades são definidas e orientadas em relação ao consumo ao invés de e para outras dimensões sociais como trabalho, cidadania e religião entre outros. Esta característica permite, no ponto de vista de alguns, descrever a sociedade contemporânea de uma forma negativa, ou seja, como uma sociedade materializada, pecuniária, na qual o valor social das

pessoas é aferido pelo o que elas têm e não pelo o que elas são.

Desta forma, a sociedade atual pode está buscando valorizar as pessoas pela quantidade de bens e recursos que possuem, não se importando com o bem comum, com preceitos éticos e com a melhoria social de todas as classes. Todavia, a autora não ver apenas um lado negativo do consumo, este serve ainda para definir identidade e valores culturais.

O consumo pode produzir de forma negativa tipos humanos específicos, induzindo-os à imitação, à competição por *status*, como um modo de relação social, enfatizando que a felicidade só será alcançada através do consumo. As principais características da sociedade de consumo são: sociedade capitalista e de mercado, acumulação de cultura material sob a forma de mercadorias e serviços, o consumo de massas e para as massas, o consumo de produtos da moda, a alta taxa de descarte e o consumidor individual, visto como um agente social e legalmente reconhecido na economia (BARBOSA, 2004).

Neste sentido, ao retomar o tema da pesquisa, a Autogestão, é importante trazer para o debate alguns de seus conceitos e preceitos. Assim, enfatizando as idéias de Singer (2002), a Autogestão busca a eficiência nos empreendimentos

solidários, além de serem economicamente produtivos, tornando-se centros de interação e de conceitos democráticos postos em vigor; diferentemente da heterogestão, que apenas busca tornar as empresas competitivas para satisfazer seus proprietários. Com a Autogestão os trabalhadores passam a ser mais livres, a ter poder de voto e de decisão, descentralizando as decisões e suas funções dentro do grupo; na heterogestão, há hierarquia de funções, centralização das decisões e dos lucros, poder autoritário, além da exploração dos trabalhadores.

Os adeptos da Economia Solidária e de seus princípios – como a Autogestão e a democracia, o planejamento financeiro e estratégico, as relações humanas e treinamentos constantes, a busca da independência, a transparência e a igualdade de condições para todos os seus associados – demonstram que se pode ter uma nova economia forte e sustentável, contribuindo para o processo de emancipação e formação de uma sociedade com mais desenvolvimento econômico, social, e, principalmente, humano; porém deve-se considerar neste contexto a possibilidade da Economia Solidária tornar-se apenas um subproduto do capitalismo, fortalecendo-o.

2.3.1 Características e Princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária possui características e princípios próprios bem diferentes dos ideais capitalistas, que servem para dar um norte a este movimento que a cada dia ganha novos horizontes, com muitos empreendimentos econômicos solidários espalhados por todo o Brasil e pelo mundo.

Seus princípios foram elaborados a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2001, e da III Plenária de Economia Solidária, ocorrida em junho de 2003, culminando com a carta de princípios da Economia Solidária, divididos em princípios gerais e específicos. Esta síntese foi retirada e adaptada do *site* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e dos escritos de Arroyo e Schuch (2006, p. 38-39), demonstrados aqui com algumas adaptações:

PRINCÍPIOS GERAIS:

1. A valorização social do trabalho humano, com valores de cooperação e de solidariedade;
2. A satisfação plena das necessidades de todos os trabalhadores;
3. O reconhecimento da mulher e do feminino numa economia centrada na Autogestão;
4. A busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza.

Esta economia é considerada como humanizadora, pois busca o desenvolvimento sustentável, o comércio justo e ético e a satisfação racional das necessidades dos indivíduos quando implantada de forma ética e democrática. Sendo assim, essa carta de princípios traz ainda alguns conceitos e valores da Economia Solidária, a saber:

1. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos;
2. Esta economia representa práticas com relações de colaboração solidária;
3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução;
4. Esta nova economia busca outra qualidade de vida e de consumo, sem exclusão social.

PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS:

Os princípios específicos da Economia Solidária se distribuem em três grupos: sistema de finanças solidárias, Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias e Construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático.

- Por um sistema de finanças solidárias *(O valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças; em nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos e éticos, as cooperativas de crédito, as*

instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mútuos, todos com o objetivo de financiar seus membros e favorecer o acesso popular ao crédito; e, em nível nacional, macro, estrutural: a descentralização das moedas nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário com as moedas comunitárias; o empoderamento financeiro das comunidades; o controle público da taxa de câmbio e da emissão de moeda nacional para evitar especulação e trazer a soberania do povo).

- Pelo Desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

(Articulação do consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho; conscientizar cada agente econômico para contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho com desenvolvimento local; a partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes para investir na criação de outras empresas solidárias; esta economia é um projeto de desenvolvimento para promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de

produzir e distribuir as riquezas, visando a subsistência dos atores sociais e o desenvolvimento sustentável).

- Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático *(A Economia Solidária é um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social e ambiental e a democracia participativa; exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas; preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao seu serviço, de forma transparente e fidedigna).*

Os empreendimentos solidários podem surgir na forma de economia informal, associações, fábricas recuperadas e cooperativas, dentre outras formas, desde que sigam os princípios da Economia Solidária. Para Pereira (2009, p. 36), “os empreendimentos econômicos solidários possuem idealmente as seguintes características: Autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social”. Neste contexto de busca da

emancipação do ser humano através de empreendimentos solidários, Cruz (2001, p. 17) fala que esta economia

Existe e se caracteriza pelo estabelecimento de relações e de propriedade distintas das relações tradicionais presentes em nossa sociedade. Entretanto, suas iniciativas estão imersas num mercado dominado pelas relações sociais que elas rechaçam, ainda que em boa parte das vezes este rechaço resulte de experiências práticas (empíricas) e não de escolhas políticas ou ideológicas.

A Economia Solidária se preocupa com as minorias: as mulheres, negros, os excluídos do mercado de trabalho. É compreendida como uma cultura do encontro, da solidariedade e da Autogestão, de outro jeito de se viver, com relações de sociabilidade e pertencimento de classe e de empoderamento da Autogestão na Economia Solidária.

Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária, os empreendimentos são organizações coletivas na forma de associações, cooperativas, empresas recuperadas, clubes de troca, grupos de produção etc., cujos sócios são trabalhadores da zona rural ou urbana, geralmente proprietários ou coproprietários, que exercem a gestão coletiva e os resultados são totalmente compartilhados por todos (ADAMS, 2010).

De forma geral, busca-se vivenciar os principais princípios da Economia Solidária: Autogestão, valorização social do trabalho, busca pela unidade entre produção e reprodução, difusão dos valores da cooperação, da solidariedade, busca por melhor qualidade de vida e de consumo, respeito à natureza e luta contra a exclusão social (OLIVEIRA, 2006).

Como relação às características da Economia Solidária, Adams (2010) expõe as principais: gestão coletiva (Autogestão); o controle e o poder de decisão dos associados, com igualdade de direitos; ausência de patrão; resultados compartilhados; quando há prejuízo, este é dividido por todos; e a gestão do empreendimento cabe aos próprios trabalhadores.

Para Singer (2002), as empresas solidárias são administradas de forma democrática, autogestionárias, com informações compartilhadas e tarefas divididas entre todos, os sócios não recebem salários, mas têm retiradas (denominadas de pró-labore), assim como os ganhos e perdas são igualitariamente divididos. No caso das empresas capitalistas, a gestão dá-se de forma heterogestionária e hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, onde seus proprietários recebem os lucros e salários e as informações não são compartilhadas.

Sendo assim, as características e princípios da Economia Solidária reforçam os seus ideais de emancipação dos atores sociais, que clamam por participação, igualdade e democracia no sistema capitalista, e que encontra neste movimento uma possibilidade de terem suas demandas atendidas, aumentando o seu capital cultural e social, que deve ser pensado diuturnamente pelo movimento de Economia Solidária e pelos seus empreendimentos enquanto novo modo de vida e de transformação social.

2.4 PECULIARIDADES NO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária como oportunidade histórica da ascensão de uma economia alternativa preconiza um Estado democrático, transparente, capaz de promover, através do diálogo com a sociedade políticas públicas, que fortaleçam a democracia e a participação dos cooperados na economia. Visa organizar a sociedade em bases diferentes da economia capitalista. É um instrumento alternativo de luta do trabalhador e se preocupa com o processo de trabalho, com o ser humano, com o meio ambiente, com a coletividade, com o desenvolvimento social e com a emancipação dos atores sociais através do trabalho. Reforça a ideia de que a

solidariedade e a Autogestão devem perpassar todo o sistema produtivo, sendo importantes para a união, a integração, a emancipação e o desenvolvimento dos atores sociais.

Assim, ao se falar do trabalho exercido pelos membros da Economia Solidária observa-se que “o trabalho associado pode tornar-se emancipador na medida em que possibilita a compreensão dos sentidos que ele tem para os próprios trabalhadores, e, ao mesmo tempo, para os que utilizarem os bens produzidos (...)” (ADAMS, 2010, p. 182-183). Ou seja, todo trabalho na Economia Solidária deve estar contemplado de sentido, o qual deve permear todas as atividades humanas de produção, de consumo e de distribuição.

É importante entender os dois tipos de gestão contemporânea que fazem parte de qualquer empreendimento, dependendo de seu objetivo final, os quais são: a heterogestão e a Autogestão, explicitadas por Singer (2002, p. 16-17), que afirma que “a heterogestão é uma administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo”. Isto é, visa a hierarquia e a concentração das informações, ao contrário da Autogestão.

A Autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na Economia Solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Fica evidente que a Autogestão carrega em si o desejo de emancipação e autonomia dos sujeitos imbuídos de processos solidários em seus empreendimentos, o que provoca o crescimento do movimento da Economia Solidária. Esta economia exerce atividades econômicas de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, com a utilização da Autogestão em todo o seu processo produtivo (LIMA, 2010).

O princípio fundamental da Economia Solidária é a Autogestão, que diz que os trabalhadores se tornam proprietários dos meios de produção de forma coletiva, com sua existência nas relações políticas e comunitárias dos empreendimentos, com uma participação ativa dos trabalhadores nas etapas do planejamento e da gestão desta nova forma de viver.

De forma geral, temos como exemplos de empreendimentos de Economia Solidária: as Flores de Pilões, na Paraíba; a Moeda Social Orquídea no bairro de São José

em João Pessoa, na Paraíba, o Turismo Ecológico e Sustentável, em Amazonas, e a Moeda Social Palmas, em Fortaleza, no Ceará. Estes empreendimentos econômicos solidários vivem processos de dinamização, com as pessoas e as tecnologias sendo cada vez mais adaptadas, realocadas e melhoradas continuamente (GAIGER, 2004).

Sabe-se ainda que muitos empreendimentos solidários estão inseridos na economia informal, mas carregam em si todos os princípios e características da Economia Solidária, preocupando-se com a qualificação dos seus associados que devem possuir habilidades necessárias para gerir o seu negócio, como: formação básica para o associativismo, cooperativismo e Economia Solidária, entendimento geral de políticas públicas, ferramentas básicas de gestão, Autogestão, oficinas sobre trabalho e emancipação do ser humano.

Neste contexto, é bom explicitar que, em todo o movimento da Economia Solidária, existe a solidariedade, que é um princípio fundamental da educação e da Autogestão, onde as práticas caminham para preservar a Autogestão e a formação educativa. A solidariedade é um dos pilares da Economia Solidária, pois concentra em si o que o ser humano pode ter de melhor, que é pensar no outro, compreender o outro, entender sua função social e ajudá-lo a sobreviver e a

ter mais qualidade de vida diante de um quadro econômico e político cada vez mais caótico. Neste, o que importa é a competitividade, o lucro, o indivíduo, o poder, o dinheiro, em detrimento do coletivo e dos valores, das pessoas, que são relegados ao segundo plano, esquecendo-se do senso de solidariedade que o ser humano deve ter frente às condições sociais dos outros indivíduos.

Ao analisar a solidariedade como um dos fundamentos da Economia Solidária, é central trazer à luz seu conceito, que, de acordo com Fretel & Simoncelli-Bourque (2003, p. 12), é um “valor que se expressa na relação entre pessoas com consciência de que compartilham uma comunidade de interesses de apoio mútuo, proteção e incentivo aos mais fragilizados, de respeito mútuo à dignidade humana e à sua capacidade de transformação da realidade”. Isto é, o sentimento que une todas as nações e conglomerados humanos na busca por objetivos comuns e coletivos, e que precisa ser sempre redimensionado para o coletivo, e não para o indivíduo, como prega o sistema capitalista.

As pessoas que precisam de solidariedade estão sempre em situação de vulnerabilidade, e nem por isto devem ser tidas como “coitadas”, mas entendidas como seres humanos que devem ser acolhidos e contemplados com uma

melhor repartição social e material por aqueles que possuem mais bens que elas. Tal espírito solidário é incentivado pela Economia Solidária, que, em sua essência, traz conceitos cristãos para mostrar que a união, a divisão e a caridade devem ser práticas do dia a dia das pessoas e que, quando as pessoas doam algo, saem mais satisfeitas do processo, o que já foi discutido por Marcel Mauss.

O conceito de economia de solidariedade ou solidária aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, no livro Educação Comunitária e Economia, organizado por Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez, no qual o autor chileno Luís Razeto o concebe como uma formulação teórica de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e Autogestão comunitária (SCHUTZ, RATNER & DOWBOR, 2008).

Considerando que a solidariedade tem dois lados e que todos ganham, Arroyo & Schuch (2006, p.61) afirmam que “nossa ideia de solidariedade remete a uma ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”. Ou seja, se todos praticarem o bem todos sairão ganhando, e não apenas uma pessoa. É

compartilhar dos ganhos e das perdas em qualquer processo necessário na Economia Solidária.

A aplicação dos princípios de propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual nos empreendimentos econômicos solidários unem todos os trabalhadores que produzem em uma única classe, tendo assim um resultado natural, que é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos do Estado de redistribuição solidária da renda entre as pessoas (SINGER, 2002).

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico (SINGER, 2002, p. 9).

Observa-se que, nas cooperativas de produção, a solidariedade deve ser sempre praticada, para que, em reuniões, na produção e demais atividades da organização, não surjam gargalos desnecessários, que podem prejudicar o seu êxito, e conseqüentemente sua busca por satisfação das necessidades dos seus membros.

Com a rapidez das transformações sociais, econômicas, educacionais, a inserção das redes sociais e as novas tecnologias o nosso ser solidário diminui, pois menos tempo temos disponível para o outro, para entender o outro e para a doação. Assim, passa-se a se centrar cada vez mais em nosso eu, em nosso indivíduo, no ter em detrimento do ser, o que provoca diminuição da caridade e da solidariedade em nossas práticas cotidianas, o que é combatido no movimento de Economia Solidária e em seus empreendimentos.

A solidariedade é um fundamento ético que orienta a formação de redes e implica responsabilidade social e conciliação de interesses comunitários por meio da participação de atores e de organizações sociais (SOUZA, CUNHA, DAKUZAKU, 2003, p. 34).

Nas reflexões sobre solidariedade, pode-se revisitar a concepção clássica oferecida por Durkheim, que trabalha os elementos de autonomia e de dependência dos indivíduos, tendo em vista o desenvolvimento da divisão do trabalho. Na passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, ele distingue entre duas solidariedades. A solidariedade mecânica, aquela dada pela similitude, característica das sociedades tradicionais, nas quais os indivíduos pouco se diferenciam e partilham os mesmos sentimentos, obedecem às mesmas crenças, e aderem aos mesmos valores. E a solidariedade orgânica, típica das sociedades modernas, nas quais os laços sociais são

dados pela interdependência das funções, a qual confere a todos os indivíduos, com todas as suas diferenças, uma posição social precisa (WANDERLEY, 2010, p. 97).

Deste modo, entende-se que a solidariedade passou por muitas transformações, e hoje, muitas vezes, nós a compreendemos como uma forma de *status* e de um “falso compromisso” com as classes pobres, não prevalecendo o valor da solidariedade.

De um ângulo mais emocional, Sampaio (2005, p. 57) relata que “baseado na solidariedade, o indivíduo tem a possibilidade de lidar com o afeto de forma construtiva e prazerosa, podendo experimentar seu doce sabor e, principalmente, recuperar a ternura”. Neste sentido, a solidariedade é uma corrente em que todos ganham. O ato de dar pressupõe o ato de receber, quem dá quer receber, como diz Marcel Mauss em sua obra *Ensaio sobre a dádiva* (1974), sendo esta, em sua essência, a busca da Economia Solidária.

Descrevendo sobre a economia da solidariedade, Razeto afirma que esta economia abrange formas alternativas de empresas, organizações econômicas populares, modalidades cooperativas e solidárias que vão de encontro aos problemas e necessidades econômicas, unidades

autogestionárias e que são criadas nos setores populares das cidades e do campo. As experiências de economia popular que buscam recuperar o controle sobre as próprias condições de vida, desenvolvendo na prática uma racionalidade econômica distinta, fundada nos valores da comunidade, na ajuda mútua e na solidariedade, denominam-se de economia de solidariedade (RAZETO, 1986).

A adesão dos trabalhadores em entidades associativas e cooperativas se junta à ideia da Economia Solidária, o que demonstra que a cooperação, o mutualismo, a solidariedade e o associativismo não apenas são ordenamentos éticos, mas sim possuem vantagens diferenciadas diante da economia capitalista. Expõe que a motivação original da interação econômica é a solidariedade, que objetiva interesses coletivos e a confiança mútua. Sendo assim, a solidariedade torna-se uma forte tendência intrínseca aos empreendimentos econômicos solidários, que lutam pela emancipação dos atores sociais através de seus valores e princípios, como a igualdade, a democracia e a justiça (ARROYO & SCHUCH, 2006).

Na Economia Solidária, a solidariedade deve perpassar todos os processos, tornando esses laços recíprocos entre os seus membros, sendo capazes de transformar a vida das pessoas, tornando-as seres humanos

com senso de justiça, equilíbrio e igualdade, o que, no longo prazo, pode provocar melhorias significativas em suas vidas e nos empreendimentos. No entanto, é bom evidenciar que nem todos os empreendimentos de Economia Solidária possuem a solidariedade em todo o seu processo de produção, mas podem apenas trabalhar parcialmente este conceito, podendo até não tê-lo em suas práticas cotidianas, e nem por isto, se dizem capitalistas. É importante notar que a solidariedade deve ser seguida pela Economia Solidária, mas não existe tal obrigatoriedade; porém, sem a solidariedade esta nova forma de ver a economia não será considerada uma saída para o desenvolvimento humano.

Nesta perspectiva, para que haja um real crescimento da Economia Solidária, deve-se utilizar de planejamento estratégico e financeiro, fortalecer relações humanas e interpessoais, treinamentos constantes, buscar a independência, a cooperação, a transparência e a igualdade de condições, para que se tenha uma economia sustentável com desenvolvimento econômico, social e humano, através da educação, da solidariedade e da Autogestão.

2.5 A AUTOGESTÃO E A EDUCAÇÃO: autonomia e emancipação dos atores sociais

Estes dois grandes pilares da Economia Solidária (educação e Autogestão) caminham juntos na formação de uma nova sociedade com valores éticos e humanos, tornando-se uma alternativa na formação de um novo modo de vida para o ser humano individual ou para grupos de atores sociais.

A Autogestão não deve ficar restrita às atividades econômicas, mas sim enfocar os espaços políticos, sociais e educacionais que demarcam a sociedade. Com a Autogestão, os trabalhadores tornam-se proprietários dos meios de produção de forma coletiva, exercitando sua participação ativa nas etapas do planejamento e da gestão do empreendimento.

A palavra Autogestão apareceu no mundo ocidental no final da década de 1960, porém, na França, seu sentido já estava presente no campo das lutas de classes, pois os trabalhadores lutavam contra a disciplina e a hierarquia que faziam parte das relações sociais do capitalismo, ocorrendo assim a criação de instituições e organizações representativas dos trabalhadores, demonstrando que a Autogestão poderia fortalecer os movimentos sociais e barganhar novos direitos para os trabalhadores (SARDÁ & NOVAES, 2012).

O conceito de Autogestão, em larga medida, está sendo banalizado, sendo muitas vezes tratado quase como sinônimo de cooperativismo e, mais ainda, mesmo não sendo praticada como deveria, mas sendo considerada como Autogestão. Autogerir é bem mais do que não ter chefe e se autoadministrar; é não explorar, é se emancipar, é trazer autonomia aos seus atores sociais, é trazer independência financeira e pessoal para o ser humano.

Para a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo - ITCP - USP (2007, p. 25):

Os empreendimentos solidários diferem-se dos tradicionais principalmente pela busca constante da Autogestão. Isso se reflete em todo o cotidiano de trabalho do empreendimento, através de comportamentos específicos, tais como empenho na abertura de espaços para discussão coletiva de qualquer assunto relativo ao empreendimento e de interesse de seus integrantes, a adoção de mecanismos de transparência das informações e a resolução de conflitos em ambiente propício a negociação em que todos podem se colocar. Dessa forma, o grupo vai construindo cotidianamente seu próprio entendimento do que é e como é o trabalho autogestionário.

Como bem relata a citação da ITCP, os empreendimentos solidários podem criar seu próprio conceito

de Autogestão, baseado em suas práticas e experiências do dia a dia, onde todas as decisões vão sendo tomadas e dialogadas com o grupo, para que se chegue às melhores decisões.

Conceituando a Autogestão, Vieira (2005, p.5) argumenta que:

A Autogestão é um modelo de organização em forma de empreendimento coletivo, onde os colaboradores interagem nas atividades produtivas, serviços e administração com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas.

Este tipo de gestão trabalha com uma administração estratégica, tendo as ordens e instruções fluindo de baixo para cima na hierarquia de trabalho (cargos superiores e inferiores) e as demandas e informações de cima para baixo, com as informações repassadas a todos os membros das associações ou cooperativas solidárias.

No Brasil, na década de 1990 o debate em torno da Autogestão ganha força, sendo considerado como o princípio central da Economia Solidária. Contudo, não existe, uma definição única de Autogestão, mas uma diversidade de concepções, contemplando a prática gerencial, ligada a técnicas administrativas e a um conjunto de práticas sociais

democráticas que propiciam a autonomia de um coletivo (ARAÚJO, 2006).

Nas palavras de Singer (2002, p.16), sobre a Autogestão, foi enfatizada sua importância enquanto modo de produção libertador, onde

A “Autogestão”, em seu sentido restrito – Autogestão *stricto sensu* -, enquanto princípio fundamental da Economia Solidária, deve ser plenamente entendida, para que em um segundo momento seja discutida não em seu sentido restrito, e sim sistêmico – a Autogestão *lato sensu*. Para Singer (2002), talvez a principal diferença entre a economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas.

A Autogestão é considerada uma prática social e política frente às necessidades técnicas de gestão, proporcionando senso de responsabilidade aos sócios, além de provocar a formação de consciência crítica, trazendo indícios de emancipação e libertação do trabalhador. Como prática gerencial, a Autogestão deve estar ligada à técnica administrativa que exige do trabalhador maior interação com a empresa, mais participação a fim de torná-lo um colaborador, identificado como parte fundamental da organização.

A forma de gerir autogestionária deve ser compreendida em um sentido generalizado e que não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme

completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social. Busca o desenvolvimento humano dos participantes. Possui uma democracia direta e a rotatividade de funções (MOTTA, 1981 & VERAGO, 2011).

Com relação aos princípios que norteiam a Autogestão, destacam-se: as tomadas de decisão descentralizadas, democráticas e coletivas, a solidariedade e a fraternidade, o trabalho mútuo e a valorização das pessoas e promoção da cidadania, seguindo o que indica a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG, 2005).

Os requisitos da Autogestão incluem: transformação social, fim dos antagonismos, capacidade dos sujeitos, o que requer um contexto político, social, econômico e ideológico transformado, diferente do atual.

Corroborando com este debate é importante demonstrar algumas das dificuldades na administração dos empreendimentos solidários, como bem ressalta Singer (2002, p.19), quando expõe que “o maior inimigo da Autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”. Ou seja, o exercício da democracia é bastante complicado para pessoas que antes eram administradas por padrões severos, rígidos e agora,

nesta nova economia, passam a ser seus próprios patrões, o que nem sempre é uma adaptação fácil de acontecer, requerendo doses extras de democracia, participação e paciência por parte do indivíduo e do grupo no qual está inserido.

Quanto às empresas solidárias, sabe-se que elas são de todos os trabalhadores e que possuem a preocupação com a qualidade do trabalho e do bem estar. Todavia, o excedente produzido pelo trabalhador (sobras) é repartido igualitariamente por todos os trabalhadores.

Portanto, deixa-se claro que a Autogestão dos empreendimentos solidários busca lidar com os princípios da democracia, da igualdade e da participação em toda a produção, comercialização e vendas do produto ou serviço. Nesta perspectiva, persegue o alcance da autonomia e da emancipação dos seus sujeitos, que se tornam pessoas imbuídas de papéis sociais com maior senso de responsabilidade, de liderança, de educação crítica, de democracia nas decisões, de divisão de tarefas, de sucesso coletivo e de espírito de equipe na Economia Solidária, que nada mais é do que um processo pedagógico de libertação do trabalhador.

Outro ponto importante a ser enfatizado é que não se faz Economia Solidária sem um processo educativo, de

ensino e aprendizagem, de troca de experiências e saberes. Nesta pesquisa, a educação é visualizada como um processo de formação dos sujeitos ou atores sociais, pela sua autonomia e emancipação, sendo que haverá a conscientização destes atores através do diálogo e de práticas formativas. Por isto, a escola, as universidades e demais centros de ensino devem buscar integrar o cidadão à realidade e ao mundo da contradição. E assim, cabe à extensão universitária construir espaços de construção e de trocas de conhecimento com vistas à formação de um sujeito que intervenha na sua realidade social. A extensão objetiva constitui uma relação direta com a sociedade, na troca de experiências, a fim de melhorar uma realidade.

Sabe-se que os processos educacionais podem ser contraditórios e nem sempre chegam a um denominador comum. Enfatizando esta ideia, Wanderley (2010, p. 20) expressa que “a educação em geral sempre oscilou entre dois pólos: dominação e emancipação”. Ou melhor, ora a educação domina, ora liberta, dependendo de como os atores sociais a conduzem, pois a condução pode proporcionar a libertação e a emancipação dos indivíduos, ou, ao contrário, pode provocar o encarceramento da pessoa e de todas as suas potencialidades.

Neste contexto, surge a educação popular como um dos eixos capazes de tornar o ser humano um ser crítico, analítico e transformador da realidade. “A educação popular é, em si mesma, um movimento de trabalho pedagógico que se dirige ao povo como um instrumento de conscientização etc.” (WANDERLEY, 2010, p. 23). Entende-se que a educação nesta concepção busca a conscientização do ser integral, contemplando o seu aspecto pessoal e profissional.

Ao falar de Economia Solidária, Boaventura de Souza Santos & César Rodrigues (2012, p. 74) dizem que “os homens e mulheres de diversas raças e nacionalidades que decidiram, ao participar dessas experiências, remar contra a corrente são a prova viva da capacidade de imaginação e da vontade de procurar alternativas de produção além do modelo dominante”. Neste sentido, cabe à educação, à imaginação e à criatividade dos envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários serem metas alcançadas por esses atores sociais que vislumbram a constante emancipação e o desprendimento do mercado capitalista.

Explicitando sobre a reflexão das ações humanas na luta pela transformação social, Freire afirma que “a práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2005, p. 42). Ou

seja, o autor corrobora com a afirmativa de que, através da educação, o homem pode transformar a realidade em que atua; aprender em conjunto traz o verdadeiro aprendizado, podendo contribuir para uma nova sociedade, que inclusive pode até chegar a ver a Economia Solidária como uma saída para a solução dos problemas sociais, o que é almejado pelo nosso campo de análise nesta tese, a IUEES e o CAVI.

Partindo-se do pressuposto de que a Economia Solidária é um movimento popular, e, portanto, deve ter uma educação popular, Freire (2005) considera que a educação popular é uma educação do povo e não para o povo, sendo o povo o protagonista da história, o grande centro dos fatos sociais e, por isto, deve ser mais valorizado e escutado em seus anseios.

Vale explicitar que, mesmo tendo habilidades técnicas, o educando, na Economia Solidária, deve ter o senso crítico para as contradições capitalistas para contribuir na análise social e econômica. Sendo assim, Freire (2013, p. 138) diz que a consciência crítica é “a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”. Ou seja, é uma análise crítica do que ocorre e não via hipóteses.

Indubitavelmente, a educação provoca a conscientização dos indivíduos sobre temas que antes

desconheciam, e que, por esta razão não podiam fazer qualquer tipo de análise crítica e profissional. Através de uma formação conscientizadora e problematizadora, provoca nas pessoas a sensação de crescimento intelectual e de senso de justiça frente aos problemas sociais que assolam a sociedade atual, como bem ressalta Freire (2013, p. 19):

Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores aderiram ao movimento da organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho [...].

Neste momento de crítica ao sistema e de conscientização dos atores sociais, surge a importância da educação superior e de sua extensão universitária como formas de minimização das desigualdades sociais, construindo novas possibilidades de vida para os atores sociais, que Thiollent (2002, p. 2) bem explicita, ao falar de extensão, onde

Por sua vez, a extensão também é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados. A

construção extensionista não está limitada aos pares, abrange uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções.

A extensão serve como um dos tripés da universidade (ensino-pesquisa-extensão), onde a sociedade é chamada para atuar e seus anseios são atendidos, com o apoio de professores e alunos, todos estudiosos em busca de melhorias sociais, mas que trabalham em conjunto, se educam em conjunto e conseguem resultados coletivos.

Considerando a extensão e a Economia Solidária, observa-se uma preocupação tanto do ponto de vista metodológico quanto de formalização dos princípios solidários nos empreendimentos, porém não se enfatiza a participação dos sujeitos nos projetos de extensão desta temática desenvolvidos pelas incubadoras solidárias nas universidades, como demonstra nosso estudo. Assim, observa-se que é pela extensão que a universidade reflete sobre a Economia Solidária e desenvolve práticas de formação dos atores sociais que compõem os empreendimentos solidários incubados nestas instituições. Tais empreendimentos trazem experiências para o corpo discente, docente e para técnicos das universidades responsáveis pela sua gestão, propiciando a relação da

extensão com a sociedade, fazendo jus ao que objetiva o mundo acadêmico, ou seja, uma real aproximação entre a academia e a sociedade.

Os projetos de extensão proporcionam a construção do conhecimento em suas atividades, divididas em: diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições, ações formativas para membros dessas comunidades ou instituições, ações formativas para alunos, professores e técnico-administrativos da universidade, e ações informativas ou mobilizadoras em públicos mais amplos (THIOLLENT, 2002).

Nos processos educacionais, compreende-se que, na Economia Solidária, o ser humano deve ser o protagonista de todo o aprendizado, e com isto poderá adquirir a sua emancipação e a separação de seus opressores cotidianos, onde, de acordo com Adams (2010, p. 18) “no campo da Economia Solidária, tais processos educativos exigem uma postura de autonomia, de protagonismo emancipador dos sujeitos – educadores e educandos – no sentido de superar os riscos que prolonguem e agravem a submissão e a dominação cultural”.

Ainda neste enfoque educacional, tem-se a contribuição significativa da universidade quanto ao processo de formação dos atores sociais através da sua capacitação

técnica para os empreendimentos solidários, contemplando ferramentas pedagógicas, como: oficinas de trabalho, palestras, reuniões, visitas aos empreendimentos solidários etc., como formas de qualificar os seus associados. Já a capacitação administrativa feita pelas universidades é composta por reuniões em círculos, visitas, pesquisas, debates sobre democracia, para que assim se desmitifique a compreensão dos mecanismos de gestão e se entenda melhor o empreendimento que se situa num ambiente solidário, mas ainda dentro do sistema capitalista.

Ao mesmo tempo em que estamos falando do capitalismo, remonta-se à ideia de cultura, já que esta existe em todos os lugares, sejam lugares pobres ou ricos. Todavia, onde a cultura é aplicada de forma crítica, os cidadãos terão uma formação mais sólida, podendo inclusive servir como crítico desta forma de produção que enclausura o ser humano e o explora de formas inimagináveis, importando-se apenas com o desenvolvimento econômico, esquecendo-se do desenvolvimento humano e social, os quais devem ser prioridade para qualquer país que busca ter atores sociais emancipados e livres.

Quanto a uma definição de cultura, Laraia (2001, p. 33) expõe que:

A primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico, [...], pertence a Edward Taylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive culture* (1871). Taylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e irregularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

O autor quis dizer que Taylor identificou na cultura um objeto de estudo que pode ser sistematizado, já que possui causas e irregularidades, proporcionando a formulação de leis que contemplem a evolução do homem e seu processo cultural.

Inclusive Durkheim e Lévi-Strauss, consideram a cultura – e por extensão todos os sistemas simbólicos, como a arte, o mito, a linguagem etc. – em sua qualidade de instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, qual seja o acordo quanto ao outro, tende-se a considerar a cultura e os sistemas simbólicos em geral como um instrumento de poder, isto é, de legitimidade da ordem vigente (BOURDIEU, 2007, p. VIII).

Portanto, entende-se a cultura como um sistema simbólico, o que na visão antropológica também é uma visão de mundo, é a forma como o sujeito se ver no mundo ou no grupo em que está inserido. A ideia de cultura como

conhecimento divide as pessoas entre os que conhecem e os que não conhecem. Todavia, é bom ressaltar que existem na educação fragilidades educacionais que ocasionam desníveis de saber, onde algumas pessoas possuem mais chances de crescimento educacional e de aprendizados do que outras, já que algumas escolas possuem metodologias diferentes que terminam formando melhor teoricamente o cidadão, o que no longo prazo provoca melhores oportunidades para o sujeito devido a quantidade de informações e a formação que teve em seus anos escolares.

No movimento de Economia Solidária, a cultura exerce um papel importante, pois cada empreendimento solidário e autogestionário tem sua própria identidade e cultura, se firmando enquanto movimento social capaz de ter existência própria e de poder marcar seu *modus operandi* da forma como se conduz todo o processo de produção, consumo e distribuição dos bens e/ou serviços gerados por este empreendimento.

Em sua tese “capital cultural, classe e gênero em Bourdieu”, Valle Silva (1995) expõe que o capital cultural é expresso por Bourdieu para analisar situações de classe na sociedade, servindo até certo ponto para caracterizar subculturas de classe. Todavia, deve-se entender o capital cultural não só como uma subcultura, mas também como um

recurso de poder que chega a se destacar de outros, especialmente dos recursos econômicos, e que o capital cultural, considerado estrategicamente por Bourdieu, é um mecanismo reprodutor das condições sociais existentes reforçadas pelas suas ligações com as formas de capital: social, econômico (dinheiro) e simbólico. Assim, além do capital cultural, existem outras formas básicas de capital, como: o capital social (os contratos) e o capital simbólico (o prestígio) que, unidos, formam as classes sociais.

O sociólogo francês (2004) acrescenta ao capital social, cultural e econômico, o capital simbólico, tido como um crédito, que é o poder atribuído àqueles que possuem reconhecimento para impor suas condições, e serem por isso reconhecidos.

Em se tratando de educação, Bourdieu (1974, p. 488) afirma que “se manifestam na escola os gostos, as preferências, o reenquadramento dos indivíduos nas suas classes de origem, onde a partir do *habitus* a escola atua, sendo esta instituição eficaz na reprodução dos privilégios de classe, pois de forma velada aparenta total neutralidade”. Como salientado, a escola geralmente serve para reforçar o sentimento de conformismo e pobreza que a classe baixa já possui, reafirmando seu lugar no mundo, um lugar de submissão e exploração, que resta para quem não teve o

privilégio de acessar uma educação de qualidade. Portanto, nesta proposta educacional, a Economia Solidária acredita numa educação de qualidade e capaz de formar sujeitos integrados com o contexto social, capazes de transformar realidades. De forma geral, o *habitus* de Bourdieu caracteriza a Economia Solidária enquanto um novo campo do espaço social em que atua, demonstrando como este espaço deve se constituir frente aos sentimentos solidários e à valorização da sociedade.

Neste contexto de valorização social, D'Araujo (2010) diz que, na década de 1980, Pierre Bourdieu conceituou o capital social como agregador de valores, reais ou potenciais, que propiciam o pertencimento durável a certos grupos e instituições da sociedade; já o sociólogo americano James Coleman, no final da década de 1980, trouxe o conceito de capital social em seus escritos, afirmando o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, ou seja, que as normas prescrevem a ação e os comportamentos humanos.

Segundo Bourdieu (1980), o capital social é constituído de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações ditas “institucionalizadas” de conhecimento e reconhecimento; isto é, ele é formado por redes sociais informais entre indivíduos e

pela sociabilidade na vida familiar, na igreja, na escola e até no trabalho.

James Coleman é considerado também um dos fundadores do conceito de capital social. Assim, este define que

O capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse(...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstram confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...) Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente empregados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com o mesmo capital físico sob a forma de utensílios e equipamentos (COLEMAN, 1988, p. 302).

Entende-se que o capital social funciona como facilitador da ação de diferentes tipos de atores sociais, só existindo quando os membros trabalham de forma coletiva e com elevado grau de confiabilidade em suas ações e tarefas.

Considera-se de fundamental importância ressaltar os movimentos sociais que fortalecem o capital social. Ressalta-se que até 1980 os movimentos sociais, de modo geral, lutavam contra o sistema capitalista, mas que de meados da década de 1980 até o final dos anos de 1990

perdem visibilidade como ações contestatórias, pois o Estado deixa de ser seu principal adversário, ao qual reivindicavam melhorias sociais, trabalhistas, econômicas, etc. Estes movimentos sociais se transformam e assumem novas demandas, localizadas no âmbito da sociedade civil, visto que já não objetivam tomar o poder do Estado, mas precisamente garantir direitos sociais.

Ainda na década de 1990, os movimentos sociais alcançaram muitos direitos sociais para parcela significativa da sociedade, através da lei e do Estado, como por exemplo, na Constituição Federal Brasileira de 1988, que garantia educação e saúde para todos, o que até certo ponto desmobilizou os movimentos que tinham no cerne de suas lutas essas conquistas (GOHN, 1997).

Os direitos sociais objetivados pelos movimentos sociais, muitas vezes via associações, cooperativas e sindicatos, têm sua predominância na luta trabalhista por melhorias nas condições de trabalho e de salários, diminuição do desemprego, garantias de segurança, no acesso à educação pública e de qualidade, moradia e saneamento básico para todos. Em suma, estes movimentos lutam por diminuição das desigualdades entre as classes.

Portanto, o capitalismo, o capital econômico, o simbólico, o cultural e o social estão interligados e se

entrecruzam nos mais diversos aspectos, demonstrando a necessidade de entendimento por parte dos indivíduos de seu poder como transformadores de situações que podem ser realinhadas, no intuito de trazer benefícios, podendo utilizar-se da Economia Solidária para ampliar as transformações sociais e econômicas fundamentais.

De forma geral, a educação enquanto fenômeno cultural busca socializar as relações e aprendizados como práticas libertadoras e emancipatórias, principalmente nos movimentos de Economia Solidária e de Autogestão demonstrada por Adams (2010, p. 25), quando explica que “a educação pode ser compreendida como uma atividade humana, socializadora, mediada pela experiência, onde educador e educando estão situados numa práxis social em que os acontecimentos históricos adquirem um potencial de mediação pedagógica”. Ou seja, a educação é a mola basilar de qualquer desenvolvimento, seja este econômico ou social.

2.6 ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO: a Economia Solidária

A Economia Solidária tem, em seu fundamento, a busca pelo desenvolvimento humano e social, e para isto, utiliza-se da igualdade, solidariedade e de princípios

democráticos como formas de emancipar os seres humanos. Esta economia tem nas cooperativas o seu maior expoente, e, por isto, deve-se refletir na perspectiva solidária sobre a legislação que regula as cooperativas no país, especialmente a Lei Nº 5.764/71 e sobre outras leis que regulam tais empreendimentos que possuem um novo olhar econômico enquanto processo pedagógico e que pode nascer na crise econômica, porém não é resposta a esta crise.

No contexto atual, é interessante reconhecer que a Economia Solidária busca diminuir o desemprego estrutural, atuando em lacunas que o Estado não preenche (ANTUNES, 2001). Assim, cabe destacar que, de acordo com Cruz (2001), muitas políticas públicas são baseadas em projetos de Economia Solidária, onde as populações mais carentes têm sido privilegiadas. Tais políticas possuem a missão de aumento do trabalho e da renda para populações à margem do mercado formal e na busca por melhores condições de vida, tão carentes de melhorias e de atenção pelos poderes públicos. Estas políticas públicas de Economia Solidária objetivam amenizar as pressões sociais, e não criar um modelo alternativo ao desenvolvimento, sendo vistas como um “trampolim” para o emprego formal, ou como algo passageiro na crise.

As políticas públicas de Economia Solidária, quando existem, foram implementadas principalmente após 2003, momento da constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contribuindo para maior articulação entre os integrantes de Economia Solidária no país. Por conseguinte, através do desenvolvimento de políticas públicas, o Estado tem utilizado a Economia Solidária como estratégia para a geração de trabalho e renda (SILVA & WEBERLING, 2007).

É bom enfatizar as características que demonstram a falta de humanização da economia capitalista neoliberal e que fazem crescer a Economia Solidária, como: o aumento da pobreza e das desigualdades sociais (principalmente entre a população mais vulnerável, composta por crianças, mulheres etc.), a exclusão social e o desemprego. Na contramão deste processo, surgiu a Economia Solidária, como um movimento global de luta entre os oprimidos para a melhoria de sua humanidade, com muitas tentativas contra a globalização neoliberal, a exemplo de consumo ético e consciente, finanças solidárias, comércio justo de bens e serviços, produção associativa, comércio equitativo e diálogos interculturais.

A economia popular solidária apóia os empreendimentos sustentáveis como forma de superação do subdesenvolvimento local, observando os indicadores sociais.

É tida como um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia, na cooperação e na Autogestão (LIMA, 2010).

É preciso considerar que as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e o primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista, mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes, onde possuem, nas cooperativas e associações, exemplos de êxito em setores como a agricultura, o extrativismo vegetal e a criação de animais,

Atualmente existem muitas replicações de experiências e empreendimentos solidários; no entanto, é necessário que os associados se apropriem mais dos princípios da Autogestão para que o negócio realmente possa crescer. Ou seja, é preciso que haja maior engajamento dos membros da Economia Solidária, das políticas públicas e de órgãos de fomento, para que se alcance maior número de empreendimentos, consolidando-se como uma opção de melhoria social nacional.

De forma geral, para wellen (2012), a crise capitalista provocou muitos danos sociais e abalos institucionais, com seqüelas na insuficiência do Estado e do mercado para equilibrar o mercado e melhorar a questão social, o que provocou uma lacuna nas instituições sociais e civis resultando na ausência de alternativas sociais que pudessem transformar a sociedade, sobrando apenas alternativas como a Economia Solidária, que possui uma atuação localizada e de menor expressão, porém, representada principalmente por associações e cooperativas. Todavia, vale ressaltar os vários tipos de empreendimentos da Economia Solidária, os quais são: grupo informal, associação, cooperativa, sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, sociedade mercantil em nome coletivo, sociedade mercantil de capital e indústria, dentre outros tipos (SENAES, 2007).

Devem-se citar ainda os motivos para criação dos empreendimentos de Economia Solidária: 1. Uma alternativa ao desemprego; 2. Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as); 3. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; 4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos; 5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios; 6. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades, 7. Alternativa organizativa e de qualificação; 8. Motivação social, filantrópica

ou religiosa; 9. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu; dentre outros motivos; os quais provocam o desenvolvimento da Economia Solidária.

Assim, para obter maior desenvolvimento humano e social, a Economia Solidária necessita de mais investimentos e de políticas públicas adequadas para que os seus empreendimentos alcancem o êxito esperado, que é o de transformar a sociedade num lugar mais justo e igualitário, onde o ser humano seja respeitado e emancipado.

2.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

É possível compreender que as transformações sociais, políticas e econômicas juntamente com a reestruturação produtiva ocorridas nas últimas décadas, no neoliberalismo, remetem as pessoas às várias alternativas para a sua sobrevivência no mercado de trabalho, o que não é fácil, pois este é decorrente de um mercado competitivo e individualista, onde prevalecem os valores egoístas e ligados ao dinheiro, com ênfase no lado material e no ter em detrimento do ser, o que ocasiona ao longo prazo pessoas com mais dificuldade de trabalho em equipe e descrentes de alternativas como a Economia Solidária.

A sociedade global tem enfocado valores que muitas vezes não são fundamentais para a criação de um ser humano integral, crítico, analítico e preparado para liderar situações de forma democrática e com espírito de equipe e de coletivo, o que ocasiona a não consciência crítica dos indivíduos, a não sustentabilidade humana e ambiental e a falta de solidariedade entre as pessoas e empresas, que se afastam de preceitos igualitários e de justiça. Deste modo, surge a Economia Solidária com uma proposta alternativa de luta contra o desemprego, a exclusão social, a diminuição dos direitos sociais pelo Estado e por uma política mais ética.

A economia capitalista, representada por um mercado onde o capital é o grande centro de tudo, considerada a maior e mais forte economia existente, tem preceitos e valores que desvalorizam o ser humano e a natureza. Às vezes, utiliza-se da Economia Solidária como mais um movimento de fortalecimento do capitalismo, inclusive contratando funcionários que antes faziam parte da Economia Solidária, pagando salários irrisórios e retirando destes todas as forças possíveis de produção, escravizando-os e alienando-os no processo produtivo.

Deste modo, os atores sociais nos empreendimentos econômicos solidários têm um papel de suma importância, pois são os protagonistas da história, que criam e recriam em

cada atividade, função ou situação, formas novas e criativas de fazer seu trabalho, com êxito, com laços solidários, maestria e dinamismo. Neste sentido, provocam nos demais atores sociais a preocupação com a qualidade, com o capital cultural e social gerados, com o aumento da produtividade, mas sem exploração ou a menor exploração possível dos trabalhadores desses movimentos sociais, que se buscam tornarem-se seres humanos emancipados através da educação e do trabalho e com maior qualidade de vida.

3 REFLEXÕES SOBRE A AUTOGESTÃO E A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS INCUBADORAS SOLIDÁRIAS, COM ÊNFASE NA IUEES/UFCG

“O diálogo enquanto uma das bases da educação possibilita a conscientização com o objetivo de formar cidadãos da práxis progressista, transformadores da ordem social, econômica e política injusta” (Paulo Freire)



No capítulo anterior, foi feita uma trajetória histórica da Economia Solidária e de seus empreendimentos, considerando sua importância econômica e social; a

funcionalidade do capitalismo e seus entraves na contribuição para esta nova economia; o neoliberalismo, o capital social e cultural, além da real reestruturação produtiva que transformou o mercado de trabalho e fez com o que o trabalhador fosse obrigado a se readaptar a uma nova realidade e as suas tecnologias.

Neste segundo capítulo do trabalho, fez-se um apanhado do que se trata de fato a gestão da Autogestão na Economia Solidária e a gestão econômica e social, que muitas vezes coexistem em qualquer empreendimento, seja econômico ou social. Outro ponto será além de contextualização da presença e da importância das incubadoras universitárias de Economia Solidária pelo Brasil, com ênfase para a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES), da Universidade Federal de Campina Grande, e seu principal empreendimento solidário analisado neste estudo, o Centro de Arte em Vidro (CAVI).

Diante do exposto, alguns autores, órgãos de fomento e seu legado serão retratados nesta parte do trabalho, como, por exemplo: a ANTEAG (2005), que expõe sobre a defesa da Autogestão; Culti (2007), sobre o processo prático educativo da incubação de empreendimentos solidários; Dagnino (2011), que demonstra a importância da

gestão social; Faria (2005); que conclama para o forjar do sentimento de solidariedade nas empresas autogestionárias; Freire e Macedo (2013), sobre o processo de leitura do mundo e a emancipação dos atores sociais; ITCP-USP (2007), que caracteriza a democracia no ambiente de trabalho dos empreendimentos na Economia Solidária; Marx (2006), quando trata da jornada de trabalho; Pochmann (2002), no que tange a precarização do trabalho e a exclusão social como desafios para este século; Singer (2002), que comenta sobre os conceitos e a importância da heterogestão, além de características das cooperativas populares; e Souza (2013), ao demonstrar a relação dos atores sociais na Economia Solidária, dentre outros autores, os quais terão seus estudos e reflexões comentados pelo pesquisador.

Considera-se a Economia Solidária como uma das alternativas de saída para o desemprego estrutural e a exclusão social no Brasil e no mundo, uma nova economia, um novo olhar sobre a formação dos atores sociais em princípios solidários e democráticos. Todavia, sabe-se que seu conceito carrega em si muitas interpretações por ser ainda um campo em construção, mas que apresenta como características básicas os princípios do cooperativismo e da Autogestão (adesão livre e aberta, a transparência administrativa, a gestão e o controle democrático dos

cooperados, a educação e a interdisciplinaridade, a intercooperação e o interesse pelos assuntos comunitários, a valorização das pessoas, a divisão do trabalho e trabalho em equipe, a solidariedade e a fraternidade, dentre outros).

Sendo assim, é evidente que a Economia Solidária não é resposta para todos os problemas sociais, educacionais e econômicos que afligem a sociedade, mas sim uma alternativa que possui limites e possibilidades de atuação capazes de melhorar a sociedade, e até transformá-la. Obviamente, existem muitos desafios para sua implantação na sociedade como um todo, já que a Economia Solidária possui um campo de trabalho ainda pequeno e com restrições financeiras para fazer frente ao poder do mercado capitalista globalizado.

Em todas as abordagens de defesa da Economia Solidária, pode-se perceber que está presente uma concepção de mudança de padrão de organização da sociedade em todos os seus aspectos: social, econômico e cultural. Contudo, no contexto atual, as experiências existentes precisam ser publicizadas (controle social) e reconhecidas pelos diversos segmentos da sociedade. No Brasil, houve ganhos significativos, mas vários sujeitos que participam dos processos de organização dos empreendimentos ainda vêem esta economia apenas como

um meio de subsistência ou mesmo, como alternativa temporária de ganhar renda.

Mesmo que norteado por sentimentos altruístas, a aplicação de regras abstratas que idealizem relações econômicas de solidariedade dentro do mercado capitalista, expressa uma análise romântica da sociedade que nem apreende as causas centrais das contradições sociais, nem visualiza possibilidades concretas de transformação social (WELLEN, 2012, p. 242).

Em se tratando dos entraves da Economia Solidária, estes precisam ser observados com um olhar crítico que possa ser ajustado como forma de seu crescimento social. Todavia, existem alguns desafios visíveis nessa economia, como: falta de planejamento financeiro e humano, pouco crédito para a produção, pouca Autogestão do empreendimento, baixa autoestima de seus associados, falta de valorização social, falta de esperança sobre as condições sociais e econômicas dos associados, poucas noções de *marketing* e de vendas, falta de apropriação e empoderamento dos preceitos solidários pelos seus membros, dentre outras causas que dificultam o desenvolvimento autogestionário.

É válido supor que a Autogestão é o centro de qualquer organização ligada à Economia Solidária, inclusive

nas incubadoras solidárias, o que provoca uma luta constante de seus atores sociais para conquistar sua autonomia, emancipação e libertação de seu opressor. Com a libertação do seu opressor, as pessoas podem se desenvolver de maneira plena e humana, o que já foi percebido pela Economia Solidária, inserindo esta libertação como um desejo e meta para um maior desenvolvimento social.

Explicitando melhor a questão do desenvolvimento da Economia Solidária e da libertação do trabalhador, Souza (2013) afirma que existem quatro conjuntos de atores sociais que se destacam neste tipo de desenvolvimento no Brasil, que são: 1) Sindicatos, que fomentam esta forma de cooperativismo; 2) Universidades, através de seus núcleos de extensão universitária; 3) Poder público, através de secretarias e departamentos, em âmbitos municipal, estadual e federal; 4) Igrejas, com seus movimentos e pastorais sociais. Com isto, evidencia-se que o movimento da Economia Solidária vem sendo conduzido por entidades sindicais e universitárias, organizações não governamentais (ONGs) e os próprios empreendimentos solidários que, de forma conjunta e democrática, se articulam politicamente em âmbito nacional, numa intermediação com várias instâncias públicas.

Os sindicatos, as cooperativas, as incubadoras universitárias, o Estado e as igrejas juntos podem provocar

mudanças sociais na Economia Solidária e nas necessidades da população envolvida, diminuindo a exclusão social e o desemprego. Nesta perspectiva, tais instituições provocam o desenvolvimento da Economia Solidária na cidade e no campo através de processos autogestionários que trazem a autonomia para os seus sujeitos, resgatando o seu sentimento de pertencimento a respeito de seus empreendimentos solidários. Contudo, é importante sinalizar que, com as incubadoras universitárias, a Economia Solidária ganha ares acadêmicos, autogestionários e profissionais, que fazem com que a difusão do conhecimento sobre este tema se propague com mais rapidez, dinamismo e criticidade, além da busca da utilização da Autogestão em todos os processos de trabalho geridos pelos docentes, técnicos, discentes e pesquisadores que compõem as incubadoras e vislumbram dias melhores para os empreendimentos incubados.

3.1 A GESTÃO DA AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A gestão propagada pelo movimento da Economia Solidária é um tipo de gerência bem diferente da consolidada no capitalismo, pois nesta nova gestão o homem é valorizado enquanto ser, tendo como fundamento mais importante o

processo produtivo e suas particularidades, que devem favorecer a formação e emancipação dos atores sociais como meio de libertação da relação opressor-oprimido no tecido social vigente, que possui atualmente um caráter desumanizador.

Ao considerarmos como chave de análise os tipos de gestão em qualquer organização, é imprescindível ter em mente o significado amplo de gestão, que, para Lacombe (2004), é o mesmo que administração, que significa um conjunto de esforços que têm por objetivo planejar, organizar, dirigir ou liderar, coordenar e controlar as atividades na busca por resultados comuns; é o processo de administrar; ou o conjunto de princípios, normas, decisões e ações com o intuito de tornar os processos eficientes.

A etimologia da palavra gestão deriva do latim *gestione*, que significa gerir, gerência ou administração. Sendo, portanto, administração é sinônimo de gestão, onde,

A busca diária da democracia no ambiente de trabalho de um empreendimento não basta para que esse sobreviva no mercado e progrida. É essencial que se adquiram conhecimentos específicos de gestão, o que servirá de base para a tomada de decisão coletiva. Portanto, faz-se necessário o domínio de diversas questões financeiras, comerciais, administrativas e operacionais, tais quais: como organizar o dinheiro, como fazer orçamentos, como e quais impostos pagar,

como determinar preços, como elaborar contratos com consumidores e fornecedores, como planejar o que se pretende fazer, como saber se é possível fazer determinado produto, entre outras (ITCP – USP, 2007, p. 25).

Neste sentido, fica evidente que é necessário ter profissionais que entendam dos conceitos de gestão e das práticas gerenciais adaptadas aos processos solidários para que o gerenciamento dos empreendimentos seja feito de forma eficiente, eficaz e econômica, utilizando dos princípios autogestionários, como a igualdade, a solidariedade e a equidade em todas as etapas da produção, esclarecendo para a sociedade que estes empreendimentos podem ser dinâmicos e adaptados às novas tecnologias, mas valorizando o trabalho e o ser.

É importante registrar que, para a ITCP – USP (2007), a gestão costuma englobar os valores dominantes da competição e do capital sobre o trabalho. As questões técnicas são geralmente nas áreas de economia, contabilidade, administração, engenharia e direito, as quais podem ser readequadas às práticas autogestionárias. Enfatiza que se pode adaptar o conhecimento técnico para a Autogestão, salientando que um trabalhador que nunca fez atividades de gestão pode fazê-lo de forma correta,

lembrando que todos os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador na Economia Solidária devem ser valorizados, inclusive anteriores à entrada neste tipo de empreendimento, e não esquecidos ou relegados ao segundo plano, já que os atores sociais carregam práticas diversas, de campos distintos e visualizados de diferentes ângulos. Reforça que a Economia Solidária é considerada ainda uma área ou tema multidisciplinar, onde todos podem participar, desde profissionais da área de história, economia, sociologia, serviço social, pedagogia até nutricionistas e engenheiros, porém voltados para uma gestão social.

Tendo em vista que a Autogestão é o contrário da administração capitalista de empresas, que objetiva maximizar o lucro seguindo os interesses dos detentores do capital, esta nova forma de administrar tem como objetivo o bem estar dos produtores, que são os fundadores e proprietários da empresa. Baseia-se na administração coletiva – tendo cada sócio um voto nas assembleias que decidem o destino do negócio – e dialoga sobre os principais problemas enfrentados e suas possíveis soluções. A solidariedade toma o lugar da competição na Economia Solidária e desconcentra os dados e informações das mãos da alta administração (ITCP-USP, 2007).

No que diz respeito à luta constante pela Autogestão, os empreendimentos econômicos solidários diferem dos tradicionais, o que se reflete em

Todo o cotidiano de trabalho do empreendimento, através de comportamentos específicos, tais como o empenho na abertura de espaços para discussão coletiva de qualquer assunto relativo ao empreendimento e de interesse de seus integrantes, a adoção de mecanismo de transparência das informações e a resolução de conflitos em ambiente propício a negociação em que todos podem se colocar (ITCP-USP, 2007, p. 25).

Considerando que a Autogestão começa a existir no momento em que os atores sociais são escutados para a tomada de decisão, e onde os trabalhadores podem demonstrar sua posição, sua fala com críticas e sugestões, porém, é importante frisar que este processo de Autogestão é uma conquista, um meio para o alcance dos objetivos, e não um fim em si mesmo. Esta forma de gerir serve de arcabouço para a tomada de atitude, de decisão, descentralizando tarefas e funções como forma de democratização do trabalho.

No que ainda tange a Autogestão, é fundamental ficar entendido que formar para a Autogestão significa promover autonomia e inteligência coletiva dos associados, onde o método e a forma de relacionamento determinam o trabalho

educativo e os resultados esperados. A Autogestão subte a existência de autonomia e capacitação para a administração coletiva pelos atores sociais do negócio, sem dependência de entes governamentais, com a partilha de poder e o controle da vida do empreendimento solidário pelos seus membros (ANTEAG, 2005).

A defesa da Autogestão perpassa um longo campo que agrupa distintas posições teóricas e diversas realidades concretas, sendo ingrediente de projetos fantasiosos de alguns utópicos, passando por avanços concretos na socialização do poder político dentro das sociedades socialistas, ou até como adereço social em propostas de legitimação da classe dominante rural, veiculadas pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Se, por um lado, a Autogestão é requerida como parte essencial de um governo planejado para a ampliação da democracia socialista, tanto nos aspectos econômicos, como políticos [...], por outro lado, foi utilizada para escamotear os reais interesses da burguesia agrária (WELLEN, 2012, p. 75).

Como relata o autor, a Autogestão pode ser utilizada para camuflar interesses pessoais e da classe burguesa, que vê neste tipo de gestão formas de dominação revestida de princípios autogestionários. Por isto, é salutar que os empreendimentos solidários possuam autonomia em relação ao Estado, para que possam ser livres de fato, e inclusive, criticar o sistema capitalista, caso seja necessário.

O fato é que a Autogestão pode ser considerada um processo que é repleto de idas e vindas, com crescimento e diminuição de sua prática, o que provoca constantes embates em saber se a Autogestão está sendo mesmo uma gestão social ou se serve ao capitalismo, tornando-se uma gestão econômica em que nada ou pouco contribui para a emancipação dos sujeitos e para a sua inclusão socioeconômica e financeira.

3.1.1 Considerações sobre a Gestão Econômica e a Gestão Social

No que concerne ao entendimento da gestão econômica e da gestão social, é possível resgatar indícios que comprovem a existência das duas gestões na maioria dos empreendimentos solidários, o que foi comprovado no nosso estudo de campo em questão através das observações, pesquisas, relatos, documentos, reuniões e treinamentos com o grupo da incubadora e os membros dos empreendimentos incubados.

Quanto ao conceito de gestão econômica, Mosimann e Fisch (1999) dizem que esta é definida como o conjunto de decisões e ações em busca de resultados mensurados, seguindo preceitos econômicos. Neste tipo de gestão, avalia-

se a forma pela qual a organização atinge seus resultados econômicos, tendo como pilares o planejamento e o controle da gestão.

A gestão econômica geralmente possui um viés patronal e empresarial, com foco na obtenção de lucro, podendo ser usada como sinônimo de administração. “Administrar é um processo técnico e político de gerenciar recursos e de liderar pessoas na busca de objetivos organizacionais e sociais” (ANDRADE & AMBONI, 2011, p. 3). Acometidas desses preceitos, a maioria das empresas capitalistas administradas por grupos restritos de pessoas utiliza-se apenas de técnicas administrativas, financeiras e contábeis para administrar a organização, esquecendo-se que o conhecimento é o propulsor de qualquer progresso, o que é valorizado e apropriado pela Economia Solidária, onde o humano torna-se o centro e as decisões tomadas consideram a qualidade de vida e do trabalho, fazendo ou devendo aparecer uma gestão social.

Neste contexto, os índices que compõem uma gestão econômica numa incubadora e em seus empreendimentos são: custos fixos e variáveis, os preços, os contratos seus resultados financeiros, a busca por objetivos que não os sociais, o papel dos gestores, aspectos operacionais, financeiros e econômicos, a viabilidade do empreendimento,

as rotinas de encargos e impostos, as quantidades produzidas e vendidas, observando a preferência do consumidor e a relação custo-benefício em todas as atividades.

Em se tratando do conceito de gestão social – que é o oposto da gestão econômica –, Dagnino (2011) afirma que a primeira pode ser praticada no âmbito público ou privado e tem por objetivo primordial o desenvolvimento social do empreendimento; sendo ainda voltada para o lado social e com a busca da responsabilidade ambiental e social e que, por isto, deve ser formada por profissionais qualificados nesta área.

Tendo como aporte o conceito de gestão social, Tenório (2003, p. 7) o aborda como

O conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política. O que se busca, dessa forma, é o atendimento das atuais necessidades e desafios da administração quanto à democracia e à cidadania participativa, aplicando-se técnicas de gestão que consideram o intercâmbio dos vários atores envolvidos nos processos administrativos, estimulando o convívio e o respeito às diferenças.

Por isto, a gestão social pode ser implantada tanto na esfera pública como nos empreendimentos solidários com o papel de aglutinadora de opiniões e de críticas, no intuito de melhorar sua gestão, favorecendo os sujeitos envolvidos no processo como forma de valorização humana. Já com relação aos indicadores de uma gestão social, podemos enumerá-los em: descentralização das decisões, a Autogestão, a apropriação dos preceitos solidários, o pertencimento, a não hierarquização, a participação de todos nos processos e decisões, a transparência e a democratização das informações (democracia interna), democracia participativa, autonomia, a emancipação dos atores sociais, a formação continuada, a transformação das práticas metodológicas tradicionais de ensino da Economia Solidária entre os seus próprios estudiosos, o que ficará bastante claro ao explicitar, no próximo capítulo da tese, as particularidades da gestão da IUEES e seus princípios de formação e de trabalho, que muitas vezes não põe em prática esses indicadores sugeridos pela gestão social, implicando em não alcance da Autogestão.

A gestão social analisa de forma genérica as dimensões ambiental, social e econômica, porém sem visar apenas o lucro, mas sim objetivos sociais, utilizando-se do mínimo de recursos possíveis, incentivando o autoempreendedorismo, visando preços justos, um comércio

justo e ético, e respeitando todos os envolvidos no processo de gestão. Esta gestão deve ser cooperativa e autogestionária, utilizando-se apenas dos recursos disponíveis, garantindo transparência e ética nos procedimentos administrativos.

Dentro desta perspectiva, a incubadora deve repassar seus saberes “solidários” aos empreendimentos solidários, valorizando a Autogestão, a educação, a cidadania, a identidade coletiva, a cultura solidária, o empoderamento comunitário e a apropriação dos resultados como forma de tentar emancipar os sujeitos. Mas, será que as incubadoras solidárias pregam uma Economia Solidária e na prática exercem outro tipo de gestão, servindo apenas como mecanismo de fortalecimento do capitalismo?

Desse modo, para a identificação do modelo de gestão em empreendimentos solidários, existem atualmente seis categorias analíticas comparativas, de acordo com Guerra (2008): 1. Objetivos múltiplos e potencialmente competitivos/cooperativos; 2. Estrutura organizacional; 3. Parcerias; 4. Gestão dos recursos físicos e financeiros; 5. Metodologia de incubação; 6. Democracia interna. Assim, depreende-se que estas categorias demonstram as formas de gerenciamento capazes de fornecer informações administrativas, financeiras e humanas para os

administradores deste tipo de empreendimento, os quais visam uma gestão social, coerente com os princípios solidários e autogestionários. Todavia, é importante enfatizar que não aprofundaremos estas categorias nessa tese, visto que não são nossos objetos de estudo.

Nota-se que a gestão econômica segue o caminho do capitalismo e a gestão social, o da Economia Solidária, a qual agrega os conhecimentos autogestionários, fundamentais para a sobrevivência dos empreendimentos com os valores sociais almejados e que nasce no seio das exclusões geradas pelo capitalismo. A gestão social considera o trabalhador como gente, já a econômica, como um número ou máquina capaz apenas de produzir, de replicar informações e sem preocupação social, apenas reproduzindo conhecimentos heterogestionários.

3.1.2 Os Aprendizados da Autogestão e da Heterogestão

A Economia Solidária possui, como um de seus principais pilares, a Autogestão. Com a Autogestão, os trabalhadores coletivamente tornam-se proprietários dos meios de produção e passam a buscar diuturnamente a sua emancipação e libertação frente às opressões e tensões sofridas no ambiente de trabalho nos moldes do capitalismo,

caracterizado por dificuldades de relacionamento com os pares e com a chefia, desestímulo pessoal e profissional, baixa autoestima, baixo nível de aprendizado; ou seja, com a pressão no trabalho, o trabalhador se sente desmotivado a produzir mais e melhor, apenas faz seu trabalho e pouco pensa na qualidade dos bens e serviços que fornece para a população.

Sabe-se que a Autogestão é compreendida como um dos princípios centrais da Economia Solidária. Não existe uma definição única para Autogestão, sendo repleta de diferentes concepções, mas que pode ser considerada uma prática gerencial, social e política, que propicia a autonomia do indivíduo e fortalece o coletivo e os processos de socialização e os aprendizados.

Considera-se que o termo Autogestão vem sendo utilizado no Brasil desde as décadas de 1960 e 1970, como referência a uma variedade de situações e experiências. São práticas autônomas dos trabalhadores realizadas no interior e contra o modo de produção capitalista. As empresas autogestionárias forjam um mercado de solidariedade, havendo, por isto, a necessidade de transformação do trabalho (FARIA, 2005).

Quanto ao conceito de Autogestão e ao seu relacionamento social, Vieira (2005, p. 5) considera que

A Autogestão é um modelo de organização em forma de empreendimento coletivo, onde os colaboradores interagem nas atividades produtivas, serviços e administração com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio e ao relacionamento social das pessoas diretamente envolvidas.

Caracterizamos que, na Autogestão, a opinião e as decisões devem ser respeitadas, seguindo princípios democráticos, que têm a igualdade, a solidariedade e as relações sociais como fatores centrais em todo o processo produtivo, seja de bens ou de serviços feitos pela coletividade.

A Autogestão, em seu sentido restrito (*stricto sensu*), como princípio fundamental da Economia Solidária, deve ser completamente entendida, para que *a posteriori* seja discutida num sentido sistêmico (*lato sensu*). É necessário frisar que uma proposta de trabalho autogestionário tem como característica fundamental a recuperação dos laços de solidariedade nos processos produtivos, através da transparência da gestão, da divisão de poder e do desenvolvimento de tarefas com participação ativa dos sócios-trabalhadores. Tais laços de solidariedade são uma aliança socioeconômica igualitária entre produtos, e não de caridade entre as classes oprimidas ou desiguais (BENINI, 2008).

No entendimento dos autores Motta (1981) e Araújo (2006), a Autogestão é uma forma de administração oposta ao capitalismo, já que possui uma lógica diferenciada da dominação burocrática ou heterogestionária, típica do sistema econômico dominante. Resume igualdade econômica e democracia na tomada de decisão. O trabalho se transforma na principal necessidade humana, onde o homem trabalha para si e não para enriquecer os seus exploradores. Para estes autores, a Autogestão só se realizará através de uma revolução radical, que transforme a sociedade em todos os seus planos, dialeticamente ligados – da política, da economia e do social –, causando o desenvolvimento humano.

É importante assegurar que os trabalhadores não se sintam intimidados nos empreendimentos econômicos solidários, mas, sim, incentivados a questionar e a tomar decisões que, para eles, são as mais apropriadas no momento, mesmo com riscos e entraves. É utilizar a Autogestão para a obtenção de renda, do bem estar do trabalhador e da comunidade na qual ele está inserido (ITCP-USP, 2007).

A Autogestão é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas idéias gerais são: fim do assalariamento,

organização do trabalho com base na gestão democrática, eliminação da hierarquia e decisões tomadas por democracia direta (ITCP-USP, 2007, p. 17).

Neste sentido, através da Autogestão, os trabalhadores podem comandar o seu futuro e suas práticas de trabalho, controlando horários, produtividade e a gestão, que será impulsionada para a extinção de hierarquias e a democracia nas decisões.

Neste ponto, as associações e cooperativas da Economia Solidária configuram-se como empresas autogestionárias, onde os associados ou cooperados procuram decidir em conjunto sobre as questões políticas, produtivas e estratégicas do empreendimento, tendo como grande desafio assegurar os princípios cooperativistas com a auto-sustentação no mercado, que é capitalista. Outro desafio é desmistificar a crença de que os trabalhadores em conjunto, sem uma chefia, são incapazes de administrar qualquer empreendimento, pois não possuem experiência de gestão, de controle do processo e nem em vendas etc (ITCP-USP, 2007).

Com este enfoque, Singer (2002) comenta que a finalidade da empresa solidária é maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e não minimizar lucro; é produzir

coletivamente, buscando alcançar eficiência sem explorar o trabalhador.

Em se tratando de carga horária na Autogestão, sabe-se que os trabalhadores possuem horários convenientes ao trabalho desempenhado, o que anos atrás foi caracterizado por Marx (2006, p. 312), que evidenciou que “o estabelecimento de uma jornada de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador”. Isto é, há sempre a luta por diminuição das horas de trabalho e da carga de trabalho no sistema capitalista, mas na Economia Solidária há um consenso da carga de trabalho pretendida e dos horários necessários para a produção, sempre se reajustando às reais necessidades de produção e a satisfação do trabalhador. Portanto, não adianta a produção ser muito alta às custas da máxima exploração do trabalhador, de aumentos latentes de carga horária, o que o irá gerar um ser humano exausto do sistema e cansado da rotina.

Para a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (2005), consideram-se, como princípios autogestionários: as tomadas de decisão democráticas e coletivas, a solidariedade e a fraternidade, o trabalho mútuo e a valorização das pessoas e a cidadania.

Uma proposta de trabalho “autogestionário” tem então como característica marcante a recuperação dos laços de solidariedade ainda dentro dos processos produtivos, por meio de transparência da gestão, divisão de poder e dos ganhos e enriquecimento de tarefas por meio de uma participação ativa dos sócio-trabalhadores. É importante ainda ressaltar que esses laços de solidariedade significam uma aliança sócio-econômica entre iguais (produtores livremente associados) e não caridade entre desiguais (classes abastardas e classes oprimidas) (BENINI & NETO, 2008, p. 69).

Acometida de conceitos solidários, transparentes e de participação mútua com um trabalho conjuntural, a Autogestão prega que os laços de solidariedade devem perpassar toda a produção, e não ficar apenas no discurso, sem qualquer prática. Autogestão é, antes de tudo, a prática de vida dos associados em seu trabalho diário com possibilidades e desafios.

Quando se fala em Autogestão, é válido mostrar o seu contraponto, a heterogestão, que habita a grande maioria dos negócios mundiais, característica do capitalismo, na qual funcionam processos hierárquicos e de dominação por práticas autoritárias e antidemocráticas.

Quanto à heterogestão e suas práticas, Singer (2002, p. 16) explicita que “a heterogestão é a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade,

entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo". Assim, esta forma de gerir centraliza a tomada de decisões e carrega em si hierarquia e poder em demasia, frente à democracia da Autogestão.

A heterogestão geralmente torna as empresas capitalistas lucrativas, ratificando o desejo dos donos; já a Autogestão busca tornar as empresas solidárias em centros de interação democráticas e igualitárias, alcançando o que os sócios desejam e propiciando aumento de bem estar, o que ocasiona melhoria dos índices e resultados da gestão que devem ser sociais, mas preocupados também com os fatores econômicos, educacionais e ambientais, ou seja, com a sustentabilidade do empreendimento.

Retomando os comentários da ITCP-USP (2007) sobre a heterogestão, esta diz que

A heterogestão ocorre quando a empresa é gerida por outra pessoa que não o trabalhador, que pode ser um gerente (diretor, administrador, engenheiro) e/ou pelo(s) dono(s) da empresa. A heterogestão é o modelo de gestão mais comum encontrado nas empresas. É o oposto da Autogestão.

Como se pode notar a heterogestão impõe por natureza a centralização das funções, a hierarquização e o

comando das funções por chefias, o que já engessa o processo e gera exploração, alienando o trabalhador. Dessa forma, na Economia Solidária a Autogestão possui muitos desafios internos como retirar da cabeça do trabalhador esta ideia de que são necessários chefia e comando centralizado, além de aumentar a autoestima do trabalhador. Para isto, precisa mobilizar esforço no intuito de apropriação por estes trabalhadores dos princípios da Autogestão para que consigam se libertar desse processo aprisionador, se importando apenas em como os indivíduos produzem socialmente.

Dessa forma, discutiu-se que a heterogestão é um modelo de gestão da empresa capitalista, e que o da empresa solidária é a Autogestão, com princípios que valorizam o trabalhador e o trabalho. Esclareceu-se ainda que a Economia Solidária trabalha a Autogestão como forma de lutar contra a maior arma contra o trabalhador, que é o desemprego; além de tentar retirar do trabalhador a ideia de que seu trabalho não possui nenhum valor, criada pelo capitalismo, o que provoca a desvalorização social; mas, sim, trazer à tona o empoderamento dos trabalhadores e da comunidade sobre os empreendimentos solidários que ocupam cada vez mais espaço. Tais empreendimentos se centram na Autogestão como saída para o desemprego do trabalhador e, assim,

captam uma massa de excluídos e os colocam em movimento nos processos de produção de bens e serviços autogestionários e solidários.

3.1.3 Entendendo a Autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários

É importante registrar que atualmente predominam políticas governamentais favoráveis à valorização financeira do capital, com redução do Estado, mesmo considerando as poucas políticas que estão conseguindo diminuir a pobreza e a miséria no Brasil. E, por isto, a constituição de formas alternativas de contenção e reversão destas tendências de desemprego, precarização e exclusão representam um dos principais desafios para esta década vigente (POCHMANN, 2002).

Considerando o percurso histórico e os processos endógenos de desenvolvimento local, a Autogestão dos empreendimentos solidários surge como alternativa de oportunidades sociais, onde o trabalhador pode obter êxito e se educar enquanto protagonista de sua história, tornando-se o centro do processo produtivo, contemplando agora o ser, em detrimento do ter, valorizando a pessoa, e não o capital, o trabalho, ao invés do dinheiro.

Contextualizando melhor a trajetória da Economia Solidária, sabe-se que as tais iniciativas partiram principalmente dos setores da igreja que se caracterizavam por fazer trabalhos em lugares abandonados, voltados para os mais pobres. Existia como espécie de obra de entidades assistenciais ou filantrópicas para amenizar as condições dos mais pobres e excluídos, o que provocou ao longo do tempo a criação de formas associativistas de mitigação dos problemas sociais e de união dos trabalhadores em prol de causas coletivas.

As associações e cooperativas populares solidárias surgiram muitas vezes com o apoio não só das igrejas, mas também de organizações não governamentais, adotando em seus critérios de gestão a igualdade, a solidariedade, a educação continuada e a Autogestão.

Seguindo os comentários sobre a criação das cooperativas supracitadas, Singer (2002, p. 06) enfatiza que “todo o processo de criação das cooperativas populares foi feito basicamente sob a influência da filosofia de educação de Paulo Freire”. Mas foram geralmente os conflitos entre as pessoas os principais desafios a superar e, por isto, deles surgiram as oportunidades de crescimento pessoal e coletivo no centro dessa nova economia que aflora no cerne de muitas economias, principalmente emergentes, como é o caso do

Brasil. Todavia, a economia pode nascer em momentos de crescimento econômico, pois no Brasil vários empreendimentos solidários surgiram mesmo com a economia aquecida.

Ao se tratar do mundo empresarial é bom enfatizar que a empresa solidária, de acordo com Singer (2002), tem a finalidade de maximizar a quantidade e a qualidade do trabalho e, não, minimizar o lucro. Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. O excedente anual de recursos é destinado conforme deliberação dos trabalhadores, e pode ser reinvestido na organização como pode ser destinado a um fundo de educação, ou a outros fins sociais, ou eventualmente à divisão entre os sócios por critérios por eles aprovados. Desta forma, o autor entende que, na organização solidária, o capital não é remunerado sob qualquer pretexto, portanto, não há lucro, posto que este é tanto econômico quanto juridicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital, o que existe denomina-se de sobras, que devem ser repartidas por todos os membros de forma igualitária, independente de seu cargo ou função na organização.

A Autogestão nos empreendimentos considerados solidários visa à melhoria de sua gestão, pois contempla

conceitos e práticas democráticas, anticapitalistas, que objetivam de fato unir os trabalhadores em prol de objetivos comuns. Sendo assim, a Autogestão prima pela qualidade e viabilidade da produção e pela libertação do trabalhador frente ao desemprego, tendo assim pontos positivos e negativos (Ver Quadro 02).

Neste contexto, os empreendimentos solidários, mesmo exercendo a função de geradores de renda para quem não consegue inserção no mercado de trabalho, normalmente geram rendimentos menores que os empregos formais, que são distribuídos aos membros incluídos neste projeto democrático (SOUZA & SILVA, 2008). Isto provoca muitas vezes a desmotivação do trabalhador, que necessita de recursos financeiros não gerados por uma grande parte destes empreendimentos, o que, com o passar do tempo, provoca a saída do trabalhador para o mercado formal (diga-se emprego com carteira assinada), que nem sempre proporciona maiores ganhos, mas que para ele pode gerar mais satisfação pela assinatura de sua carteira de trabalho com os direitos trabalhistas garantidos, como férias, décimo terceiro e seguro desemprego garantidos, caso venha a ficar desempregado.

Portanto, observa-se que concorrer com um mercado capitalista e suas formalidades é bastante complicado para a

Economia Solidária, que só tem como garantia os seus fundamentos humanos e sociais, mas que acredita na emancipação de seus atores sociais através do trabalho, da Autogestão e da educação, que juntos fortalecem os trabalhadores e os tornam mais cientes de sua condição de luta contra o desemprego, a exploração da força de trabalho e a exclusão social.

**QUADRO 02: AUTOGESTÃO: PONTOS POSITIVOS E
NEGATIVOS**

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores através da utilização dos processos democráticos.	Com a gestão participativa, os dirigentes perdem poder, provocando diminuição da produção.
Diminuição da rotatividade dos trabalhadores.	Aumento da política de manipulação, pois os ganhos efetivos muitas vezes não são visualizados pelo grupo.
Conservação da experiência profissional.	A autoridade dos dirigentes é reduzida.
Percepção positiva do trabalho pelos trabalhadores.	A dificuldade em mediar a produtividade individual.
Aumento da qualidade da produção.	A Autogestão aumenta o ambiente de incerteza.
Desejo de aumento dos salários faz aumentar a	Os estímulos na Autogestão não são claros.

responsabilidade do trabalhador.	
Pressão do grupo pela produção traz o aumento da produtividade.	Se existirem estímulos materiais pode haver uma política de emulação e manipulação.
A vigilância do grupo diminui a preguiça e o desperdício de recursos no processo produtivo.	Os dirigentes perdem o total controle no processo produtivo.
Identificação de prejuízos e desperdícios por parte dos trabalhadores.	A organização do trabalho determina a existência de estímulos de participação que podem ser manuseados de forma incoerente com os processos democráticos da Autogestão.

Fonte: Adaptado de CATTANI (2003).

Portanto, os pontos positivos e negativos, enfatizados neste Quadro 02, demonstram a necessidade de profissionais experientes, técnicos e humanos, na gestão dos empreendimentos solidários, pois, caso contrário, o ambiente de incertezas pode crescer ainda mais e a durabilidade do negócio tornar-se de curto prazo. Nesta perspectiva, estes, assim como a maioria dos pequenos negócios capitalistas, também estão sujeitos às mesmas dificuldades, e geralmente fecham as portas no primeiro ano de existência, devido à falta

de gerenciamento adequado e de melhores condições econômicas.

De forma geral, os pontos positivos da Autogestão são: processos democráticos, rotatividade do trabalhador, valorização da experiência, percepção positiva do trabalho, qualidade na produção e a autorregulação do grupo na produção, pois os trabalhadores têm a consciência de que todos podem sair ganhando quando a produção e as vendas desejadas são atingidas com êxito. Já os pontos negativos da Autogestão podem ser resumidos em: perda de poder, aumento da manipulação, perda de controle da produção e dificuldade em medir a produção individual, o que, juntos, podem aumentar o ambiente de incertezas, e conseqüentemente, de melhorias sociais e econômicas para os trabalhadores. Com isto, verifica-se que os pontos positivos e negativos da Autogestão, se mensurados nos empreendimentos, ainda têm tendência a serem mais positivos, pois possuem o ponto forte da libertação do trabalhador via este tipo de gestão.

Corroborando com a questão da ampliação das experiências ligadas à Economia Solidária, Lima (2010, p. 01) propõe que

A expansão e diversificação das experiências de empreendimentos econômicos solidários baseados na Autogestão conquistaram setores significativos da intelectualidade conferindo ao movimento social de resistência dos trabalhadores e dos segmentos sociais mais vulneráveis e excluídos, uma vocação contra-hegemônica e declaradamente anti neoliberal.

As experiências de empreendimentos solidários têm proporcionado melhoria de índices econômicos e sociais nas comunidades onde são implantadas, além de lutarem diuturnamente contra os preceitos e dogmas neoliberais de individualismo e racionalização do trabalho, mesmo encontrando entraves e muitas vezes caindo em descrédito social.

Como experiência de Economia Solidária e representando um número significado de empreendimentos solidários, as cooperativas

Apesar de inseridas no sistema capitalista elas forjam novas relações econômicas, morais e sociais entre seus membros, entre o local e o global, e possibilitam recuperar de alguma forma os valores e princípios rochdalianos embutidos na forma de gestão (**democracia, participação, responsabilidade, solidariedade, cooperação, etc.**) uma certa **autonomia** diante dos órgãos públicos e dos poderes locais; colocam-se como importante *lôcus* de aprendizagem coletiva, contribuindo para mudanças de atitudes (**educação, formação e informação**, normas, mercado, etc.); exercitam a **reciprocidade e a**

solidariedade, contidas nas relações de proximidade. [...] Enfim, fazem a interface entre as trocas mercantis, a solidariedade, as lutas de emancipação e as políticas governamentais (FERREIRA, 2010, p. 74).

Seguindo esta vertente, compreende-se que as cooperativas servem como meio de emancipação dos atores sociais, pois, através de maior autonomia, educação, formação e informação e do uso dos princípios autogestionários, pode-se alcançar tal emancipação e contribuir para a composição de um ser humano íntegro, emancipado e humanizado, liberto das amarras capitalistas.

Deste modo, é importante frisar a existência do trabalho profissional, onde se diz que “o conhecimento técnico é uma ferramenta importantíssima para o trabalho dos grupos e dos formadores na construção e consolidação do empreendimento autogestionário” (ITCP-USP, 2007, p. 13). Considera-se ainda que o trabalho técnico é visto com receio e medo pelos membros da Economia Solidária que não possuem este tipo de prática em seu negócio. É importante deixar claro, que qualquer empreendimento exige noções técnicas e humanas sobre o negócio. Informações contábeis e administrativas são essenciais e uma sólida formação em compras, vendas e sobre o cliente, o que nem sempre é estendido aos empreendimentos de porte solidário,

acarretando ao longo prazo dificuldades que nem sempre são ultrapassadas, causando o fechamento ou a extinção do negócio. Salienta-se, é claro, que qualquer trabalhador pode aprender as atividades de gestão e executá-las de forma eficiente, basta apenas que exista motivação e principalmente acesso a direitos, a formação e qualificação, para que possa superar os desafios, alcançando com isso mais sucesso.

Uma postura comum nos empreendimentos econômicos solidários é o sentimento de incapacidade de resolução dos problemas técnicos pelos trabalhadores, que vêm na procura de um profissional externo a solução para esta dificuldade administrativa. Existem, portanto, trabalhadores que não conseguem registrar as entradas de dinheiro no livro caixa e já procuram uma nova pessoa para fazer tal atividade, ou mesmo, quando passam por problemas financeiros, buscam logo empréstimos externos. Esta postura faz com que o trabalhador não se aproprie dos problemas do empreendimento e assim não busque soluções criativas, o que reforçaria sua autoconfiança (ITCP-USP, 2007).

Ainda enfatizando a gestão na Autogestão, mas como um processo criativo, a ITCP-USP (2007, p. 30) salienta que

A gestão é dever de todos, ou seja, todos têm a preocupação adicional da gestão, além de se ocupar com sua função específica. Isso ocorre ainda que haja

alguns trabalhadores especificamente designados para a gestão ou mesmo que haja rotatividade do trabalho. (Vale ressaltar que, no cotidiano da Autogestão, o exercício cotidiano da gestão é um processo criativo e não repetitivo).

Conclui-se que, na medida em que os empreendimentos de Economia Solidária se apresentam como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à desigualdade social – muitas vezes proporcionado pela atuação das incubadoras universitárias – possibilitam aos grupos se inserirem nas relações de produção e trocas sociais, podendo atender à demanda atual dos trabalhadores que buscam liberdade para adentrarem no mercado. Neste sentido, as incubadoras, as associações, as cooperativas e as fábricas recuperadas tornam-se os únicos responsáveis pelo processo de transformação social e humana que os empreendimentos autogestionários buscam, aumentando os vínculos sociais entre os seus atores e o espírito de luta que assola a classe que trabalha e vive unicamente do trabalho, principalmente para a sobrevivência individual e de sua família, que objetiva dias melhores através destes empreendimentos que têm como cerne a emancipação da pessoa.

3.2 AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS/UNIVERSITÁRIAS DE COOPERATIVAS POPULARES E O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

As incubadoras universitárias solidárias surgem da demanda de trabalhadores que buscam formar empreendimentos com cunho autogestionário e emancipador, possuindo um papel de suma importância no crescimento dos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, já que se tratam de novas formas empresariais com viés social e não econômico.

O processo de incubação difunde esta nova economia, conchama os trabalhadores para uma alternativa ao desemprego e tenta libertá-los do patrão e da exploração vivida. Sendo assim, em cada empreendimento, novas práticas e metodologias de ação são utilizadas para trazer a vivência, a apropriação e o empoderamento do princípio da Autogestão pelos atores sociais envolvidos no processo autogestionário.

A incubagem é o processo de crescimento de saberes gerados nas universidades, mas que devem ser externalizados através dos empreendimentos, com a criação

de novos cursos e a ampliação das pesquisas, pois as incubadoras podem servir até como agentes de desenvolvimento local capazes de transformar a sociedade. Assim, nos processos de incubação, são adotadas práticas participativas pela Incubadora e pelos membros das cooperativas populares que ora estão passando pela incubação. A incubação é um processo educativo que se fundamenta em práticas de reciprocidade e que vêm nos atores sociais possibilidades de crescimento coletivo e de libertação da opressão feita pelo capitalismo.

De acordo com Leite (2009), a primeira Incubadora Universitária surgiu em 1988, sendo uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste mesmo ano, fundou-se com um viés de agrupamento de cooperativas populares, a Rede de Cooperativas Populares (ITCP), com o objetivo central de disseminar a experiência do COPE pelas universidades brasileiras e de vincular as incubadoras de forma dinâmica e interativa, propiciando troca de experiências e de novas tecnologias. Hoje, esta rede conta com mais de 37 incubadoras universitárias cadastradas e espalhadas pelas instituições de ensino superior no Brasil, cumprindo um papel social e de disseminação dos saberes solidários, transferindo conhecimentos e trocando experiências.

É interessante ressaltar que a igreja católica sempre esteve presente na inserção da Economia Solidária na sociedade, inclusive, colaborando no trabalho das incubadoras, através de donativos, cursos, palestras etc., em defesa do princípio da solidariedade em todo o processo produtivo e nas relações dos atores sociais envolvidas nesta iniciativa de emancipação através do trabalho.

Em termos religiosos, temos como representante da igreja católica a Cáritas, que é um organismo dessa instituição, presente em mais de duas centenas de países, na forma de rede com o nome "*Caritas Internationalis*", com sede no Vaticano e com origem em 1897. A Cáritas Brasileira foi criada em 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal, o que lhe permite assinar convênios públicos. Esta entidade objetivava apenas a distribuição de alimentos para pessoas que viviam em extrema pobreza, mas atualmente busca amenizar a pobreza extrema com campanhas de doação de alimentos e o ensino de algo útil para a melhoria da condição de vida dos necessitados, buscando dar-lhes oportunidades de desenvolvimento profissional, além de lutar pelos direitos cidadãos (SOUZA, 2013).

Voltando ao tema incubadora tem-se que, de acordo com o Art. 2º do Estatuto da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (1998), as ITCsPs

são agentes de um processo educativo para a cooperação e a Autogestão, tornando-se projetos, programas ou órgãos das universidades, objetivando dar maior suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares e da Economia Solidária.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são importantes projetos de extensão, tendo como pontos principais de ação o desenvolvimento da Economia Solidária e a construção de relações das universidades com os grupos marginalizados pelo sistema capitalista. Por conseguinte, nestas Incubadoras, há a formação dos trabalhadores, estudantes, profissionais e professores que atuam na perspectiva da pesquisa-ação, contribuindo para a formação de organizações autogestionárias; sendo este processo de formação denominado geralmente de metodologia de incubação de empreendimentos de Economia Solidária (GUERRA, OLIVEIRA & TOLEDO, 2008).

Explicando um pouco mais sobre o conceito e as contribuições de uma incubadora universitária, Culti (2007) corrobora, dizendo que as Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários são espaços que trabalham com professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento, além dos

programas internos das universidades que buscam desenvolver pesquisas teóricas e práticas sobre a Economia Solidária e as atividades de incubação dos empreendimentos nesta área. Assim desenvolvem técnicas que contribuem para o desenvolvimento e a gestão de empreendimentos classificados como cooperativas, associações ou empresas autogestionárias urbanas ou rurais, tendo em mente um dos princípios da Economia Solidária, a solidariedade, em contraposição ao individualismo que caracteriza o capitalismo.

Essas Incubadoras tentam a articulação multidisciplinar de várias áreas do conhecimento científico com o objetivo de contribuir com a geração de trabalho e renda. Entre as ações consideradas exitosas, estão as cooperativas populares, com o controle coletivo de todo o processo produtivo de qualquer bem ou serviço gerado por estas cooperativas incubadas. Visam ainda à formação do corpo discente (estudantes), unindo o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo assim cada incubadora suas próprias metodologias de incubação, adequando-se às realidades locais, adaptando-se a cada tipo de empreendimento, já que cada negócio exige um modo de incubação diferenciado, considerando suas particularidades.

Considerando a extensão como uma etapa importante da academia, vale destacar que:

A extensão é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados. A construção extensionista não está limitada aos pares, abrange uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções (THIOLLENT, 2002, p. 2).

Sendo assim, a extensão não pode ser apenas mera repassadora de conhecimentos à sociedade e aos grupos envolvidos, mas ter, sim, uma ação transformadora, capaz de mudar realidades, tornando-se importante para a relação teoria e prática, fomentando o saber, o senso crítico e o empoderamento dos atores sociais.

Deve-se considerar que a construção do conhecimento ocorre em cada tipo de atividade desenvolvida nos projetos de extensão, através dos diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições, em ações de formação para membros das comunidades, instituições, alunos, professores, técnicos da universidade, e nas ações informativas para todos os públicos (THIOLLENT, 2002). Assim, não basta apenas ter a dimensão participativa dos processos de pesquisa e extensão e a sua utilidade enquanto sistematização de práticas interativas, mas precisa-

se de uma metodologia que deve ter uma dimensão voltada à crítica, à reflexividade e à emancipação (THIOLLENT, 2002).

Retratando ainda a incubação, vale pontuar que esta é um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de suporte técnico a esses empreendimentos (CULTI, 2007, p. 21). A partir deste conceito pode-se entender que a incubadora auxilia na administração de um empreendimento solidário, devido à absorção de temas acadêmicos e experiências da Economia Solidária debatidas e discutidas pela academia, para serem exemplos de melhoria dos empreendimentos incubados, o que provoca a diminuição de negócios sem capacidade de produção ou mesmo com dificuldades técnicas iniciais. Com as incubadoras, os empreendimentos se sentem mais seguros no mercado, por contarem com apoio técnico e solidário. Em contraponto, os empreendimentos são ensinados pelos universitários, pesquisadores etc. quanto à forma de gerenciamento, mas que em troca ensinam a estes atores supracitados experiências de vida e de como trabalhar com a coletividade e a comunidade.

Neste contexto, Culti (2007) diz ainda que existe a Rede Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

(UNITRABALHO), ressaltando que as Incubadoras desta rede estão integradas, fazendo parte do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável, e contam com o apoio de um grupo de trabalho (GT) nacional que planeja as diretrizes do programa. Este autor destaca que as Incubadoras desta Rede contribuem de forma prática na organização e acompanhamento sistemático dos empreendimentos, oferecendo assessorias pontuais. Com o uso do processo educativo, orienta a participação e o diálogo, institui na Autogestão metodologias de ordem jurídica, contábil, financeira, relações interpessoais, dentre outras técnicas fundamentais para o crescimento do empreendimento. As incubadoras trocam experiências entre si, buscando dar visibilidade aos empreendimentos incubados, que vão desde a divulgação até a comercialização de seus produtos, visualizando a capacidade do ser humano de se emancipar.

Considerando a importância das redes na Economia Solidária e o quantitativo de incubadoras tecnológicas, têm-se que estas estavam assim distribuídas por regiões, no ano de 2008, de acordo com Guerra, Oliveira & Toledo (2008): Região Nordeste (7), Região Sudeste (16), Região Sul (10), Região Centro Oeste (3) e Região Norte (1), somando-se 37 no total. Explicitando apenas a região nordeste, havia as

seguintes universidades ou centros federais com incubadoras solidárias até o ano da pesquisa: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), Universidade Salvador (UNIFACS), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e Faculdade Frassinetti de Recife (FAFIRE). Obviamente, que nos tempos atuais existem bem mais incubadoras no nordeste, como a da Universidade Federal da Paraíba e a da Universidade Federal de Campina Grande, que é um de nossos objetos de estudo, além do grupo CAVI.

Ainda falando sobre a Rede ITCP, mas agora especificamente sobre o Estatuto desta Rede, criado em 1998 e citado em Guerra (2008), evidenciam-se os seus princípios:

- Reafirmar o papel da universidade como um campo de produção e socialização de saberes, com autonomia crítica e produtiva;
- Estimular a intercooperação, propiciando a produção e a socialização dos conhecimentos entre as Incubadoras, o meio acadêmico, outros tipos de redes e a sociedade em geral;

- Desenvolver e disseminar conhecimento sobre o cooperativismo e a Autogestão, favorecendo o desenvolvimento da Economia Solidária; e
- Favorecer a constituição, consolidação e integração das cooperativas populares, respeitando a autonomia dos seus fóruns e redes que estão integradas.

Assim, a Rede de ITCPs se articula de forma integrada, extra-rede e inter-rede no intuito de fortalecer as discussões sobre Economia Solidária no âmbito nacional. Tendo como seus principais parceiros, de acordo com Guerra (2008):

- O Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES);
- O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- O Ministério da Educação e Cultura (MEC);
- O Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos (MCT/FINEP);
- O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES);
- Os Governos Estaduais; e
- As Prefeituras Municipais.

Quanto aos processos de incubação utilizados como processos educativos, ainda Culti (2007) enumera os seguintes:

- Valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão econômica e social;
- Acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão da parte administrativa;
- Orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas;
- União do saber popular ao saber científico;
- Inter-relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Um processo educativo capaz de transformar as formas de ser e de agir dos atores sociais; e
- Um processo de constante construção e reconstrução de conhecimentos com os sujeitos.

Observa-se, portanto, que o autor expõe que a incubação busca unir a teoria e a prática, trocando experiências e vivências entre a equipe de incubação e o empreendimento solidário, dialogando sobre os problemas e propondo soluções democráticas, que terminam por valorizar o ser humano em sua essência e de forma integral, o que é amplamente discutido pelas incubadoras universitárias, enquanto agentes de mudança social e colaboradoras para

transformações sociais, políticas e econômicas onde estão inseridas.

As incubadoras têm desenvolvido metodologias próprias para ações educativas, jurídicas, técnico-produtivas, gerando instrumentos pedagógicos de gestão e controle para os empreendimentos econômicos solidários. No Brasil, as incubadoras cresceram com foco nas estratégias organizativas, que englobam a formação cultural, a jurídica e a institucional. Entretanto, as técnicas de produção são pouco especializadas, necessitando de mais planejamento (DAGNINO & FONSECA, 2007).

Ao se tratar de alguns entraves no trabalho das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares ou de empreendimentos solidários, Dagnino e Fonseca (2007, p. 19) relatam que

As incubadoras não têm atentado para o fato de que, da mesma forma que os métodos administrativos, contábeis e organizativos devem ser adaptados para as características e especificidades do empreendimento cooperativista, a tecnologia utilizada na produção também deve passar por adequações aos princípios da Economia Solidária. A incubação visa a transformação do potencial de um grupo em oportunidades de negócios, gerando trabalho e renda. O apoio das ITCPs aos empreendimentos valoriza a Autogestão, a cidadania e a apropriação coletiva dos resultados. A metodologia busca dar ferramentas para que os participantes tornem-se sujeitos do seu próprio

desenvolvimento, quanto aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Como traço marcante da citação do autor, entende-se que as tecnologias sociais utilizadas no processo de produção devem ter como características poucos gastos e custos, boa relação custo benefício e melhorias sociais; e que as metodologias usadas pelas incubadoras devem trabalhar na perspectiva da transformação do indivíduo e do meio em que vive.

Vislumbra-se que as incubadoras incubam ou apóiam políticas locais de prefeituras, políticas setoriais ligadas a catadores de resíduos sólidos, redes de cooperativas, fóruns, políticas municipais de inclusão social e cadeias produtivas como as de artesanato e mel (DAGNINO & FONSECA, 2007).

Sabe-se que as incubadoras podem atuar como agentes de desenvolvimento local quando seu processo mobiliza pessoas e sociedades locais, criando oportunidades de renda, e por consequência, a transformação da economia, o que é proporcionado pela descoberta das potencialidades locais e mudanças nas condições de produção (DAGNINO & FONSECA, 2007).

Quando discutimos metodologias de incubação, o autor Eid (2004, p. 170) diz que

De fato [...] estamos tratando de um tema cujo processo é complexo e envolve relações interpessoais cuja interação é fundamental em quatro níveis: a) relações interpessoais entre os membros da equipe da incubadora formada por docentes, técnicos e estudantes de diversas áreas do conhecimento atuando de forma transdisciplinar; b) relações interpessoais entre os trabalhadores do grupo que pretende organizar um EES; c) relações interpessoais entre os grupos de *trabalhadores com empreendimentos já formados*; d) relações interpessoais entre a equipe da incubadora e os grupos atendidos.

Sendo assim, as metodologias de incubação devem considerar as relações interpessoais, pois, através de uma relação dialógica entre os atores sociais, pode ser facilitada a conquista dos objetivos, utilizando-se, é claro, dos conhecimentos e experiências gerados pela educação popular, divulgada pelo estudioso Paulo Freire em suas obras que tratam da educação como a mola propulsora da libertação do indivíduo.

Como traço marcante no processo de incubação de um empreendimento econômico solidário, temos o mapeamento do conjunto de conhecimentos de cada indivíduo, sejam eles formais, os adquiridos pelas práticas do trabalho e a cultura do grupo coletivo, para que se consiga o desenvolvimento da coesão social como forma de tornar responsável cada membro do agente do sucesso do grupo.

Contudo, inicialmente deve-se identificar e analisar a trajetória social e profissional dos atores sociais do grupo, já que se trabalha numa perspectiva de total Autogestão (EID, 2004).

Neste cenário de incubação, pontuam-se as atividades cotidianas de uma incubadora e revela-se a existência de problemas práticos a serem resolvidos, os quais são listados por Eid (2004, p. 172) como: “cumprir todas as fases do processo de incubação e procedimentos metodológicos para incubação de EES”. De forma geral, nem sempre é possível colocar em prática todas as etapas do processo de incubação, sendo interessante que haja a união da teoria e da prática, capaz de gerar trabalho e renda para os associados; porém, nem sempre isso ocorre devido a inconstâncias na gestão, dificuldades de repasse de conhecimentos e até despreparo da equipe para lidar com as mais diversas situações das associações e cooperativas.

Dentro do processo de incubação ou de assessoramento a um empreendimento econômico solidário (EES) nas associações, cooperativas ou empresas autogestionárias rurais ou urbanas, várias habilidades devem ser desenvolvidas com os atores sociais, como: informações sobre a importância de possuir documentos pessoais; registro da trajetória pessoal e ocupacional de cada integrante; formação para o associativismo, cooperativismo e Economia

Solidária; noções de coleta de dados e estrutura de mercado; participação direta na pesquisa sobre construção da viabilidade do empreendimento; capacitação para avaliação das alternativas e escolha da atividade principal do empreendimento; participação direta na elaboração do estatuto e do regimento interno; noções básicas sobre orçamento, planejamento estratégico e acompanhamento mensal da produção; qualificação sobre trabalhos específicos; compreensão da importância das políticas públicas e participação em eventos para troca de experiências e atualizações sobre o tema, dentre outras habilidades (EID, 2004).

Existem as mais diversas fases do processo de assessoramento ou de incubação de um empreendimento solidário, as quais podem ocorrer isoladamente ou em paralelo, dependendo da administração e dinâmica do negócio. Sobre estas fases, Eid (2004) as categoriza em: primeiros contatos com o grupo social beneficiário; formação do grupo social beneficiário; compreensão sobre trabalho associativista em relação ao trabalho assalariado; avaliação de alternativas e decisão sobre atividade fim do empreendimento; capacitação técnica e administrativa; elaboração do estatuto e regimento interno; legalização do negócio e assessoria para inserção do empreendimento de

Economia Solidária no mercado, conquista da autonomia e fim do processo incubatório.

No processo de incubação via ITCPs, existem muitos desafios que devem ser encarados, como: a dificuldade de formação na Economia Solidária, o costume do trabalhador em ser explorado, a falta de marca própria, o alto custo na implantação de práticas sustentáveis e ambientais, a dificuldade de venda e inserção dos produtos no mercado, a retirada dos intermediários das vendas, a falta de planejamento estratégico e de práticas de negociação e administração, a carência de capacitação técnica e jurídica nos empreendimentos econômicos solidários e o conformismo dos trabalhadores com a situação atual da Economia Solidária, que, por muitas vezes, tem poucos avanços.

As ITCPs discutem também a educação popular, passando a formular propostas que possuem na sua práxis o diálogo entre esta educação e a Economia Solidária. A educação popular tem, como um dos seus principais expoentes, o pedagogo Paulo Freire, renomado nesta área e com vários livros publicados, com destaque para o livro *A Pedagogia do Oprimido* (2005), onde retrata a educação bancária, a relação opressor-oprimido e quais as formas de libertação do trabalhador diante de um sistema exploratório,

que aliena o trabalhador e o torna totalmente dependente do opressor.

Reforçando a ideia freireana na Economia Solidária, Paul Singer (2002, p. 06) afirma que “todo o processo de criação das cooperativas populares foi feito basicamente sob a influência da filosofia de Paulo Freire”. Com isto, verifica-se que a educação popular está inserida no movimento da Economia Solidária, bem como nas metodologias de trabalho das Incubadoras, que ora implanta esta educação em suas ações de trabalho, como os treinamentos, as reuniões, as discussões, os eventos, os treinamentos e a formação com os atores sociais, para democratizar o conhecimento e as experiências entre todos os seus associados que possuem muitas vivências a serem compartilhadas.

Diante deste contexto de incubação, é importante ressaltar que as pesquisas e a participação dos atores sociais são de grande utilidade para a sua emancipação, onde Cruz e Guerra (2009) dizem que, na pesquisa participante feita pelos grupos universitários através das Incubadoras, observam-se novas relações de trabalho e de vivência relacional na busca por novos modos de inserção econômica e de convívio social entre os grupos envolvidos. Verifica-se que este processo é pedagógico, com múltipla dialogicidade entre seus sujeitos do (trabalhadores associados, os universitários, a comunidade

etc.), da relação entre passado e futuro, entre teoria e prática, por processos dialéticos que são demonstrados através da solidariedade interna, da competitividade externa, da intercooperação e do mercado.

Falando um pouco mais sobre as cooperativas populares e as assessorias das incubadoras e comparando com as pequenas empresas capitalistas, Justino (2002, p. 20) explica que

Se, para as pequenas empresas em geral, competir num mercado cada vez mais competitivo e globalizado é difícil, para as cooperativas populares a situação é ainda mais complexa. Aos problemas como a falta de capital, de tecnologia, de estrutura produtiva, de gerenciamento e de comercialização somam-se outros, tais como necessidade de creches para as crianças dos trabalhadores, assistência social e de saúde. Esses problemas cada vez mais impõem-se às assessorias das incubadoras.

Com tais considerações, vale enfatizar que a universidade não é capaz de resolver todos os problemas sociais, econômicos e educacionais que existem, os quais em sua maioria são problemas estruturais, no entanto, pode contribuir para a diminuição da exclusão social e para a formação de atores sociais mais críticos, autocríticos e solidários. Destaca-se ainda que programas como a extensão universitária ligados à Economia Solidária via incubadoras

tecnológicas ou solidárias devem proporcionar melhorias sociais e econômicas, principalmente quando se está passando por crises econômicas, provocando aumento dos índices de desemprego, fome e desigualdades sociais.

Os processos de incubação buscam a superação da relação opressor-oprimido, utilizando a Autogestão no processo produtivo do empreendimento. Com este enfoque, Paulo Freire (2005, p. 42) afirma que “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Verifica-se assim, que, só através da reflexão da situação de exploração e de opressão, o oprimido pode se desvelar e se libertar desta situação. Fazendo um paralelo com a Economia Solidária e seus atores sociais, observa-se que é necessário que os trabalhadores se vejam explorados em sua força de trabalho, em sua capacidade mental e intelectual, para que tomem a decisão de rompimento com o sistema, e assim busquem como alternativa esta nova forma econômica capaz de transformar realidades, e com isso queiram se engajar num movimento que cresce à medida que o trabalhador toma consciência de sua existência, enquanto ser protagonista do trabalho, da produção e da vida.

Corroborando com essa concepção, entende-se que iniciativas de incubação são sempre bem vindas, como os programas de extensão universitária capazes de melhorar nos locais implantados os índices de educação, renda e de qualidade de vida, aumentar a emancipação dos atores sociais. Isto será analisado de forma prática e crítica na incubadora universitária de empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG), na Paraíba, através do projeto incubado de catadoras de vidros (grupo intitulado Centro de Arte em Vidro), como forma de emancipação dos atores sociais, da geração de vínculos sociais e da apropriação e vivência do princípio da Autogestão em todo o processo produtivo, não só na incubadora, mas em seus empreendimentos incubados.

3.3 A INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (IUEES/UFCG)

A criação da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES/UFCG) ocorreu em 2007, por iniciativa de um conjunto de professores com experiência em desenvolvimento de projetos de extensão

com grupos sociais, vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFCG, tendo como parceiras a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de outras instituições públicas (ver a logomarca da incubadora da UFCG na figura 03).

A IUEES/UFCG iniciou suas atividades em janeiro de 2009, tendo seus primeiros esforços voltados para consolidar sua estrutura física e capacitar sua equipe (docentes, discentes de graduação e de pós-graduação e o pessoal técnico administrativo), além de buscar ações para o processo de incubação.

FIGURA 03: LOGOMARCA DA IUEES/UFCG



Fonte: retirada do *site* da IUEES (www.iuees.ufcg.edu.br) – 01/05/2014.

Nas suas primeiras atividades, teve o apoio do Núcleo da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o

Trabalho (UNITRABALHO) da UFCG, na formação da equipe e no processo de incubação dos três primeiros empreendimentos ligados à Economia Solidária, os quais foram: Centro de Arte em Vidro (CAVI) – Habilidades Manuais, Agricultores de São José da Mata/PB e Usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) de Cajazeiras/PB.

De acordo com o Regimento Interno da IUEES (2010), esta funciona vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX) e possui estrutura de caráter permanente, com natureza interdisciplinar. Sua missão é desenvolver a incubação e o fortalecimento de empreendimentos autogestionários, com o objetivo de gerar trabalho e renda, inclusão socioeconômica dos trabalhos, com ações de sensibilização, capacitação e assessoramento, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo assim o desenvolvimento local, onde os empreendimentos incubados estão inseridos.

A IUEES/UFCG possui uma equipe multidisciplinar composta por docentes (mestres e doutores), discentes (graduação e pós-graduação) e técnicos administrativos, lotados nas principais instituições de ensino superior da Paraíba. Sua equipe foi capacitada para desenvolver as atividades de todo o processo de incubação de empreendimentos autogestionários, além de ter encontros

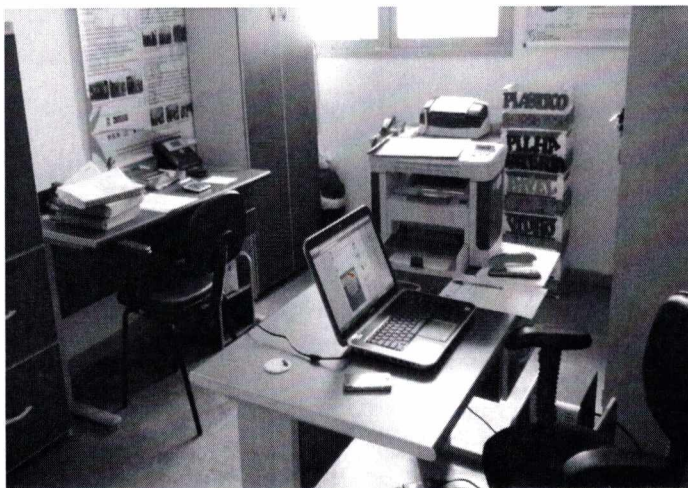
quinzenais presenciais para estudo e discussão de textos científicos sobre metodologia de incubação, Economia Solidária e Autogestão.

De acordo com o Regimento Interno da IUEES/UFCG (2010), título I, capítulo II – Dos objetivos, a incubadora da UFCG apresenta os seguintes objetivos, independentemente da ordem estabelecida: disseminar modelos cooperativistas para os grupos sociais excluídos; desenvolver processos de apoio educacional, tecnológico e político-institucional na gestão da produção dos empreendimentos incubados; promover a capacitação das associações e cooperativas no processo autogestionário; promover cursos de curta duração sobre Economia Solidária; viabilizar a produção e socialização do conhecimento através dos projetos de pesquisa, integrando a universidade e a comunidade; além de prestar assessoria a empreendimentos solidários em processo de formação.

Atualmente, a IUEES possui apenas uma unidade dentro da UFCG, ficando próxima ao Museu do Semiárido, por trás da creche da UFCG, onde funcionava também a secretaria do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano (EJA ECOSOL), que foi concluído em novembro de 2013, mas com novo edital lançado em

setembro de 2014 para as turmas de 2015 nos *Campi* de Campina Grande, Sumé, Cajazeirinhas e Cuité, com 50 vagas por *campus*, totalizando 200 vagas. Seleção esta que já teve inclusive resultado homologado, tendo o início das aulas ficado para fevereiro de 2015 (ver incubadora solidária da UFCG, na figura 04).

FIGURA 04: INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

Com relação às principais competências da IUEES/UFCG, o seu Regimento Interno (2010), afirma, em

seu Título II, capítulo I – Das competências, constituição, estrutura e funcionamento da incubadora, quanto ao programa permanente de extensão que a incubadora deve:

- Constituir equipe de trabalho com docentes, acadêmicos e funcionários de áreas afins;
- Discutir e estabelecer os princípios que regem o trabalho da IUEES/UFCG;
- Manifestar-se sobre o planejamento e viabilidade dos empreendimentos;
- Construir diagnóstico e estudo de viabilidade do empreendimento incubado;
- Assessorar na gestão dos empreendimentos nas áreas jurídica, social, contábil e econômica;
- Capacitar as equipes de trabalho da IUEES/UFCG, através de cursos, seminários, oficinas e eventos que abordem temas sobre trabalho e Economia Solidária; e
- Assessorar na gestão dos empreendimentos originados por demanda externa ou induzida.

Quanto à constituição, estrutura e funcionamento da IUEES/UFCG, seu Regimento Interno (2010), em seu título II, capítulo II, determina que a estrutura orgânica da Incubadora é composta pelas instâncias: Plenária Geral; Conselho Deliberativo; Coordenação Executiva; GEPESOL (Grupo de

Estudo e Pesquisa em Economia Solidária) e pelas equipes de incubação.

No período de realização desta pesquisa (2012-2014), a coordenação da equipe da IUEES/UFCG estava sob responsabilidade da professora Doutora Crislene Rodrigues da Silva Moraes, graduada em Química Industrial, com mestrado em Engenharia Química e Doutorado em Química. A mesma é professora Associada II da UFCG, com trabalhos publicados e orientações de monografias e dissertações na área da Economia Solidária.

Em se tratando da gestão financeira, o Regimento Interno da IUEES/UFCG (2010), título II, capítulo V, diz que a incubadora conta com as seguintes fontes de recursos: I. dotações atribuídas pela UFCG; II. Dotações de convênios com entidades públicas e/ou privadas; III. Receitas de prestação de serviços à comunidade; IV. Doações.

Desde 2012, a IUEES conta com quatro projetos em andamento (informações retiradas do *site* da incubadora), os quais são:

- Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na confecção de produtos artesanais, inclusão social e sustentabilidade (Parte II);

- Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais, em Sossego - PB, na perspectiva de um desenvolvimento local (Parte II);
- Programa Integração das Práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos na Paraíba (Parte II);
- Programa Incubação e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na IUEES/UFCG (Parte II).

A IUEES/UFCG geralmente conta como parceiras com: a Universidade Federal de Campina Grande, a Fundação Banco do Brasil, o Governo Federal, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a UNITRABALHO, a Prefeitura Municipal de Cabedelo - PB, a Universidade Estadual da Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba e a Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL).

De forma geral, a IUEES tem alcançado participação atuante na construção e na disseminação dos valores da Economia Solidária na Paraíba, levantados nos espaços de discussão como fóruns, congressos, palestras e seminários, alavancando sua importância e os preceitos da Economia Solidária frente ao sistema capitalista e como alternativa ao desemprego e à exclusão social. Busca ainda contribuir com

noções de administração, custos, vendas, gerência e valorização social nos empreendimentos, para que se tenha um desenvolvimento local e sustentável com características solidárias e autogestionárias.

3.3.1 Empreendimentos Econômicos Solidários da Incubadora Universitária da UFCG

A IUEES conta com alunos bolsistas, professores e voluntários para a execução de seus projetos, os quais abrangem as mais variadas áreas desde o fortalecimento da incubadora até a capacitação de catadores de resíduos sólidos, particularmente reciclagem de vidros.

É bom deixar claro que as ações desta incubadora universitária abordam diferentes grupos de trabalho, onde cada um possui características próprias e únicas, com sua identidade. Assim, tais especificidades devem ser levadas em consideração para a composição analítica desta pesquisa.

Atualmente, a Incubadora conta com vários projetos em andamento ou concluídos recentemente, os quais existem ou existiam desde 2012, a saber:

- Tecendo Sonhos no Porto Cidadania – CAPS I Cabedelo/PB – concluído;
- Pacientes e Usuários do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) de Cajazeiras/PB - concluído;

- Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na confecção de produtos artesanais, inclusão social e sustentabilidade, particularmente reciclagem de vidros (Parte II) – em andamento;
- Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossego - PB, na perspectiva de um desenvolvimento local (Parte II) – em andamento;
- Programa Integração das Práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos na Paraíba, particularmente com o curso de especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em Economia Solidária no semiárido paraibano, além da extensão em Economia Solidária e Autogestão – concluído (Parte II);
- Programa Incubação e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na IUEES/UFCG (Parte II), – em andamento.

Para nosso estudo detalharemos bem o empreendimento Capacitação dos Catadores de Resíduos Sólidos na confecção de produtos artesanais, inclusão social e sustentabilidade, particularmente reciclagem de vidros, formalizado e intitulado “Centro de Arte em Vidro” (CAVI); além das práticas e metodologias utilizadas pela incubadora da UFCG na formação dos seus atores sociais não só que compõem esta IUEES, mas também os sujeitos do empreendimento CAVI, como formas de verificação do nível de emancipação das pessoas que compõem tais negócios.

Apesar de não serem os objetos empíricos dessa pesquisa, detalharemos os projetos da IUEES e algumas de suas particularidades. Assim, o projeto concluído “Tecendo Sonhos no Porto Cidadania – CAPS I Cabedelo/PB” foi

desenvolvido junto com o grupo intitulado Tecendo Sonhos, criado em 2010, com a iniciativa do Centro de Atendimento Psicossocial CAPS I – Porto Cidadania, com o apoio do Ministério da Saúde. A incubação deste empreendimento foi feita na busca da inclusão social através do trabalho, desconstruindo o estigma da loucura e buscando melhorar as condições de vida de todos os envolvidos no projeto. Tinha como objetivos principais: diagnosticar o perfil socioeconômico, cultural e as habilidades das pessoas com sofrimento e comercializar os produtos do grupo, oportunizando a inclusão social pelo trabalho; como resultados, houve a capacitação e certificação de usuários e familiares em diversas atividades produtivas, além da confecção de produtos artesanais, obtendo-se renda e trabalho até os dias atuais.

Com relação ao projeto também concluído intitulado “Pacientes e Usuários do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPs) - Cajazeiras/PB”, a incubação buscou, por meio da reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, trazer a autonomia e a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e usuários deste CAPs. Objetivou fundamentalmente obter um diagnóstico do perfil cultural, socioeconômico e vocacional dos pacientes do CAPs, além de capacitar seus membros através de oficinas, cursos, palestras e dinâmicas. Os

resultados alcançados até hoje são: a geração de trabalho e renda na Economia Solidária, a realização de cursos de alfabetização para os pacientes e usuários deste centro e a confecção de produtos artesanais através da reciclagem de resíduos sólidos.

Através do projeto ainda em andamento “Capacitação de Mulheres em Assentamentos Rurais em Sossego - PB na perspectiva de um desenvolvimento local”, a IUEES/UFCG visa a geração de trabalho e renda para a autonomia das mulheres dos assentamentos rurais (Padre Assis, São Luís, Sombrio e Santo Antonio em Sossego/PB). Objetivou-se principalmente mapear as experiências das mulheres dos assentamentos citados na busca por participação e inclusão social, e identificar as habilidades das mulheres dos assentamentos para viabilizar e implementar empreendimentos econômicos solidários, a partir dos princípios da Autogestão. Os resultados alcançados foram principalmente o mapeamento das experiências das mulheres destes assentamentos e a capacitação de 49 mulheres para a implementação de empreendimentos solidários. Vale destacar que este projeto ganhou o prêmio do Banco Santander “Universidade Solidária 2014”, com as atividades desenvolvidas no Assentamento Padre Assis, cujo projeto foi intitulado “Desenvolvimento socioeconômico das mulheres do

assentamento Padre Assis a partir da criação coletiva de galinhas caipira”, recebendo R\$ 100 mil reais para investimento neste empreendimento solidário.

O projeto “Programa Incubação e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários na IUEES/UFCG”, que ainda está em andamento, é desenvolvido por docentes e discentes vinculados à Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Campina Grande/PB, que objetiva construir e instalar a IUEES na UFCG (o que já foi concluído); formar e capacitar a equipe da incubadora para a gestão dos empreendimentos econômicos solidários incubados; contribuir com o desenvolvimento da cidadania; fortalecer a geração de trabalho e renda nos empreendimentos; unir a universidade aos grupos excluídos, além de formar alunos da graduação e da pós graduação na área de Economia Solidária.

Quanto às principais atividades da IUEES, tem-se: acompanhar o processo de organização e criação de novos empreendimentos; assessorar e capacitar os grupos incubados com os temas (gestão/administração, legislação, comunicação, comercialização e cooperativismo); além de realizar visitas técnicas aos empreendimentos incubados. De forma simplificada, os resultados alcançados até o momento foram: instalação e funcionamento da IUEES; formação da equipe da incubadora em Economia Solidária, realização de

fóruns, feiras e debates sobre Economia Solidária e Autogestão; e capacitação dos grupos incubados através de discussões e debates sobre os conceitos de participação, democracia e autonomia.

A incubadora da UFCG de projetos solidários tem um papel social de grande importância, pois além de tentar propiciar o compartilhamento de experiências de vida e profissionais em pequenos e grandes grupos, agrega em seu trabalho aspectos da solidariedade, igualdade e humanismo, focando-se no que as pessoas têm de melhor, que é sua capacidade de ensinar e de aprender, e com isto proporciona processos de emancipação para todos. Pelo menos, é isto que prega seu regimento, seus treinamentos, cursos; porém, na prática sabe-se que não funciona bem assim, pois os membros da incubadora possuem desejos e necessidades diferenciadas que chegam a afetar o resultado final, como o individualismo, a falta de compromisso em algumas atividades, o não cumprimento de tarefas e tempos previamente marcados, o que prejudica sobremaneira o processo de Autogestão da incubadora e de seus empreendimentos incubados.

Com tais reflexões, chegar-se-á ao capítulo 4 da tese, com o detalhamento da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES), da

Universidade Federal de Campina Grande e do empreendimento solidário incubado Centro de Arte em Vidro (CAVI), analisando o processo de Autogestão dos atores sociais envolvidos, tanto na IUEES como no CAVI, na busca pela emancipação, o que é bem difícil diante de conjecturas não muito favoráveis, como o individualismo, a falta de estrutura adequada, a falta de recursos e desmotivação de alguns membros do grupo e do empreendimento analisado CAVI; e, para isto, se analisará reuniões, formações, visitas, entrevistas, documentos, observações *in loco*, conversas informais, dentre outras informações válidas para verificar estes processos formativos e práticas coletivas de ação.

3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Em se tratando da importância das incubadoras, no processo de formação dos atores sociais, é importante destacar que os cursos, treinamentos e formações fazem parte de um planejamento que busca levar autonomia aos empreendimentos incubados e que vêem a Economia Solidária com uma função social que transborda ao simples fato de gerar trabalho e renda, mas ainda de instruir as pessoas a lutarem pelos seus direitos, e com isto alcançarem mais qualidade de vida, autonomia, liberdade e emancipação.

Nestas circunstâncias, as incubadoras solidárias possuem muitos entraves e desafios a serem vencidos para que seus objetivos sejam alcançados. No que se refere aos entraves, destacam-se: a falta de marca própria, a dificuldade de vendas, a retirada dos intermediários do empreendimento, a falta de planejamento estratégico e a baixa autoestima dos envolvidos nos negócios. Sendo assim, a incubadora possui o papel preponderante de alavancar o desenvolvimento local e ainda conclamar os associados pela emancipação, não exploração e melhoria de vida através do trabalho e da valorização do ser e da sustentabilidade.

Neste percurso, existem as associações, as cooperativas, os sindicatos e as empresas recuperadas, que fazem um exímio trabalho na luta por uma verdadeira Economia Solidária, seguindo seus princípios e valores, resumidos em Autogestão, Fraternidade e Solidariedade. Mas não se pode esquecer dos falsos empreendimentos, que muitas vezes utilizam os termos solidários para camuflar a real situação de exploração que provoca em seus associados, e demonstram, com isto, que a Economia Solidária pode chegar até a reforçar e engrandecer o sistema capitalista e suas características, como o individualismo, a busca incessante do lucro, a exploração e a alienação do trabalhador e a despreocupação ambiental.

Deve-se ainda deixar claro que a gestão econômica preocupa-se apenas com valores monetários e financeiros, enquanto a gestão social visa à sociedade, suas demandas e seus aspectos democráticos na obtenção de uma sociedade mais igualitária. E sendo assim, a incubadora IUEES precisa adotar cada vez mais uma gestão social no intuito de fortalecer os empreendimentos solidários e os seus associados, que merecem ser ouvidos e atendidos em suas mais variadas solicitações. Por isto, não só a IUEES, mas também o grupo CAVI devem sempre buscar melhores estruturas físicas, mais treinamentos, palestras, cursos, formações, reuniões, trocas de vivências e experiências para que alcancem e pratiquem os princípios da Economia Solidária em sua integralidade.

4 AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO: metodologias e práticas coletivas

“O desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam” (Amartya Sen)



As experiências coletivas de que trataremos neste capítulo fazem parte do processo de formação desencadeado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) ao longo dos anos 2012, 2013 e 2014, com vista a possibilitar a apropriação e construção dos

princípios fundamentais da Economia Solidária: igualdade, solidariedade e Autogestão.

A missão da IUEES, na perspectiva da extensão universitária, é lutar pela constituição de práticas coletivas de desenvolvimento econômico solidário junto às populações que estão em situações de vulnerabilidade social. Vale ressaltar, que o trabalho da incubadora está além de simplesmente realizar um processo de incubação, mas também possui um caráter político educacional.

A Incubadora se propõe a gerar renda, trabalho e inclusão social dos atores sociais e, para isto, vem desenvolvendo projetos, concorrendo a editais, com vistas a incubar por longo tempo os empreendimentos solidários, que passam a acreditar que a incubadora estará sempre por perto, o que, de certa maneira, pode provocar relação de dependência da gestão da incubadora para fazer seus negócios ou mesmo produzir no dia a dia, contrariando o princípio da autonomia e da Autogestão.

Durante a pesquisa, para compreendermos as metodologias e práticas coletivas, acompanhamos dois espaços de realização das experiências formativas em diferentes momentos, cursos, reuniões e encontros. Tivemos a oportunidade de perceber a participação dos diferentes atores envolvidos no processo – os alunos bolsistas e

voluntários, professores e pesquisadores da IUEES e os membros do Centro de Arte em Vidro (CAVI).

Esta formação dos sujeitos deve ser visualizada numa perspectiva ampla, de objetividade e subjetividade, em que o pesquisador se debruçou minuciosamente sobre comportamentos, ações cotidianas, trabalhos, livros, relatórios, documentos oficiais, entrevistas, fotografias, treinamentos, expondo aqui seu olhar crítico e comprometido com uma pesquisa que venha a delinear o sentido da formação em Autogestão numa incubadora solidária, que se propõe a desenvolver práticas educativas na perspectiva da emancipação dos atores sociais, para que possam fazer a leitura da sua realidade e intervir, se apropriando de valores democráticos e autogestionários. Contudo, este é um grande desafio, pois os entraves são de diversas ordens, desde a cultura política da subserviência até as subcondições materiais dos sujeitos.

A incubadora IUEES busca formar as pessoas no processo da Autogestão, a partir dos preceitos da Economia Solidária e de seus princípios e valores. Assim, proporciona a formação dos atores sociais por meio da extensão universitária em diferentes atividades, treinamentos, cursos (associativismo, cooperativismo, alfabetização, resíduos sólidos, plano de negócios, planejamento e controle de

estoques, técnicas de vendas), reuniões, feiras locais e estaduais, visitas técnicas etc. Nestes espaços, os sujeitos constroem vínculos sociais importantes, inserem-se em redes e ampliam seus conhecimentos, aumentando sua qualidade de vida.

Neste contexto de formação, é fundamental a reflexão sobre o sentido da extensão, como um processo de troca de saberes e não como simples transmissão de conhecimento, pois diz Freire (2013, p. 26), “na medida em que no termo “extensão” está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista”. Isto é, a extensão em si e seu conceito é um conjunto de procedimentos técnicos que demonstram os conhecimentos, mas que devem passar por processos de reflexão para que sejam de fato apreendidos.

É com o objetivo de refletir sobre esse processo de formação através de metodologias e práticas coletivas no mundo da Economia Solidária que descrevemos os espaços de formação, focalizando especialmente as metodologias e práticas coletivas construídas nos diferentes contextos das experiências. Para isto, alguns autores e seu legado serão retratados neste capítulo do trabalho, como exemplos temos: Comerford (2002), que fala sobre as reuniões como espaço

social de integração e de formação de vínculos sociais; Freire (2013), quando tratada capacitação técnica e do adestramento humano; novamente Freire (2014a), ao retratar a cultura no homem; Jezine, Batista e Moreira (2008), expondo sobre a construção do desenvolvimento local e a auto estima dos grupos sociais; Jezine (2008), ao demonstrar as perspectivas da extensão universitária enquanto prática social; e Pereira (2009), quando explica a importância da participação dos empreendimentos em eventos públicos e feiras de Economia Solidária.

4.1 A FORMAÇÃO DOS FORMADORES NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de acompanhar um dos encontros organizados pela incubadora intitulado “Formação em extensão universitária”. O evento ocorreu em março de 2014, no espaço da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande, no *Campus* de Campina Grande/PB. O objetivo do evento era promover a formação dos seus membros, especialmente a discussão dos vários tipos de extensão existentes e suas particularidades (extensão: técnica, assistencialista e dialética); capacitar os participantes a refletir sobre a extensão universitária e os

projetos solidários como fundamentais para o desenvolvimento da sociedade e para a própria formação – enquanto atores sociais que buscam a autonomia e a emancipação – o que ficou claro durante as falas do professor e da coordenadora da IUEES durante todo este processo educativo.

Participaram do curso 17 pessoas,⁷ incluindo o autor, divididas em: 15 alunos, um pesquisador e uma coordenadora. Todos de áreas diversas, demonstrando a multidisciplinaridade de conhecimentos. Enfatiza-se ainda que, deste total, 14 eram mulheres e três, homens.

O curso foi realizado em uma sala da própria incubadora, onde se organizaram as cadeiras, tendo as estantes do ambiente repletas de livros de Economia Solidária. Nas paredes da sala, havia *banners* com publicações sobre a incubadora, as catadoras de resíduos sólidos e livros de educação popular e Economia Solidária. Toda a formação foi fotografada por uma aluna/bolsista.

⁷ Vale ressaltar que os nomes dos alunos serão suprimidos da pesquisa, mesmo que alguns tenham permitido a sua divulgação, mas, por critério de confidencialidade das informações, preferimos dar como codinomes aluno 1, 2, 3, e assim, sucessivamente. Utilizaremos o nome *professor* ou *assessor* para se referir ao professor Daniel, ministrante do curso, financiado pelo Banco Santander.

Para assessorar o curso, a IUEES convidou o professor Daniel Augusto de Figueiredo⁸. A formação inicia com a apresentação do professor falando sobre sua experiência em projetos sociais e nas consultorias em eventos de Economia Solidária. Em seguida, o professor propõe uma dinâmica feita com todos os presentes, onde todos os nomes dos presentes vão sendo falados pelo participante seguinte, para mostrar que se deve reconhecer o nome do alfabetizando na alfabetização, partindo-se do individual para o coletivo.

Enquanto a formação ocorria e nos momentos de intervalo, a coordenadora da incubadora IUEES, prof^a. Dra. Crislene Moraes, falava dos componentes e suas funções, das propostas da incubadora e detalhes administrativos. Ela fazia intervenções, me deixando à vontade para fazer várias discussões e opinar sobre a extensão, a Autogestão e a Economia Solidária. No entanto, muitos alunos não estavam motivados para falar sobre suas atividades, dúvidas e anseios

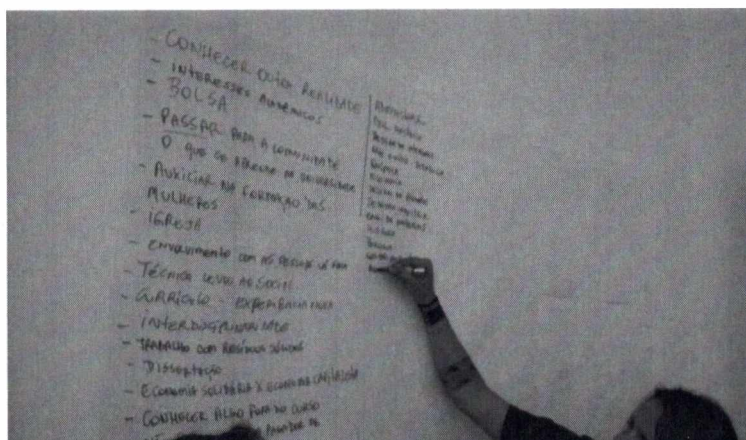
⁸ É filósofo, cientista social e mestre em teoria psicanalítica. Trabalhou 18 anos no Carandiru/SP, e na Universidade Solidária - UNISOL (um ano e meio), na Alfabetização e Consultoria da Economia Solidária - Alfabetização Solidária (ALFASOL). Tem experiência em projetos sociais. É admirador de Paulo Freire, do qual citou muitas frases durante toda a formação. Sempre foi de movimentos sociais e faz parte do projeto do Santander Universidade Solidária (via edital ganho pela incubadora, em 2012), junto com à UNISOL (Alfabetizar catadores de resíduos sólidos).

a respeito da Economia Solidária, o que deixava o processo de formação muitas vezes “travado” e sem muito significado.

A maioria dos participantes falou muito durante a formação, porém alguns poucos não se fizeram escutar no curso. Em suas falas, ficou evidente que alguns alunos moravam em cidades próximas a Campina Grande, como Galante e Lagoa Seca, cidades paraibanas próximas a Campina Grande, porém muitos tinham estórias da entrada na incubadora parecidas.

O assessor fez um mural – utilizando folhas de ofício e expôs no quadro branco – com um pouco do que cada participante falou de si, porém cada participante, de forma isolada, falava sobre seu respectivo curso de graduação, sua função na incubadora, do que gostava e do que não gostava de fazer. Os cursos mais citados foram: administração, economia, pedagogia, engenharia química e desenho industrial (Ver figura 05).

FIGURA 05: FALAS E CURSOS DOS MEMBROS DA IUEES



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

O assessor abriu depois o debate em que os participantes podiam se colocar. Frisou-se que alguns alunos tinham entrado no grupo da incubadora havia pouco tempo, além de haver os que estavam na incubadora pela primeira vez.

As falas de alunos da incubadora sobre o que gostavam e o que não gostavam de fazer no cotidiano das atividades, incitados pelo formador, revelaram, de certa maneira, o seu nível de envolvimento com a extensão e o seu grau de comprometimento com a Autogestão da IUEES, as quais temos a seguir:

(ALUNO 1) - *“Está auxiliando na formação dessas mulheres do projeto”*. Ao falar sobre as catadoras de resíduos sólidos.

(ALUNO 2) - *“Nunca soube que existia uma incubadora”*.
“Nunca trabalhei com a comunidade”.

(ALUNO 3) - *“Aprendi muito e tenho muito a aprender”*.
“Gosto de trabalhar com o social”.

(ALUNO 4) - *“Não gosto de ser reprimido” (aluno)*. *“Gosto de ler, viajar”*.

(ALUNO 5) - *“Sempre gostei de me envolver em projetos sociais”*.

(ALUNO 6) - *“Não gosto de não ter dinheiro”*.

(ALUNO 7) - *“Topo tudo, gosto de tudo”*.

(COORDENADORA) - *“Gostar do que faz, não gosto de falsidade”*.

A coordenadora da incubadora fez várias interlocuções nas falas dos alunos, falando da importância da extensão e da incubadora em suas vidas, da importância social e o crescimento ou não dos empreendimentos incubados. Todavia, deveria demonstrar com mais ênfase os reais resultados alcançados e ter uma postura mais dialógica com os alunos que deveriam estar em dia com as suas obrigações cotidianas, enquanto bolsistas da IUEES.

Merece destaque ainda que a formação ou capacitação técnica não pode ser entendida como um pacote pronto de dados e informações. Neste sentido, em seu livro *Extensão ou comunicação?* Freire (2013, p. 124) afirma que “a capacitação técnica é mais do que o treinamento, porque é busca de conhecimento, é apropriação de procedimentos. Não pode nunca reduzir-se ao adestramento, pois que a capacitação só se verifica no domínio do ser humano”. Compreende-se, portanto, que só o homem é capaz de refletir sobre suas ações e atos, se transformando durante os processos educacionais, e que apenas treinar sem refletir não é suficiente para se ter um processo de fato emancipador.

Sendo assim, dinâmicas e técnicas que trazem a pessoa e o grupo à reflexão aguçam a nossa objetividade e subjetividade diante de fatos que parecem ser contraditórios, tornando-nos mais flexíveis e atentos às mudanças, o que foi observado em certos momentos da formação.

Verificou-se que foram usadas dinâmicas que oportunizaram quase que de forma obrigatória a participação dos alunos, indo de encontro ao que pregam Freire & Macedo (2013, p. 106), quando dizem que “o educador, num processo de conscientização (ou não), como homem, tem o direito a suas opções. O que não tem é o direito de impô-las”. Ou seja, o professor expressou sua opinião a respeito dos temas,

informações etc., citados na formação, mas em nenhum momento tentou impor sua perspectiva às pessoas; ao contrário, durante todo tempo, dialogou com os participantes, motivando o exercício da reflexão. Isto pode ser observado nos questionamentos e opiniões que lançou no grupo.

(PROFESSOR) - O que o levou a ir à Economia Solidária? *"Está bem mais feliz transformando a realidade"*. Para ele seu curso não tinha formação prática, filosofia.

(PROFESSOR) - *"Acabar com a dicotomia entre a universidade e a sociedade"*. Falou muito de Paulo Freire, recitando frases do livro *"Pedagogia do oprimido"*, de Freire (1968), de *"Extensão e comunicação"*, (1969). Falou dos dois mundos. Extensão, para Freire, é tida como imposição da cultura do saber.

(PROFESSOR) - *"Bachelar = A verdade é filha do conflito, não da simpatia"*. *"A leitura do mundo transcende a leitura da palavra"* (Paulo Freire). *"Aquilo que a gente se apropria, não é nosso"*.

Nesta última fala do professor, estão implícitos elementos como os saberes do educando anteriores à escola que devem ser valorizados, que a realidade deve ser vislumbrada de forma crítica, que o conhecimento deve ser disseminado para que todos aprendam em conjunto, como dizia Paulo Freire, o qual foi tomado como base para a Economia Solidária, que prega a educação popular e os preceitos ensinados por este educador em todos os seus

princípios solidários. E, considerando que o ser humano é reflexivo por natureza, Freire (2014b, p. 35-36) afirma que:

Como um ser da atividade que é capaz de refletir sobre si e sobre a própria atividade que dele se desliga, o homem é capaz de “afastar-se” do mundo para ficar nele e com ele. Somente o homem é capaz de realizar esta operação que resulta sua inserção crítica na realidade. “Ad-mirar” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos.

A primeira parte do encontro termina com essas reflexões sobre a importância do processo de formação para que os sujeitos possam desvelar a realidade, e com isto, transformar realidades através de novos conhecimentos e experiências, tornando-se cada vez mais críticos e emancipados

Durante o intervalo os componentes do grupo conversaram sobre como o curso estava interessante e como trabalhar com os empreendimentos solidários é um desafio que deve ser vencido dia a dia.

Na volta do intervalo, o professor iniciou com alguns comentários gerais sobre a Universidade de Bolonha, Itália, 1502 – primeira universidade existente; falou que a Grécia antiga possuía a Escola de transmissão do conhecimento

(Idade Média), que estava nas mãos da igreja, onde existia a separação das ciências. Falou da PESQUISA, do ENSINO (Transmissão, *Teckné*), Técnicas, Práxis (Teoria e prática), Teoria (Matemática, Física, Metafísica, Química e lógica). No que se refere ao século XIX, falou sobre Universidade e Revolução industrial. E, sobre EXTENSÃO, discorreu sobre as três abordagens: assistencialista (ajuda aos pobres); técnica (capacitar para a revolução industrial); dialética (refletir sobre a situação).

Em seguida, fez referência ao livro *A Pedagogia do oprimido*, enfatizando o significado da palavra dialética (construir, transferir para a comunidade o que se aprende na universidade, para transformar realidades). Segundo o professor, se deve empoderar o sujeito para se ter uma alternativa ao sistema capitalista, através da Economia Solidária.

A dinâmica sugerida pelo professor tratava dos três tipos de extensão: técnica, assistencialista e dialética, com a divisão em grupos de cinco pessoas, que deveriam colocar no quadro branco, de forma vertical e com o uso de laudas impressas, o que o grupo concordava em ser referente a determinado tipo de extensão e suas características. Os itens da dinâmica eram: extensão técnica, extensão assistencialista e extensão dialética, na vertical; e na horizontal: contexto

histórico, concepção de ser humano ideal, universidade, extensão, objetivo, extensionista, comunidade, metodologia. Os resultados da dinâmica, com as respostas dos alunos que estavam em grupos ficaram assim expostos; todavia, existiram momentos de divergências nos grupos e nas exposições de resultados, mas ao final o professor colocava no lugar correto o tipo e características da extensão que o grupo acreditava estarem corretos, porém não estavam (figura 06).

FIGURA 06: TIPOS DE EXTENSÃO

Comunidade Universitária	Comunidade do Terceiro Setor	Atividade de Serviço	Desenvolvimento	Extensão	Objetivo	Metodologia	Conteúdo	Resultados
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

Após a finalização desta dinâmica, a coordenadora falou do processo da extensão, do que se busca, do que a

incubadora faz como extensão, citando exemplos de alunos que foram para a extensão da incubadora, como o aluno 1 que foi para um grupo de assentamento rural de 60 mulheres, integrando-se à realidade das mesmas, e com isto, pode fazer suas pesquisas e contribuições para o grupo. Pois, segundo ela, *“Ele falava pouco. Teve relatório nota 10,0. Passou por um processo de transformação”*.

Observou-se, na fala da coordenadora, que o referido estudante havia passado por processos de aprendizado que lhe trouxeram amadurecimento pessoal e profissional, onde o passou a falar e escrever bem melhor. E, para isto, podemos adotar uma frase de Freire (2014b, p. 42-43), onde este escreve que “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações”. O autor diz aqui o que foi apreendido pelo aluno 01, que, com o contato com o mundo dos empreendimentos da Economia Solidária, a pessoa pode se transformar e crescer enquanto ser, aprendendo novos conhecimentos e novas habilidades técnicas e humanas.

A coordenadora fala ainda sobre os motivos da extensão e os objetivos do homem, nas frases: *“Qual o objetivo enquanto ser humano”*. *“Ter clareza sobre o que se está fazendo na extensão e se apaixonar. Ótimo!”*. *“Não é*

uma profissão que me define!”. Falou de cada projeto rapidamente, mostrou panfletos, dizendo que é necessário atualizar os referidos materiais, melhorar os panfletos e fazer o da Especialização em EJA, inclusive com este projeto do EJA e o do CAVI (Centro de Arte em Vidro). Fala ainda do cordel da Economia Solidária (feito por aluna da Ecosol – turma de Campina Grande). Explica que o *site* da incubadora precisa ser atualizado, e, por isto, uma bolsista de mídias sociais deve se dedicar só a esta tarefa, pois em 2013, o *site* não havia sido mexido, estando, portanto, desatualizado, e deve ser melhorado e atualizado para assim contribuir com a divulgação dos empreendimentos e da incubadora.

Nas falas seguintes, a coordenadora aproveitou para destacar a experiência da incubadora, a vivência da multidisciplinaridade, a autonomia dos atores sociais e da Autogestão. Nesse sentido, argumenta:

“Não é incubadora de tecnologia, mas de gente!”. “Acho que nunca tivemos um grupo tão multidisciplinar”, “é uma troca só”. “Você vê o pessoal autônomo. Cada um tomando conta do seu projeto. Cada um deve se empoderar do seu projeto. Todos juntos. Não ficar esperando. Deve funcionar dentro do que a incubadora se propõe, de Autogestão”.

Nesta perspectiva, e correlacionando com os dizeres acima da coordenadora, pode-se entender que os atores

sociais da incubadora devem buscar o desenvolvimento local dos empreendimentos incubados e a emancipação dos envolvidos, inclusive a sua própria emancipação, além de buscar elevação da auto estima dos cooperados, valorizando suas identidades, enquanto agentes em constante processo de formação para a Autogestão, conforme Jezine, Batista e Moreira (2008, p. 55) demonstram:

Para construir uma concepção de desenvolvimento local, é necessário buscar, ou melhor, rebuscar a auto estima dos grupos sociais, sobretudo, mediante a valorização de suas histórias de vida, num sentido abrangente, agregando todas as expressões e criatividades peculiares àqueles grupos, valorizando, portanto, suas identidades sociais.

Em outro momento do curso, há a fala de duas alunas que corroboram com a coordenadora, enfatizando o tema responsabilidade e igualdade na Economia Solidária:

(ALUNO 1) – *A coordenação dá responsabilidade aos alunos, não impõe. Cada um na sua área. A gente tem que se incluir, se inserir, conquistar o carisma!*

(ALUNO 2) – *“Todos devem saber as responsabilidades e se ajudarem”. “Na verdade, somos iguais. Todo mundo tem um papel importante na Economia Solidária”.*

O encontro é retomado e o professor explica partes do livro de Paulo Freire (*Pedagogia do oprimido*), expondo que há a falsa generosidade para refletir sobre as contradições do mundo capitalista, apontando a necessidade dos setores populares compreenderem a realidade e transformá-la. Enfatizou ainda que, através do trabalho, pode se criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias, para que se lute contra o assistencialismo, a exploração e a alienação do trabalho, transformando culturas, que, ainda para Freire (2014b, p. 38), significa que

O homem enche de cultura os espaços geográficos e históricos. Cultura é tudo o que é criado pelo homem. Tanto uma poesia quanto uma frase de saudação. A cultura consiste em recriar e não repetir. O homem pode fazê-lo porque tem uma consciência capaz de captar o mundo e transformá-lo.

No entanto, o professor toma a fala e diz: “*Nós agimos mais por necessidade do que por idéias*”. “*Se você tem conhecimento, tem poder, tem que se empoderar*”. Para ele, extensão é troca de conhecimentos. Cita ainda o livro *Por uma pedagogia da pergunta*, de Paulo Freire. No entanto, é bom ressaltar que no livro *A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, associando a questão do conhecimento à autonomia dos atores sociais,

Paulo Freire (2014a, p. 142) afirma que “é nesta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia dos educadores e educandos”.

O professor diz ainda: *“Se esta dinâmica não desse certo, eu não usava mais”*, falando a respeito da dinâmica de extensão feita anteriormente. Explica que Paulo Freire não concorda com o termo extensão. O professor faz ainda a leitura de frases de Freire, da pedagogia do oprimido e do livro *Extensão ou comunicação?* via *tablet*. Em momentos seguintes, a coordenadora diz:

“Tá todo mundo aprendendo, né?”. “O aluno tem abertura para discutir com a comunidade”. “Aprendo na gestão da incubadora”. “Reconheço os atores sociais que contribuem com a incubadora, inclusive com a elaboração dos projetos”. “Você precisa chegar com sugestões, combine com o grupo, com a população”. “Tento trabalhar com os alunos na elaboração dos projetos, consultando a comunidade para saber qual a demanda da sociedade”.

Os alunos expuseram suas opiniões sobre a extensão de forma descontraída:

(ALUNO 3) - *“Quanto você aprende com as pessoas! O que ensina e o que aprende! Tentar diminuir a desigualdade social”. “Aprender, crescer juntos!”.*

(ALUNO 4) - *“Construir e aprender. Construir um caminho, sempre aprendendo, não só ensinando”.*

(ALUNO 5) - Sobre as artesãs (recicladoras): *“Elas só têm água até as 11 horas da manhã, no bairro Mutirão, onde elas moram; são 10 mulheres. Quando elas sentem confiança, elas conversam mais”.*

Os alunos compartilham da idéia do trabalho em conjunto, de equipes, de sentimentos de solidariedade, de humildade do conhecimento, todas são características apreoadas pela Economia Solidária e pela Autogestão, o que, nos dizeres de Donizete, Tenderini & Benzaquen (2008, p. 157), aponta para “a educação em Economia Solidária adotada leva em conta a solidariedade na sua dimensão mais complexa, abrangendo toda a condição humana, constitutiva da vida social”. Ou seja, a educação continuada é uma das principais etapas da Economia Solidária, bem como a solidariedade em suas práticas em empreendimentos solidários, o que foi sumariamente aprendido pelos alunos do projeto.

Novamente o professor retoma a fala encaminhando para a conclusão do dia. Nesse sentido, ele argumenta que:

"Deve haver um empoderamento coletivo". "Tentar entrar num consenso, achar soluções junto com as pessoas". "Olhar para o todo, e o todo das recicladoras". "Deve-se ouvir os associados sobre saúde, transporte, educação, ouvir. E, se eles não falaram, vão propor no momento, ou em outro momento. Vamos incomodar! Onde houver certeza que a gente leve a dúvida". "Não se brinca com o sofrimento dos outros. Isso é perversão"! "Como isso se encaixa na alfabetização?" E finaliza dizendo: "Sempre que eu estou num processo de extensão, eu mereço mais a vida".

Assim, observa-se que o professor aponta para alguns conceitos bastante destacados nos processos de formação, como empoderamento dos atores e de seus empreendimentos, o consenso na tomada de decisões, a preocupação com os problemas sociais, a análise das contradições do mundo e ressalta a importância de fazer extensão como significado da relação teoria e prática.

A Figura 07 mostra os alunos da incubadora contribuindo na execução de tarefas da formação na dinâmica sobre os três tipos de extensão universitária e suas características.

**FIGURA 07: PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS
DEMONSTRANDO UMA GESTÃO COLETIVA**



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

É possível observar que as reflexões e dinâmicas adotadas no encontro de formação trouxeram aprendizados e trocas de experiências sobre a Economia Solidária e, principalmente, sobre a Autogestão. Nos apontamentos sobre os empreendimentos solidários da incubadora, observou-se que os alunos possuem certa propriedade sobre o assunto, mas que precisam ser mais bem estudados e analisados por estes, para que possam contribuir de fato com a sua gestão e com as mudanças que podem ocorrer com os incubados.

Considerou-se a formação bastante dinâmica e, até certo ponto descontraída, pois o professor era bem divertido, deixava todo mundo à vontade, inclusive, funcionando na forma de oficina, onde todos participavam e davam a sua opinião. As experiências nos movimentos sociais, o conhecimento sobre a temática da extensão mobilizou os alunos sobre a importância da extensão, levando-os a refletir sobre o valor dos projetos incubados dos quais participam de forma voluntária ou como bolsistas.

Os alunos contribuíram na montagem do material para o curso, sabiam trabalhar em grupo, respeitavam a opinião dos demais, lidavam bem com o material, *Datashow*, *slides* etc., para expor seus projetos, demonstrando mais uma vez que eles sabem o que é Autogestão no sentido de se autoadministrarem em qualquer processo de produção.

A coordenadora mencionou várias vezes o conceito da Autogestão na Economia Solidária e de sua importância nos empreendimentos, corroborando com a ideia de que a Autogestão é algo buscado pela incubadora, mas os desafios são muitos que precisam ser enfrentados por toda a equipe da IUEES. Com isto, verifica-se que a Autogestão na IUEES está em fase de implantação, com erros e acertos, os quais têm sido repassados para os empreendimentos incubados, que

também precisam ter a Autogestão como o centro do empreendimento para alcançar sucesso.

4.2 AS REUNIÕES DA INCUBADORA IUEES/UFCG

As reuniões sistemáticas com a equipe de professores, alunos e técnicos fazem parte do processo de formação dos sujeitos na Economia Solidária, demonstrando a importância da integração dos projetos, da união dos membros e da solidariedade entre todos os envolvidos na incubadora. Sendo assim, as reuniões da incubadora são comunicadas pela coordenadora da IUEES e no grupo do *facebook* localizado em: (<https://www.facebook.com/groups/415409198603421/>).

Tivemos a oportunidade de participar de várias reuniões da IUEES, com momentos de discussão das questões relativas aos projetos, da apresentação de temas teóricos ligados à Economia Solidária e à Autogestão, para que os alunos absorvessem conhecimentos sobre estes temas, além da exposição das tarefas dos alunos e do grupo como um todo, com explicações sobre o crescimento da Economia Solidária na região, suas feiras e eventos que podem ser de exposição de produtos ou da área em estudo. Estas reuniões geralmente ocorrem na sala da incubadora,

como foi o caso da reunião de março de 2014, onde não existiu a leitura das atas de reuniões passadas, mas apenas a apresentação dos projetos e atividades dos discentes. Estavam presentes à tarde 18 alunos, o autor, a coordenadora e uma professora pesquisadora colaboradora da incubadora. Todas as informações da reunião foram gravadas e anotadas no diário de campo do pesquisador, assim como as fotografias da mesma foram feitas por uma aluna bolsista, responsável pela gestão do Centro de Arte em Vidro e anotada pela coordenadora.

As discussões nas reuniões servem para que se exponham os pontos de vista sobre os assuntos da pauta. Portanto, cabe aos integrantes do grupo analisar os assuntos com calma, e só assim fazerem comentários e reflexões sobre o tema em pauta, o qual muitas vezes pode gerar conflitos, tensões e contradições nas opiniões e falas dos participantes, que, no movimento de Economia Solidária, devem ter qualquer opinião valorizada, sem descrédito do que se pronuncia.

A participação dos atores sociais é importante para o crescimento do empreendimento e a apropriação do princípio da Autogestão, onde, para Comerford (2002, p. 157):

As discussões são, de modo geral, concebidas como momentos de participação por excelência, em que o maior número possível de participantes passaria a expor seus argumentos a respeito dos temas em pauta. Por isso mesmo, as discussões são consideradas o momento central e definidor das reuniões como procedimentos democráticos, participativos e igualitários.

As reuniões servem como momento de diálogo e de escuta sobre as opiniões, sugestões, reclamações e atividades de todos os membros da organização, no intuito de afinarem as contradições e discursos, e, com isto, entrarem num consenso ou aprenderem a respeitar a opinião alheia. No caso das reuniões da incubadora, os objetivos são os mesmos, com o diferencial, contudo, de ser quando as muitas divergências são explicitadas, causando momentos de tensão.

Em vários momentos das reuniões de que participamos, houve entrega de relatórios e apresentação em *slides* dos alunos sobre suas atividades. Porém, alguns alunos não fizeram a parte escrita, mesmo sabendo da urgência e da solicitação em pauta pela coordenadora. Houve alunos que levaram poucas laudas, lendo-as e explicando um pouco; outros prepararam slides e explicaram claramente, o que foi sugerido para todos para que fossem depois disponibilizados para todo o grupo no *facebook* da incubadora. Sendo assim, os alunos demonstraram saber de

suas obrigações, porém nem todos tinham o cumprimento devido quanto às suas atividades.

É interessante frisar que todos podiam dar suas opiniões, mas nem todos deram. Revelou-se ainda que alguns poucos alunos não falaram de seus projetos e ações e nem de suas próximas atividades, explicando que não tinham tido tempo ou conseguido fazer da forma correta o que foi solicitado, demonstrando descompromisso com as atividades solicitadas e com as suas obrigações na incubadora. Com isto, pode-se dialogar que o aluno precisa estar ciente de que todos devem fazer suas atividades para que o grupo e a incubadora cresçam, pois sem compromisso, respeito e união jamais os resultados exitosos serão alcançados, principalmente, na Economia Solidária, onde todos devem ter como princípios basilares a Autogestão, a fraternidade e a solidariedade. Observou-se ainda que houve a descentralização de funções durante a reunião. Todos se ajudavam, inclusive para montar os equipamentos para a apresentação das atividades (uso do *Datashow*, estabilizador etc.), e nesse ponto houve ares de Autogestão, pois todos se ajudavam mutuamente.

A reunião para apresentação dos relatórios de trabalho dos alunos bolsistas e voluntários de mês de março começou às 9hdo dia 23 de abril de 2014, com alguns breves

comentários da coordenadora a respeito de suas solicitações na pauta e da importância de se prestar um bom trabalho aos incubados.

Neste momento da reunião, houve a apresentação dos relatórios e atividades realizadas pelos alunos bolsistas e voluntários da IUEES/UFCG. Contou-se com a presença dos 14 alunos bolsistas, com exceção da aluna voluntária efetiva. Porém, apenas 11 apresentaram seus resultados. Os demais justificaram que, na próxima reunião da incubadora, colocariam suas atividades em dia, o que demonstrou até certo ponto a falta de compromisso dos alunos com os trabalhos solicitados ou mesmo certo grau de comodismo diante das solicitações da autoridade, que no caso é a coordenadora, pois se notava claramente que eles sabiam que a não entrega dos relatórios e apresentações atrasadas não ocasionariam nenhum prejuízo financeiro, mas que na verdade os mesmos deveriam observar que os maiores prejuízos eram sociais, já que o CAVI e os demais empreendimentos da IUEES sofreriam atrasos em seu processo autogestionário e emancipatório. Tal descompromisso pode na prática provocar perdas de benefícios, falta do plano de negócios adequado, de melhorias nos empreendimentos, de ganhos econômicos, de valorização social, gastos desnecessários nos empreendimentos devido

ao não planejamento coerente com a realidade do negócio, diminuição da autoestima dos incubados que vêem seus projetos e empreendimentos não crescerem ao ponto desejado, até a diminuição dos aprendizados e experiências que a gestão dos empreendimentos incubados poderia proporcionar para todos os alunos que, de forma direta ou indireta, fazem parte da incubação e que podem através de trabalhos, experiências e dialogicidade como esta pregada pela incubadora se tornarem profissionais bem mais adaptados há um mercado social e com novas organizações solidárias (Ver Figura 08).

**FIGURA 08: APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS E
ATIVIDADES DOS ALUNOS**



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

A seguir, temos descritas algumas falas e comentários dos alunos sobre os seus relatórios de atividades do mês de março e que demonstram também a sua capacitação ética enquanto atores sociais que visam à emancipação. Não identificaremos se foi uma pessoa do sexo masculino ou feminino, apenas denominaremos de aluno.

Primeiramente, (Quadros 03 e 04) temos as falas dos alunos que mostram melhorias para o CAVI e que demonstram o provável símbolo da feira de Economia Solidária da IUESS.

QUADRO 03: FALA DO ALUNO SOBRE O CAVI

ALUNO 1 – Responsável pelo grupo CAVI

Houve a apresentação da parte gráfica pelo aluno, explicando modelos de *certificado*, *banners* e blusas da incubadora; idéias para a produção do CAVI (Centro de arte em vidro) com as mulheres recicladoras de vidros, além de crachás para identificação da incubadora e as caixas para lixo reciclado.

Depois que o Aluno 1 fez sua apresentação, foi aberto o debate pela coordenadora, colhendo-se sugestões para a melhoria dos produtos apresentados.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Neste ponto, observa-se que existem muitas idéias para a melhoria dos trabalhos, e conseqüentemente da ação

do homem e do próprio homem, o que, para Paulo Freire (2014b, p. 50), demonstra “o inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente”. Ou seja, em processos constantes de análise e de reflexões o homem se entende mais homem, e assim, pode buscar mais a sua emancipação diante dos fatos sociais. Assim, é bom frisar que as incubadoras buscam a emancipação dos seus sujeitos através da utilização dos princípios da Autogestão em suas práticas e metodologias de trabalho, mas que no caso da IUEES a Autogestão ainda precisa ser mais bem praticada, trabalhada e apropriada pelos atores sociais que muitas vezes se esquivam desta apropriação, deixando os empreendimentos com meros indícios de Autogestão e práticas solidárias, além de poucos ganhos sociais e econômicos para os membros dos negócios.

QUADRO 04: SÍMBOLO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA IUEES

ALUNO2 – Responsável pelo símbolo da feira de Economia Solidária realizada pela IUEES

O Aluno 2 apresentou propostas de modelos para o símbolo da feira de Economia Solidária, que seria enviada para as mulheres que irão para esta feira, as quais escolherão o modelo que quiserem. (Sem data definida para a feira, pois a mesma estava em processo de construção). Todavia, vale salientar que esta feira ocorreu em agosto de 2014, obtendo êxito.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Estas propostas de modelos para o símbolo da feira de Economia Solidária foram bem discutidas, chegando-se a um consenso um tempo depois, com a votação dos presentes, mas já saindo da reunião com o modelo decidido.

A coordenadora debateu sobre os produtos, disse que todos podiam opinar, conversar, dialogar. Ela fala: *“Todos devem opinar!”*. *“Tem recursos na ATECEL”* – que significa Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Junior, localizada no bloco BP, *Campus I*, Bodocongó, Campina Grande-Paraíba –, *“para serem usados, só falta trazer os orçamentos solicitados e as notas de compra”*. (Ou seja, cotações de material solicitado pela coordenadora aos bolsistas responsáveis por esta tarefa). Falou ainda: *“Cadê as demandas? Material para molde? Deve haver agora datas*

para entrega dos orçamentos e dos moldes. Precisa-se de molde para novos produtos”.

Neste momento, alguns alunos e a coordenadora deram possíveis idéias para os produtos do CAVI e para a sua melhoria em termos físicos e da produção como um todo.

Pesquisando um pouco mais sobre a ATECEL, através do site www.atecel.org.br, acessado em 23/04/2014, obteve-se que a Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior (ATECEL), cujo nome é uma homenagem ao Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada por professores da antiga Escola Politécnica da Universidade Federal da Paraíba, em 5 de agosto de 1967. A finalidade básica da ATECEL é apoiar e viabilizar os programas de Pesquisa e Extensão de Universidades e Institutos de Pesquisa, principalmente na Paraíba. Todavia, também presta serviços de consultoria, elaboração de projetos e treinamento de pessoal nas diversas áreas do conhecimento. Toda e qualquer interação pode ser viabilizada através de convênios ou contrato de serviços. Os processos de articulação proporcionam a oportunidade, para que os vários setores da Universidade desenvolvam programas de pesquisas e de prestação de serviços, desta forma melhor capacitando-os e

viabilizando a Universidade para cumprir o seu papel com a sociedade.

Pelos inúmeros serviços prestados, a ATECEL foi declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual Nº 3.738, de 20.12.1974, e pela Lei Municipal Nº 03-D/74-GP, de 15.03.1974. A ATECEL é marca registrada e membro da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica Industrial (ABIPTI).

Aqui a coordenadora faz uma breve intervenção, expondo sua opinião sobre a Autogestão, as cobranças das tarefas, o grupo CAVI e sobre a publicidade dos trabalhos dos alunos. Assim, ela fala: *“É Autogestão! É Autogestão! Vou ter que cobrar, porque estou sendo cobrada! Tragam os moldes que decidiremos juntos”.* *“Cada um tem a sua função. Se eu não fizer a minha parte, vai prejudicar o grupo todo”.* *Para elas (grupo CAVI) não interessa quem faz, mas se fazem o que tem que ser feito”.* Expôs que todos devem postar as apresentações no grupo e no *facebook* da incubadora, para que quem não estivesse presente na reunião tivesse a oportunidade de ver.

Nestes fragmentos citados acima e expostos pela coordenadora, observa-se que ela sempre se refere à Autogestão como uma meta a ser seguida, e não que seja algo já alcançado. Demonstra a insatisfação com as

cobranças que tem recebido, e por isto, cabe aos alunos cumprirem seus prazos para que ela não seja muito cobrada, pois a impressão que se tem é que, quanto menos trabalhos apresentados pelos alunos, maior cobrança ela terá de seus financiadores, como o banco Santander (que doou recursos financeiros como prêmio em 2013 ao grupo CAVI) e mesmo os próprios empreendimentos.

O Aluno 3 expôs sobre o curso “Plano de negócios” e suas particularidades (quadro 05).

QUADRO 05: CURSO PLANO DE NEGÓCIOS

ALUNO 3 – Responsável pelo curso plano de negócios
O Aluno 3 falou do Plano de Negócios que está desenvolvendo no grupo CAVI, onde há oito módulos, composto por oito semanas, feitas em oito sextas-feiras (proposta). Cada módulo composto de uma oficina. Todo o curso vai ser ofertado nas dependências do grupo CAVI e para as oito mulheres que o compõem.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

O plano de negócios, em sua origem, foi criado para empresas privadas. É um documento formal escrito com pontos fortes, fracos, ameaças e desafios. O plano pode ser feito na criação ou quando já estiver em andamento o negócio.

Firmando um melhor olhar sobre o plano de negócios e considerando o que prega o estudioso Dornelas (2012, p. 3) “um plano de negócios deve ter a seguinte estrutura: sumário executivo, o conceito de negócio, mercado e competidores, equipe de gestão, produtos e serviços, estrutura e operações, marketing e vendas, estratégia de crescimento e finanças”. Ou seja, precisa passar por processos democráticos de debates e discussões, para que todos se empoderem desta grande ferramenta e comecem a entender o negócio e os seus objetivos.

Vale dizer que as mulheres recicladoras do CAVI farão o curso do EJA (já que seis recicladoras são analfabetas). As recicladoras já fizeram o curso Plano de Negócios (curso), o curso de Planilhas e Planejamento de Controle de Estoques, além do curso de Técnicas de Vendas. Os cursos de Plano de Negócios, onde as recicladoras aprenderam sobre as teorias e práticas dos planos de negócios, e fizeram o seu próprio plano de negócios, bem como o curso de Planilhas e Estoques e o de Técnicas de Vendas foram ministrados por dois alunos do curso de administração que fazem parte do quadro de bolsistas da incubadora. O objetivo foi aperfeiçoar a contagem dos estoques de peças e melhores formas de vendas dos produtos.

Já o curso de Alfabetização funcionará nas terças, quartas e quintas, durante oito meses, e tem total financiamento do banco Santander, sendo ministrado por duas alunas bolsistas da incubadora. A alfabetização com as recicladoras fará com que as mesmas comecem a ver o mundo de outra forma, com um novo olhar, como dizem Freire & Macedo (2013, 83-84) “a leitura do mundo precede mesmo a leitura da palavra. Os alfabetizados precisam compreender o mundo, o que implica falar a respeito do mundo.

Seguindo a seqüência da reunião, a coordenadora faz nova intervenção, onde falou que o plano de negócios deve ser feito de forma prática e objetiva. E explicou ainda para os presentes que será feito um plano de negócios com modelo mais teórico sobre o CAVI para apresentar ao grupo da incubadora pelos dois alunos bolsistas responsáveis por esta etapa com este grupo. Algumas de suas falas sobre como tratar a confecção do plano de negócios no CAVI foram: *“Linguajar corriqueiro”. “Singer fala com o povo e para o povo”. “Ser objetivo e prático”. “Vá fazer o curso para dois meses e as planilhas de controle de estoques para o CAVI”. Ainda sobre o CAVI, a coordenadora diz: “Elas fazem a sua parte! Elas surpreendem! Não foram treinadas! Falam o que fazem e o que são!”. “Tudo que precisam tem: datashow, notebook, xerox, material para qualquer extensão. Vocês que*

devem se organizar!”.”Terá uma aluna para fazer a organização do texto do CAVI para publicação!”.

Portanto, compreende-se que a coordenadora quis mostrar que a linguagem acadêmica não deve ser usada no momento de ensinar e fazer o plano de negócios na incubadora pelos alunos. Utilizou o teórico da Economia Solidária Paul Singer para dizer que as palavras devem ser proferidas para o povo e de maneira objetiva e clara. Explica que os recursos financeiros não são problema, basta que se façam as devidas solicitações de material, pois, se houver o planejamento devido, tudo melhora e é conseguido sem grandes dificuldades. Além do mais, a coordenadora fala que as recicladoras apesar de não terem sido treinadas para a produção como deveriam, estas surpreendem em suas atitudes de maneira positiva com relação à confecção das peças de vidros, que podem servir para uso doméstico e decoração do lar.

A Aluna 4 expôs de forma detalhada sobre a feira de Economia Solidária da IUEES e o seu plano de ações (Ver Quadro 06).

QUADRO 06: FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E PLANO DE AÇÕES

ALUNO 4 – Responsável pela feira de Economia Solidária da IUEES

Fez a exposição sobre a Feira de Economia Solidária da IUEES/UFCG. Contou os problemas do CAVI na feira etc. Disse que, em toda segunda terça-feira do mês, há a reunião para o fórum regional de Economia Solidária, na Vila do Artesão em Campina Grande-PB, às 9h da manhã. Falou da representação da incubadora na Conferência Territorial de Economia Solidária (Agreste e Curimataú), onde dois bolsistas participaram (15/04/2014), em Campina Grande/PB, na secretaria da Pastoral, na Av. Afonso Campos, Centro; as quais se candidataram para representantes no fórum regional de Economia Solidária, inclusive com a participação de duas recicladoras de vidro do CAVI. Este aluno demonstrou seu plano de ações. Falou de suas atividades para maio, onde: primeira e segunda quinzena – executará o seu plano de ações.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Este Aluno 4 pediu apoio de todos para ajudar na realização da feira (sem data definida ainda), que representou a incubadora da UFCG na Conferência Estadual de Economia Solidária, que realizou-se de 22 a 23/05/2014, na superintendência Regional do Trabalho e emprego – SRTE/PB, na Praça Venâncio Neiva, Centro, em João Pessoa/PB.

Pesquisando-se um pouco mais e com informações retiradas do site www.paraiba.gov.br em 01/05/2014 sobre a conferência territorial de Economia Solidária, tem-se: foram

realizadas conferências territoriais em Cajazeiras (região Sertão), Campina Grande (região Agreste e Curimataú), Monteiro (região Cariri), e, no dia 6 de maio de 2014, houve a Conferência de João Pessoa (região Zona da Mata). A etapa estadual ocorreu nos dias 22 e 23 de maio de 2014, também em João Pessoa/PB.

Através do site www.fbges.org.br foram obtidas as seguintes informações: o governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Humano (SEDH), em parceria com o Fórum de Economia Solidária e Superintendência Regional do Trabalho apóiam as conferências de Economia Solidária. Na conferência de Campina Grande, foram escolhidos os delegados para a etapa estadual.

Vale conclamar que as conferências territoriais têm o objetivo de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária, considerando as deliberações das conferências nacionais, e promover o debate sobre integração das ações de apoio à Economia Solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil. Cabe às conferências elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de Economia Solidária, contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação, programas e projetos estratégicos, e modelo de gestão para o fortalecimento da

Economia Solidária, além de fornecer subsídios para o plano estadual, a ser debatido na conferência estadual. Os participantes das conferências são principalmente associações, cooperativas e assentamentos rurais ou urbanos.

O Aluno 5 fez apenas um breve comentário, seguido das palavras da coordenadora, que, na íntegra, foram:

(ALUNO 5) - *“Às vezes, a gente está dentro da Economia Solidária, mas só prática de fachada”*. Em seguida, a coordenadora tomou novamente a fala e fez novos comentários:

(COORDENADORA) - *“Quem é de Economia Solidária só pode comercializar em feiras ou lojas de Economia Solidária”. “Nas lojas de artesãs, como Casa do Artesanato, podem comercializar, lá tem Economia Solidária”*. Fala que na casa do artesão, em Campina Grande, há 52 artesãs. Ou seja, a coordenadora quis deixar evidente que movimentos de Economia Solidária precisam ter seus espaços de venda respeitados, sem a intervenção de intermediários, e, por isto, a produção deve ser vendida apenas nesses espaços. Além do mais, são lugares que por natureza geram a satisfação nas vendas e nas compras de seus produtos, que possuem diferencial em relação aos produtos capitalistas, vendidos em qualquer lugar no mercado.

Neste enfoque, um dos princípios de Economia Solidária citados por Arroyo & Schuch (2006, p. 39) bem retrata esta questão, onde diz que “estabelecer relações comerciais mais justas entre os consumidores e produtores a

partir de um nível local, nacional e internacional. Seu objetivo é eliminar ao máximo o número de intermediários entre produtores e consumidores”. Isto é, tirar do caminho da Economia Solidária a figura do atravessador que apenas reduz as sobras dos empreendimentos solidários e gera menos esperança de um futuro promissor para o negócio.

Neste momento, houve um intervalo de 15 minutos – a incubadora ofereceu um *coffee break* para todos os participantes. Houve conversas informais entre todos.

Ao voltarem do intervalo os Alunos 6 e 7 (Ver Quadro 07) começaram a sua exposição, onde, seqüencialmente, disseram:

QUADRO 07: ORGANIZAÇÃO DA IUEES E FORNO DO CAVI

ALUNO 6 – Responsável pela IUEES
O Aluno 6 disse: “ <i>Quanto mais organizada e bonita, mais credibilidade a Economia Solidária vai ter</i> ”. Falou que iria haver a I Feira de Economia Solidária da UFCG, que seria em breve, sem data ainda definida. Também anunciou a atualização do <i>site</i> da incubadora pela mesma, com a senha do administrador.
ALUNO 7 – Responsável pelo Forno do CAVI
O Aluno 7 estava fazendo testes no forno do CAVI, devendo anotar todos os experimentos feitos para chegar à temperatura ideal. Colocou temperatura de 80º graus nos primeiros testes, afirmando que a temperatura necessária para cozimento dos vidros transparentes é mais baixa que a dos vidros coloridos.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Os alunos fazem teste com a programação do forno. O Aluno 7, juntamente com um aluno de engenharia mecânica testam os fornos, e recebe honorários para esta atividade. As recicladoras estão aprendendo este processo, apesar de que já sabiam manusear o forno, mas de forma primária.

Novamente, a coordenadora fez mais um comentário: orientou, sugeriu, opinou, pediu relatórios, deu dicas e pediu opiniões e sugestões. *“Tem que ser junto, sempre juntos no trabalho!”*. *“Até os nomes das peças em vidros foram as recicladoras do CAVI que deram, denominadas de nomes de flores”*.

A coordenadora demonstrou aqui que o seu poder é descentralizado e autogestionário, solicitando a participação de todos em todos os processos para que os empreendimentos possam crescer de fato e atingir melhora em seus índices, inclusive aumento da emancipação dos atores sociais.

Quanto ao Aluno 8, esta expôs sobre a Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano (Ver Quadro 8).

QUADRO 08: CURSO DE EJA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

ALUNO 8 – Responsável pela divulgação do Curso EJA e Economia Solidária

A aluna explicou sobre o projeto EJA ECOSOL, que teve uma turma concluída, com a entrada de 200 alunos e com 150 conclusões, curso no qual o autor foi professor. Explicou as disciplinas do curso, o período de inscrição, edital e como o curso teve seu funcionamento nos sete *campi* da UFCG. Concluiu, apresentando os resultados do curso e a quantidade de formandos especialistas, discorrendo um pouco sobre os temas trabalhados ao final do curso, que vão desde Autogestão, Associações, Cooperativas e Agricultura Familiar.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Assim, observa-se a importância de cursos de especialização que fortaleçam a Economia Solidária e a EJA para aumentar a popularidade destas áreas.

Os alunos 9, 10 e 11 (Quadro 09), expuseram, nesta ordem, sobre o CAVI, sobre a insatisfação em ver que muitos alunos não se doam em suas atividades relegadas ao segundo plano, com relação à implementação da política nacional de Economia Solidária e das parcerias da Economia Solidária com o governo.

QUADRO 09: CAVI, ATIVIDADES DA IUEES E PARCERIAS

ALUNO 9 – Responsável pelo CAVI
A responsável pelo grupo CAVI falou do CAVI e do que pode melhorar o ambiente físico, a ventilação, ambiente quente, da parte estrutural, que deve ser modificada para melhorar a produção do CAVI (que teve projeto premiado pelo banco Santander– <i>Organização e formação de catadores e catadoras de resíduos sólidos– Autogestão e sustentabilidade na reciclagem de vidro</i> , no qual investe no EJA e em materiais para as catadoras como prêmio; o banco objetiva formar empreendimentos de catadores em nove municípios (região metropolitana de Campina Grande). Uma de suas falas, na íntegra, foi: <i>“Não estou vendo nada ser feito, nem ninguém indo lá”</i> , sobre o acompanhamento pelos alunos ao grupo CAVI.
ALUNO 10 – Política Nacional de Economia Solidária
Falou da gestão e implementação da política nacional de Economia Solidária, em Brasília – participação em 22 e 23 de março. Afirmou também que, em Cajazeirinhas, havia o apoio para a implementação da política nacional de resíduos sólidos do município.
ALUNO 11 – Parcerias do governo
Explicou a necessidade de parcerias do governo. Falou da sua responsabilidade em cuidar dos carros da IUEES e da questão das viagens que podem ocorrer para os projetos da incubadora.

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Sendo assim, entende-se que parcerias, planejamento e novas políticas de fomento à Economia Solidária são sempre bem vindas para o crescimento desta nova forma de viver. No entanto, para Wellen (2012), existe uma contradição entre a realidade concreta do interior das organizações de Economia Solidária e a situação vislumbrada pelos seus associados,

pois é necessário que se veja a realidade objetiva destes empreendimentos e não o almejado pelo grupo.

Em seguida, a coordenadora falou:

(COORDENADORA) - *“Tem sábados e domingos que a gente trabalha na incubadora”. “Tem que trabalhar muito até chegar a bolsa, tem os relatórios, etc.”. “Vocês sabem que, às vezes, preciso ser rígida para ver se o trabalho sai!”.*

Finalizando a reunião, a coordenadora falou do fechamento pelos alunos do Edital da II versão do Curso de Especialização em EJA e Economia Solidária versão 2014, onde se teriam apenas as datas alteradas e as cidades que o curso será oferecido. Antes eram: Campina Grande, Sumé, Cuité, Pombal, Patos, Cajazeiras e Sousa. E a nova versão seria ofertada em: Campina Grande, Sumé, Cuité e Cajazeirinhas. Antes eram 350 (trezentas e cinquenta) vagas, mas, nesta nova versão, seriam apenas 200 discentes, distribuídos em 50 vagas por pólo onde o curso seria ofertado. Enfatizou-se ainda que este curso seria oferecido para gestores, educadores e trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos e da Economia Solidária em qualquer município paraibano, mas que as aulas apenas começarão em fevereiro de 2015.

A apresentação dos projetos e resultados preliminares das atividades pelos alunos bolsistas e voluntários da IUEES/UFCG terminou às 12h:20min da tarde.

4.2.1 Significados da Reunião

A reunião com os alunos bolsistas e voluntários da incubadora evidenciou algumas dificuldades que os alunos têm em expor resultados e o que realmente estão fazendo nos projetos, o que dificulta o crescimento dos empreendimentos solidários da IUEES, além de não contemplarem o principal princípio da Economia Solidária, a Autogestão.

Vale ressaltar que, para Comerford (2002, p. 162), “muitos participantes das reuniões se mostram reticentes quanto a discussões acaloradas e sentem um certo estranhamento e desconforto com o que quantificam como bate-boca em um tipo de evento em que não esperavam ou não gostariam de encontrar divergências públicas”. Ou seja, muitas pessoas não estão acostumadas com as contradições, diferenças de opiniões, tensões, mas, durante as reuniões, podem passar a respeitar as diferenças, melhorando seu poder de crítica e análise.

A reunião é um espaço de socialização dos saberes e das experiências, em que os alunos passam a vivenciar os

princípios da Economia Solidária, de respeitar mais a opinião dos colegas, e as divergências são discutidas e favorecem o crescimento intelectual e político, garantindo a apropriação de capital cultural e social à medida que os participantes trocam saberes e exercitam as estratégias de participação e de relações democráticas.

Nesta perspectiva, as intervenções da coordenadora durante a reunião eram sempre no sentido de que os alunos pudessem contribuir cada vez mais com o empreendimento e fazer valer a bolsa financeira que recebem dos órgãos de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), SANTANDER e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, ela expõe que o financeiro deve ser observado, já que a equipe será cobrada por estes órgãos de fomento pelos resultados conseguidos pelos alunos nos investimentos dos empreendimentos, que estes deveriam aprender a se autogerirem melhor, tendo maior senso de responsabilidade.

A Autogestão foi incentivada durante toda a reunião, inclusive na elaboração e execução dos trabalhos, de forma individual e coletiva, mas sente-se que na prática a maioria dos alunos não consegue implantá-la em sua integralidade, pois demandam mais diálogos, treinamentos e comprometimento para a sua implantação.

Imaginemos a unificação dos trabalhadores em torno de empreendimentos solidários, transformando-os em donos coletivos dos meios de produção, da ética e da solidariedade na produção dentro do sistema capitalista, podendo tornar possível que a união dos trabalhadores contra o capitalismo exista, mas que com a criação de uma organização de Economia Solidária se crie laços materiais e ideológicos de uma prática burguesa, como diz Wellen (2012).

Deve-se considerar que a Autogestão está em qualquer processo de produção, venda, comercialização, treinamentos, formação de qualquer empreendimento econômico solidário, inclusive nas incubadoras tecnológicas e solidárias que precisam primar pelo poder descentralizado, decisões coletivas e amplamente discutidas e a valorização do humano e de suas capacidades intelectuais, para que se tenha uma real Autogestão. Um dos desafios da incubadora de Campina Grande é deixar muito claro os trabalhos, as ações e as metas de cada membro. Isto varia de acordo com o nível de envolvimento com a temática em questão e torna o trabalho da coordenação bem mais dispendioso e desgastante, visto que a coordenadora precisa lembrar para o grupo dos resultados previstos e do sentido da proposta, proporcionando uma gestão alternativa com vistas a um outro modelo de desenvolvimento.

A pauta da reunião do dia 27 de agosto versava sobre a entrega impressa dos relatórios das atividades de abril, maio, junho e julho, a sua devida apresentação com a entrega do plano de trabalho de agosto e sua explicação. Os meses de abril, maio, junho e julho tiveram reunião e entrega dos relatórios individuais, mas o pesquisador não esteve presente, pois estava imbuído da escrita da tese e da análise dos primeiros resultados da pesquisa.

De forma geral, têm-se, como informações sobre a reunião da incubadora do mês de agosto presidida pela coordenadora da IUEES: a reunião foi feita numa sala do Museu do Semiárido Nordeste da UFCG, que fica ao lado da IUEES; os alunos presentes sentaram-se nas cadeiras do auditório de forma aleatória; não houve a leitura de nenhuma ata de reuniões passadas; estavam presentes apenas 10 (dez) alunos, além do pesquisador e da coordenadora, totalizando 12 (doze) participantes, sendo registradas algumas ausências. E depois da reunião estar bem adiantada, duas estudantes chegaram. Todos os presentes puderam opinar! As cadeiras eram sem braço! Todas as informações da reunião foram gravadas e anotadas no diário de campo do pesquisador; a coordenadora da IUEES não estava na reunião pela manhã, pois estava em outras atividades de trabalho na própria UFCG, onde atua como professora.

4.2.1.1 Discussões na Reunião

Nesta segunda reunião da incubadora, houve a entrega de relatórios e apresentação em *slides* dos alunos sobre suas atividades mensais. Porém, alguns não haviam feito a parte escrita, mesmo sabendo da urgência e da solicitação em pauta pela coordenadora. Houve alunos que levaram poucas laudas, lendo-as e explicando um pouco; outros prepararam *slides* e explicaram claramente, o que foi sugerido pela coordenadora para todos para que sejam depois disponibilizados para todo o grupo no *facebook* da incubadora (Ver Figura 09).

FIGURA 09: REUNIÃO EM CÍRCULO COM OS INTEGRANTES DA INCUBADORA



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 27/08/2014.

É interessante frisar que esse é um momento propício para exercitar a participação, pois todos são convidados a dar opinião. Observamos que poucos alunos não falaram de seus projetos e ações e nem de suas próximas atividades, explicando que não haviam tido tempo ou conseguido fazer da forma correta o que havia sido solicitado. Verificamos que as avaliações sobre o conteúdo das discussões e o cumprimento dos objetivos propostos pela coordenadora nem sempre eram cumpridos. Mesmo assim as

reuniões são sempre espaços considerados importantes no processo formativo, seja pelos conteúdos dos debates, seja pela prática de descentralização de funções durante a reunião. Todos se ajudavam, inclusive para montar os equipamentos para a apresentação das atividades (uso do *Datashow* e estabilizador etc.), demonstrando um pouco mais a gestão compartilhada tão incentivada pela Economia Solidária

4.2.1.2 Detalhamento dos Relatórios, das Atividades e do Plano de Trabalho pelos Bolsistas e Voluntários

Após o momento de organização do espaço, se iniciam as atividades com os alunos bolsistas e voluntários, apresentando os resultados de seus trabalhos na incubadora, no primeiro semestre de 2014, como uma atividade passada pela coordenadora, onde foi solicitado que a discente lesse o TCC e fizesse uma síntese para todos os presentes na reunião, com o intuito de fomentar conhecimentos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária para todos os presentes na reunião. A reunião teve desdobramentos nos turnos manhã e tarde. Sendo assim, os nomes reais dos alunos serão suprimidos, sendo usados

nesta parte da tese nomes fictícios para manter o anonimato das pessoas.

No Quadro 10, temos algumas atividades descritas na reunião e feitas pelos alunos da IUEES, contemplando desde análises de textos sobre Economia Solidária até exposição sobre o curso plano de negócios, que buscam trazer à tona mais indícios de emancipação para os atores sociais da IUEES e do CAVI.

QUADRO 10: ATIVIDADES DOS ALUNOS NA IUEES

NOMES	EXPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES
Ana e Patrícia	Abriam a reunião da manhã, falando do sucesso da experiência da alfabetização.
Amaury	Houve dois cursos de formação para as recicladoras do CAVI: plano de negócios e associativismo.
Joana	Chamou atenção para as dificuldades do aprendizado no EJA. Poucos alunos tinham visto falar da Economia Solidária, em pesquisa feita com 23 professoras de escolas de Patos. Poucos professores têm formação em EJA. A maioria dos alunos da EJA são trabalhadores informais, autônomos e desempregados.
Diana	Esta aluna apresentou o trabalho de conclusão de curso de 2013 de docente da Especialização em EJA ECOSOL, pólo Patos, intitulado "Educação de jovens e adultos e Economia Solidária: uma necessidade de formação",

Joana e Diana	As alunas falaram que eram dez recicladoras até o mês de julho, mas naquele momento eram em número de oito, pois duas haviam saído devido a conflitos e tensões internas por relações de poder e liderança.
---------------	---

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Assim, as duas alunas bolsistas responsáveis pela alfabetização de seis das oito recicladoras disseram que duas recicladoras que não estão no curso de alfabetização já sabem ler, e por isto estão dispensadas do curso.

Neste momento de interação, ficou claro o que, de acordo com Thiollent (2002), ocorre nos projetos de extensão, que é que a construção social do conhecimento pressupõe interação e cooperação entre os mais diversos atores sociais para a conquista dos objetivos coletivos. Sendo assim, observou-se que houve a troca de experiências sobre conhecimentos relacionados ao EJA e à Economia Solidária entre todos os presentes, além das dificuldades desta modalidade de educação, que tem um público-alvo com mais idade, mas que possui anseios de aprender e se emancipar.

No turno da tarde, o pessoal sentou-se em círculo, mas em grupos ainda. A coordenadora falou de programas de TV e de notícias.

A coordenadora deixava que os alunos falassem, retomava a fala, mostrando a importância do envolvimento dos alunos para a viabilidade dos projetos (Ver Quadro 11).

QUADRO 11: ATIVIDADES DOS ALUNOS NA IUEES E FALA DA COORDENAÇÃO

NOMES	EXPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES
Thays	Apresentou um TCC de aluno de Patos defendido em 2013 e intitulado “O desafio dos professores e dos alunos no mercado de trabalho frente a contemporaneidade”. Falou do perfil do educador e do aluno, contextualizando ainda a EJA. Disse também que se deve compreender o aluno em seu contexto, que tem cultura, etnia, trabalho. A EJA quer melhorar a condição de vida destes alunos. Ele fez uma pesquisa com oito professores, apenas três mulheres entregaram o questionário respondido, mas a maioria desconhecia a Economia Solidária.
Coordenadora	<i>“Até agora efetivamente não fizemos nada! O que mudou na vida das catadoras? Se as catadoras fossem falar sobre elas só apresentariam o que têm de bom que é sua produção! Está tudo precisando melhorar! Elas estão perdidas! Elas não têm certeza e conhecimentos suficientes para a autonomia! Falta que a gente pegue na mão para fazer com elas o que tiver que ser feito! Diante de outros grupos elas estão bem adiantadas! A gente ainda precisa aprender mais para ensinar para elas! A gente precisa ajudar muito as catadoras!”</i>
Vanessa	A aluna Vanessa falou que as catadoras precisam de mais organização para guardar as

	peças, o material etc.
Marta	A aluna havia ido a São Paulo, a evento organizado pelo banco Santander, onde foram expostos no primeiro dia do evento oito projetos, como: produção de suco, cogumelo, produtos orgânicos etc. No segundo dia, havia ocorrido debates com professores, alunos e a comunidade. Foram perguntados no evento: o que era trabalhar com a comunidade? Qual era a relação com a comunidade? E que os membros da comunidade podem opinar!

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Considerando esta exposição da aluna Thays e refletindo sobre a compreensão do aluno a respeito da educação e seu contexto de vida, Freire & Macedo (2013) dizem que os significados produtivos que os discentes, com todas as suas diferenças culturais e sociais, trazem e demonstram em sala de aula como parte da produção de conhecimento e da construção de identidades pessoais e sociais são importantes. Vale dizer que tais aprendizados, como bem fala Paulo Freire, devem ser valorizados em sala de aula, e inclusive incentivados a ser expostos, já que fazem parte da história de vida do educando, e que para ele é muito importante, principalmente, para o seus crescimento pessoal e profissional.

Após as apresentações a coordenadora solicitou o uso da palavra e fez vários comentários a respeito da

dedicação dos alunos ao trabalho, da autonomia das catadoras de vidros e sobre o processo de ajuda da incubadora com o CAVI. Em sua fala, a coordenadora destacou a dedicação dos bolsistas, mencionando que “são 12 horas de dedicação aos alunos da extensão nos projetos da incubadora.” Ressaltou ainda as políticas para catadores. Ela motivou a leitura de artigos para que os alunos aprendessem a escrever, pois em dezembro haveria um congresso nacional de extensão universitária e todos deveriam participar, inclusive escrevendo artigos científicos. Isto demonstra a percepção da coordenadora quanto à pesquisa e ao crescimento acadêmico dos alunos, que devem aproveitar para produzir boas pesquisas e fomentar os conhecimentos e experiências na área da Economia Solidária.

Nesta direção, chama-se atenção para os desafios existentes no trabalho de extensão com os setores populares, salientando que embora já se percebam algumas mudanças no processo de organização das catadoras da CAVI, ainda há muito a ser construído para que o grupo possa ganhar autonomia. Pois, em sua avaliação, a coordenadora sublinhou que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela equipes, reconhecia a evolução do grupo e dos alunos de forma individual. No entanto, acreditava que os alunos precisavam intervir e contribuir mais nos procedimentos

adotados nos negócios solidários, para que assim a qualidade de vida dos incubados realmente tivesse efeitos positivos notórios. Reconheceu que pouco havia sido feito pelas recicladoras do CAVI, que era necessário ensinar às catadoras, fazendo o que deveria ser feito, e só assim elas aprenderiam a fazer e passariam a executar também. Afirmou ainda que seriam necessários mais sentimentos altruístas e solidários para com as recicladoras, por parte dos discentes que atuam no CAVI.

Em seguida, houve novas falas de alunos e da coordenadora que novamente intercala sua fala com a de alguns alunos (Ver Quadro 12).

QUADRO 12: ATIVIDADES DOS ALUNOS E COORDENAÇÃO

NOMES	EXPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES
Coordenadora	<i>“Tem que ser radical! Fazer! Agir! É necessário fazer com elas! Fazer mesmo! Elas não têm noção de organização! Muitas vezes, cobramos mais do que elas podem dar! É necessário treinamento! As mesas da associação estão na mesma posição! Uma coisa é a nossa fala, outra coisa é a nossa ação! Acho que eu tenho que dar as ordens, senão não vai! Devemos fazer a organização com elas, e ainda orientando-as! Eu já disse mil vezes, mas elas não assimilam! Não é mandar, é fazer junto! É muito difícil um galpão de resíduos organizado, mas sim existe uma bagunça organizada! Para as mulheres, a bagunça é</i>

	<i>normal, pois nasceram em extrema pobreza e se alimentando dos restos do lixão do bairro”.</i>
Maria	A alfabetização com as recicladoras tem logrado êxito. A coordenadora interrompeu e perguntou: “ <i>Quais as dificuldades que elas têm?</i> ” Elas sempre levam os filhos para a sala de aula. E tem uma que, quando falta, manda a neta pegar as lições do dia. Elas tinham dificuldade de trabalhar com o relógio analógico, assim as alunas começaram a trabalhar tais dificuldades com as horas, além de utilizarem a matemática. Devendo-se assim estimular em sala de aula a crítica e um clima agradável de trabalho, onde, para Freire (2014a), “o bom clima pedagógico democrático é o em que o educando vai aprendendo, à custa de sua prática mesma, que sua curiosidade, como sua liberdade, deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício”.
Simone	Estamos utilizando no CAVI um secador para fazer testes na secagem das garrafas, testando modelos de produtos, buscando uma cola ideal. A coordenadora sugeriu oficina sobre a forma de produção com as catadoras e depois socialização com a IUEES.
Joana	Estamos fazendo um novo panfleto do CAVI. Quem somos? O que queremos? Que reciclamos? O que não reciclamos? Com fotos e textos. Estamos juntas desde 2004, tendo como objetivo a coleta seletiva de materiais recicláveis e reutilizáveis, bem como a reciclagem de vidros.
Paula	Falou da implantação do projeto “Catadores de resíduos sólidos” nas cidades da Paraíba. Alguns já tiveram até treinamento, outros, por falta de colaboração do gestor, não estavam funcionando.
Coordenadora	Contou-se sobre as experiências anteriores, onde as catadoras eram mais agressivas. “ <i>Tem que ter um toque de humor! Bater e amansar! Tem que</i>

perceber a necessidade delas! Por isto fico angustiada! Afinal de contas, o que elas querem? Muitas vezes as catadoras não são verdadeiras! Elas são desmotivadas! Elas nasceram no lixão, comiam o que se jogava fora! Não têm nada de Economia Solidária, pois elas já sabem o que têm que falar nos eventos, etc.! Todos os problemas que existem no mundo as catadoras têm! Elas já tiveram cursos de: segurança do trabalho e incêndio com os bombeiros, sobre drogas, alimentação adequada, Autogestão e de reciclagem. O que está faltando? Tem muita cooperativa que não é de Autogestão, pois tem uma equipe que administra. As catadoras são frágeis! Não têm autonomia! Pois, elas não são unidas!”

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

As alunas Maria, Simone e Joana apresentaram, nesta ordem, os resultados iniciais da alfabetização das recicladoras do CAVI, sobre o novo panfleto do grupo, o novo modo de secagem das peças da associação e sobre o projeto dos catadores de resíduos sólidos.

A coordenadora falou que a mãe de uma das catadoras de vidro havia dito a seguinte frase quando houve o fechamento do lixão do Mutirão: “de onde vamos comer?” Evidenciou que as catadoras não usam os equipamentos de segurança, pois os mesmos ficam guardados, o que pode gerar desastres na produção, e que isso deveria ser mudado, já que elas precisam usá-los.

Os demais alunos, três, no total, não prepararam apresentação, e, por isto, não apresentaram nada, deixando para a próxima reunião da incubadora.

Com isto, os aprendizados e a troca de experiências e conhecimentos entre todos os membros foi bem proveitosa, já que se tocou em temas, como alfabetização, reciclagem e Autogestão, que é o objeto de estudo desta tese. Portanto, não só os alunos, mas também a coordenadora passaram a opinar sobre melhorias nos empreendimentos e novas formas de gerir tais negócios.

4.2.1.3 Significados da Reunião

A reunião começou no período da manhã, às 9h30, com poucos comentários dos alunos presentes, explicando sobre seus trabalhos e suas principais dificuldades, enquanto aprendizes dos princípios solidários. A tarde teve início às 14h, com término às 17h, com a comemoração do aniversário de uma bolsista com todos os presentes se confraternizando, se integrando, conversando e dialogando sobre diversos temas cotidianos.

Esta reunião com os alunos da incubadora trouxe à tona novas dificuldades sentidas pelos alunos que trabalham principalmente com o grupo CAVI, como a falta de motivação

das recicladoras, a ociosidade, a desorganização do empreendimento, as discussões e conflitos internos, que inclusive geraram a saída de dois membros do grupo.

Sobre as reuniões, Comerford (2002, p. 149) diz ainda que “a reunião pressupõe discussões e deve chegar a algum tipo de conclusão (propostas, decisões ou conclusões). Faz-se uso tanto da palavra falada (desde discursos formais até cantos, orações e piadas) como da escrita (documentos para discussão, atas, relatórios, anotações)”. Isto é, as reuniões podem ter aspecto formal ou não, dependendo muitas vezes do grau de formalidade de seus membros, o que não ocorre numa incubadora solidária, já que a maioria dos atores sociais são alunos, professores e pesquisadores.

Houve mais uma vez com esta reunião a socialização das práticas, metodologias e experiências que são valorizadas na formação e emancipação dos sujeitos de forma individual e coletiva, o que proporciona a integração e união dos alunos.

Compreendeu-se que todas as intervenções da coordenadora nesta reunião tinham um caráter instrutivo e de valorização do outro, enquanto ser em formação. No entanto, a coordenadora sempre deixa clara a necessidade de que todos aprendam a buscar a Autogestão e tentar ensiná-la nos empreendimentos incubados.

Nas visitas, reuniões e treinamento na incubadora da UFCG, pode-se perceber que é necessário maior engajamento dos alunos bolsistas e voluntários nos projetos de Economia Solidária, aproveitamento dos *feedbacks*, o que faria com que estes passassem para os empreendimentos incubados tal motivação e aprendizados.

Em conversa informal, a coordenadora expôs que o aluno bolsista que não quis fazer a formação em extensão oferecida muitas vezes se recusa a fazer cursos, treinamentos, sendo já uma prática sua, e ela não pode fazer nada e que não poderia obrigá-lo a fazer tais formações. Assim, percebe-se que seu poder de convencimento em relação aos princípios e práticas da Economia Solidária ainda precisam melhorar, inclusive com os alunos na IUEES.

Vale destacar que, na formação em extensão universitária ofertada aos membros da incubadora, alguns grupos tiveram dificuldades de compreender a dinâmica e expuseram conceitos de forma equivocada sobre a extensão, mesmo trabalhando há meses nesta área, mas todos dialogavam e entendiam as respostas, concordando com os resultados finais debatidos. E que, durante a dinâmica em grupo, alguns discordavam das respostas dos outros, mas chegavam a um consenso *a posteriori*, ressaltando que não havia líder, e que os princípios de igualdade, democracia e

solidariedade eram respeitados pelo grupo. Assim, para Comerford (2002) cada procedimento do grupo demonstra a associação entre os símbolos de pertencimento e os de igualdade entre os participantes. Ou seja, todos estavam incluídos e se sentiam parte do grupo, tendo seus desejos, opiniões e anseios respeitados, embora os alunos não dissessem isto à coordenação.

Nas reuniões da incubadora, é possível perceber o nível de envolvimento dos alunos a partir dos compromissos assumidos com o grupo. Os atrasos e faltas são sempre motivo de reflexão sobre seu significado no trabalho coletivo, no planejamento da incubadora, em que a coordenação passa a ter que exigir mais dos discentes, chegando a ter que persuadi-los pela produção e comprovação de seus atos e ações nos projetos, gerando momentos tensos, mas que logo eram sanados pela cautela da coordenadora em lidar com problemas desta natureza, frisando que ninguém era obrigado a trabalhar na incubadora, e que, ao trabalhar, deveriam fazer um bom trabalho, pois muitas pessoas dependiam de um bom trabalho dos alunos bolsistas e voluntários para terem seus empreendimentos mais desenvolvidos e mais adequados ao que clama a Economia Solidária.

Salienta-se, inclusive, que uma aluna chegou a criar e apresentar numa reunião um plano de ações mensal bem

inovador, que deveria servir de modelo para os demais alunos da IUEES.

Na Economia Solidária e em seus empreendimentos, o uso da democratização do conhecimento e das decisões tem um valor essencial, o que era valorizado na incubadora IUEES, que, inclusive, incentivava a leitura de trabalhos, publicação de artigos e pesquisas sobre a Autogestão e a Economia Solidária. Salienta-se também a importância das reuniões da IUEES enquanto processo de formação e sociabilidade política dos atores sociais.

Já que estamos falando de gestão democrática é bom ressaltar que quando as cooperativas extrapolam os limites da organização comunitária da vida social e possuem grande quantitativo de membros torna a prática da gestão democrática quase impossível, podendo proporcionar com isso determinações típicas de um ordenamento societário voltado para a mercadoria e a lógica capitalista, tornando a cooperativa uma empresa capitalista (WELLEN, 2012).

Nas análises subjetivas e observações do pesquisador nas visitas, reuniões e treinamento na incubadora da UFCG, percebemos diferentes níveis de engajamento dos alunos bolsistas e voluntários nos projetos de Economia Solidária, aproveitamento dos *feedbacks*, o que faria com que estes alunos passassem para os empreendimentos incubados

tal motivação e aprendizados, que com certeza deixam a desejar por parte dos associados.

4.3 EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: Centro de Arte em Vidro (CAVI) em Campina Grande/PB

O que pretendemos aqui é enfatizar as informações sobre o projeto “Unidade de Beneficiamento e Reciclagem de Vidros – Campina Grande - PB”.

Este projeto se desenvolve através do grupo CAVI, que é um centro de arte em vidro. É uma associação sem fins econômicos, intitulada “Associação de catadores e recicladores de vidros e outros materiais (CAVI)” (Ver Figura 10). Apenas em 2013, com diversas formações, o grupo se organizou formalmente como associação. Foi criada por moradores do bairro Mutirão, em Campina Grande, e contava com dez mulheres com idade entre 23 e 65 anos (atualmente conta com oito mulheres), catadoras de resíduos sólidos (basicamente vidros), que servem de matéria prima para os seus trabalhos. As duas mulheres que se desligaram do projeto tiveram sua saída decorrente de falta de diálogo, disputa de poder, discussões e embates internos, o que provocava a falta de união e de entendimento na tomada de

decisão, o que gerou desconforto no grupo, culminando com a saída voluntária das duas recicladoras.

A equipe responsável pela incubação deste empreendimento é composta por alunos bolsistas e voluntários, além de professores e da coordenadora geral da IUEES.

O grupo CAVI é composto apenas por mulheres, contudo, a questão de gênero não é tida como ponto fundamental para este trabalho, não gerando discussões a este respeito. Porém, muitos empreendimentos solidários têm os homens como maioria e tratam a questão de gênero como algo relevante para o crescimento dos negócios.

FIGURA 10: LOGOMARCA DO CENTRO DE ARTE EM VIDRO –
CAVI



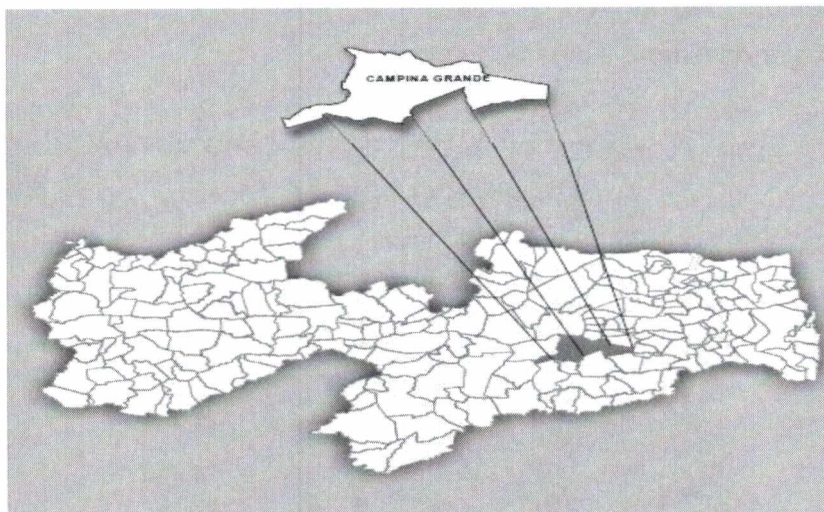
Fonte: Folder sobre o grupo CAVI (2013).

Esta unidade de beneficiamento (CAVI) foi criada em 2004, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e foi implantada no bairro do Mutirão do Serrotão, em Campina Grande. Em 2007, o CAVI passou a ser assessorado pela incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UFCG. Sua localização é na rua Rafaela Souza, s/n, Serrotão, no bairro Mutirão, em Campina Grande, Paraíba, em direção ao sertão do estado, com os fones: (83) 3334-9121/8781-8846.

A cidade de Campina Grande é uma das cidades mais importantes do interior do nordeste (ver Mapa 01), com clima tropical chuvoso e população de 385.213 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), e não possuía nenhum tipo de aterro sanitário. Por esta razão, todos os resíduos sólidos deste município eram jogados a céu aberto, no denominado Lixão do Mutirão, com área total de 35 hectares, criado em 1992 e desativado em 05/01/2012. Estava localizado a 8 km do centro urbano e a 6,5 km do Aeroporto João Suassuna. Não havia nenhum tipo de controle referente à saúde pública, o que provocava proliferação das doenças. Todos os moradores do bairro Mutirão eram pessoas excluídas do sistema, que só tinham

como forma de sobrevivência a reciclagem de material para revenda.

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB



Fonte: Diagnóstico do Município de Campina Grande – PB, 2005.

O Aeroporto Presidente João Suassuna, de Campina Grande, registrou em 2008 duas ocorrências envolvendo aeronaves e urubus, tendo ocorrido em anos anteriores várias colisões, sendo este um dos motivos para a extinção do lixão.

Atualmente, o aterro Sanitário de Puxinanã recebe os resíduos sólidos dos municípios de Campina Grande, Puxinanã e Montadas e de mais dez empresas privadas, totalizando centenas de toneladas/mês de resíduos.

O Serrotão (Figura 11) é um bairro de Campina Grande que contempla o Mutirão do Serrotão, sendo um dos mais pobres e violentos da cidade, e onde se localiza o Presídio Regional do Serrotão. É um bairro rural, que conta com apenas uma linha de ônibus.

FIGURA11: IMAGEM DE SATÉLITE DO BAIRRO MUTIRÃO
CAMPINA GRANDE-PB



Fonte: www.wikimapia.org (2014).

Os resíduos vítreos que chegam à unidade de beneficiamento do CAVI são provenientes de doações, os quais são transformados de forma artística em artefatos que geram trabalho e renda para os catadores.

A reciclagem de vidros é tida como uma alternativa para diminuir os impactos ambientais, pois proporciona a diminuição gradativa da quantidade de vidros em lixões e aterros sanitários, além de contribuir com a geração de trabalho e renda para as pessoas ligadas à área da reciclagem em todo o Brasil e no mundo. Portanto, o movimento de catadores de material reciclado busca o resgate desta categoria profissional com valor social.

Vale destacar, que os vidros são 100% recicláveis, sendo utilizados para a confecção de produtos de utilidade variada, desde decoração até a utilidade doméstica, como cinzeiros, petisqueiras, enfeites e pratos de vidro.

Detalhando um pouco mais sobre o uso e a reciclagem de vidros, tem-se que “usadas há mais de 2 mil anos, as embalagens de vidro não sofreram muitas modificações em sua composição. Elas têm como vantagem o fato de ser transparentes, impermeáveis, de conservar o aroma e o sabor dos alimentos, e apresentar durabilidade” (RODRIGUES & CAVINATTO, 2003, p. 75). Ou seja, as garrafas de vidro têm durabilidade de longo prazo, sendo inclusive, reaproveitar várias vezes, caso se queira.

A fabricação de embalagens de vidro hoje no Brasil consome aproximadamente a metade da produção da indústria vidreira nacional (...). As fábricas de vidro

utilizam como matéria prima a areia extraída do solo, causando uma série de problemas ao ambiente. Além de desmatar o local a ser explorado, o processo de escavação deixa buracos por toda a parte nos terrenos, acelera a erosão, ou o desgaste do solo, levando sujeira para as águas dos rios (RODRIGUES & CAVINATTO, 2003, p. 75).

Assim, entende-se que a reciclagem de vidro possui um papel ambiental de suma importância, pois quanto menos areia for extraída, menos degradação no meio ambiente haverá, e conseqüentemente, os solos terão menor desgaste.

É bom ressaltar, que o primeiro projeto de reciclagem de vidro no Brasil surgiu em 1986 em São João do Rio do Peixe – São Paulo, através de um convênio com uma associação de indústrias de vidro (RODRIGUES & CAVINATTO, 2003).

Como principais vantagens em reciclar vidros, elencamos ainda a economia de areia, a redução do consumo de energia, pois a temperatura para derreter os caquinhos é 20% menor que a consumida para fundir a areia. A economia de energia com a reciclagem de uma garrafa dá para deixar acesa uma lâmpada de 100 watts por até quatro horas (RODRIGUES & CAVINATTO, 2003).

Os benefícios da reciclagem de qualquer material na natureza resultam em: economia de energia, redução da poluição do ar e água, melhoria da limpeza e higiene da

cidade, diminuição do lixo nos aterros e lixões, redução da extração de recursos naturais, reaproveitamento de materiais que iriam para o lixo, diminuição dos custos de produção através do aproveitamento de recicláveis, redução do desperdício, diminuição dos gastos com a limpeza urbana, geração de trabalho e renda e criação de oportunidades de fortalecer organizações comunitárias, dentre vários outros benefícios que podem melhorar a vida da comunidade (SILVA, GUIMARÃES & SILVA, 2010).

Votando ao projeto analisado, este objetiva até o presente momento promover a inclusão social e a melhoria nas condições de trabalho dos catadores(as) através das metodologias e práticas de ação para a apropriação do princípio da Autogestão com os fins de emancipação e libertação dos atores sociais. Este grupo em alguns momentos foi dividido entre homens e mulheres, com idade variada, baixo índice de escolaridade (a grande maioria ainda é analfabeta), sobrevive da catação dos resíduos sólidos e possuem residência fixa no bairro do Mutirão.

As atividades desenvolvidas pela incubadora nesse projeto são:

- Capacitação dos catadores com oficinas de reciclagem e reaproveitamento de resíduos vítreos e demais matérias;

- Acompanhamento da gestão do empreendimento solidário para reafirmar o trabalho coletivo e a socialização das informações e resultados com o grupo; e
- Busca por feiras e eventos de Economia Solidária para comercialização de todos os produtos confeccionados pelas recicladoras com os vidros doados.

Este projeto tem como parceiros: a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande, a Universidade Federal de Campina Grande, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério do Trabalho e Emprego.

As peças confeccionadas pelas mulheres artesãs são mostradas a seguir (figuras 12-19), as quais possuem nomes de flores ou o nome AVNI. Porém, algumas peças não possuem nome, mas exalam beleza e sustentabilidade, bem como as demais peças. Ressalta-se que todas as peças foram fotografadas pelo pesquisador em 2014.

FIGURA 12: AVNI



FIGURA 13: BEM ME QUER



FIGURA 14: GARDÊNIA

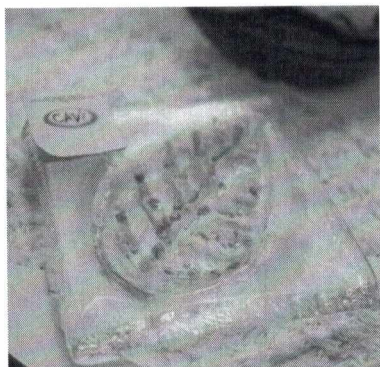


FIGURA 15: GIRASSOL



FIGURA 16: HORTÊNCIA



FIGURA 17: ÍRIS



FIGURA 18: SEMPRE VIVA

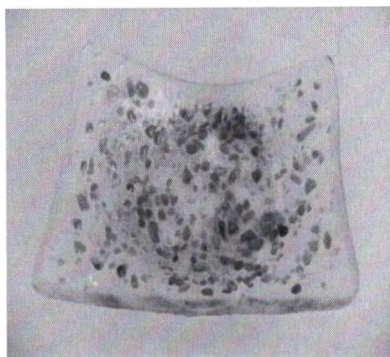
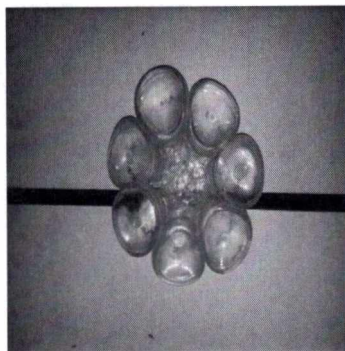


FIGURA 19: TULIPA



Como resultados alcançados, destacamos: a instalação e o funcionamento dos equipamentos para a reciclagem e o beneficiamento dos vidros; a capacitação dos catadores através de oficinas e cursos na área de reciclagem de vidros,

plano de negócios, estoques, Economia Solidária e alfabetização; a inclusão social e a geração de renda para os catadores de vidros; a busca por eventos relacionados à reciclagem com a comercialização de seus produtos no próprio evento; e a geração de trabalho e renda com ênfase na Economia Solidária e na Autogestão.

4.4 A FORMAÇÃO NO CENTRO DE ARTE EM VIDRO – CAVI

O Centro de Arte em Vidro – CAVI é um espaço de formação em que os princípios da extensão e da Economia Solidária são operacionalizados (Ver Fig. 20). Nossa primeira visita ao Centro de Arte em Vidro (associação) ocorreu no dia 23/04/2014, quando acompanhamos o professor da formação em extensão universitária e duas alunas bolsistas da incubadora, responsáveis pela alfabetização das mulheres.

FIGURA 20: VISITA AO CENTRO DE ARTE EM VIDROS – CAVI



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 22/04/2014.

O CAVI fica a cerca de 10 km distante do centro da cidade, no bairro Mutirão, em Campina Grande. Atualmente, conta com 8 mulheres atuando na atividade de reciclagem de vidros, pois antes existiam homens no empreendimento, mas devido a tensões e discordâncias internas foi decidido que era melhor ficarem apenas as mulheres. Conta com um galpão da confecção das peças, que foi cedido pelo governo do Estado por tempo indeterminado. Durante a construção do bairro, as mulheres apenas tinham atividades domésticas e do lar, e não eram valorizadas socialmente, já que não possuíam renda e nem trabalho.

Logo quando chegamos ao CAVI, fomos recebidos pelas participantes que falaram dos conhecimentos adquiridos durante o processo de formação. Segundo elas *“as peças ficam em moldes; que as peças antes passavam duas horas no forno, a 800 graus celsius, mas agora são três horas, o que faz as peças quebrarem, excesso de tempo, dito por uma recicladora. As recicladoras reclamaram que é muito tempo agora. Por isso, racha as peças e que isto ocorreu depois da entrada da aluna da incubadora no CAVI. A peça mais cara custa R\$ 60,00 e a mais barata é R\$ 15,00”*.

A partir desta fala, observam-se os conflitos existentes nas trocas de saberes entre o saber acadêmico e o da experiência. A relação entre o conhecimento científico e o saber da experiência é sempre permeada de tensão; contudo, é no conflito que se reconstroem e reelaboram novas possibilidades e alternativas de vida aos modelos instituídos como verdades. Nessa vivência sobre a temperatura do forno, vários conhecimentos são acionados e acabam proporcionando ganhos tanto às alunas, quanto às recicladoras, que não possuem a teoria sobre o uso do forno, o que é levado pela incubadora. Da mesma forma, as recicladoras consideram os preços das peças baixos, devido ao valor cobrado ao consumidor, pois seu trabalho de fato teria um valor bem superior.

De forma geral, a prática de extensões universitárias como esta demonstra a funcionalidade da universidade frente à sociedade e o ensino da técnica a quem precisa, o que, para Jezine (2008, p. 103-104), demonstra que

Nessa perspectiva, a extensão universitária é concebida como prática social capaz de resultar na democratização do conhecimento acadêmico, na instrumentalização do processo dialético teoria-prática; na participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade; na visão integrada do social e na relação transformadora entre universidade e a sociedade.

Para refletir sobre o processo de formação no espaço da CAVI, conversas informais foram fundamentais para buscar entender o cotidiano de suas ações, o nível de engajamento do grupo com a Economia Solidária. A associação, como mencionada anteriormente, é formada por mulheres, que, em sua maioria, são casadas, com crianças, como diz uma delas: *“cuidam da casa, antes de irem para as atividades da associação”*.

Quanto à inserção do pesquisador no campo de estudo, “é sempre necessário que o pesquisador seja aceito pelo outro, por um grupo, pela comunidade, para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador. E é preciso que esse outro se disponha a falar da sua vida, (...) introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação” (MARTINS, 2004, p. 294). Além das conversas

informais, aplicamos um questionário. O formulário-roteiro, utilizado no bairro Mutirão com as recicladoras do CAVI, está dividido em sete itens ou partes, de forma a dar maior clareza e definição aos temas abordados e colaborar para a construção do perfil da entrevistada. Portanto, observou-se ainda que as condições de trabalho do CAVI ainda são um pouco precárias, faltando alguns materiais, mais treinamentos e cursos de qualificação; que a infra estrutura das salas é um pouco deficitária, mas está em constante processo de melhoria, com a obtenção de novas mesas, cadeiras, quadros e forno.

Neste contexto de melhorias sociais, “a emancipação pode ser pensada em termos de trajetória de pessoas que superaram obstáculos do destino social” (THIOLLENT, 2002, p. 9).

Em todas as etapas desenvolvidas na pesquisa de campo, houve o cuidado de sempre solicitar “a permissão formal do principal responsável pela unidade em estudo, [pois] o papel do pesquisador deve ser claro para aqueles que lhe prestam informações, não podendo ser confundido com elementos que inspecionam, avaliam ou supervisionam atividades”. (MARTINS, 2008, p. 10).

É importante mostrar que essas recicladoras passam por momentos de transição da economia capitalista para a

Economia Solidária, e que ainda não estão tão evidentes os preceitos solidários, o que, para Faria (2005, p. 214), demonstra que

O problema da transição para um novo modo de produção significa, nesta perspectiva, a criação das condições sociais que permitem o desenvolvimento das relações coletivas e igualitárias no campo da produção e em outras esferas da vida social, dando azo ao surgimento de um novo mercado fundado na solidariedade, uma nova tecnologia e a reorganização do processo técnico sob princípios próprios de produtividade, com a produção de outros tipos de produtos tendo em vista um outro modelo de consumo.

Assim, entende-se que as recicladoras passam por processos de readaptação, onde a produção e o consumo são bem diferentes do costumeiro e tradicional capitalismo, e, portanto, sua produção será baseada neste novo sistema.

É importante deixar claro que as condições de trabalho das recicladoras ainda são um pouco precárias, o que de acordo com Wellen (2012) serve para minar o sentimento revolucionário dos trabalhadores, pois assim estes não são estimulados a ter uma consciência solidária que projete novos horizontes e desafios para além do capitalismo.

Outrossim, para manter o anonimato das entrevistadas, todas receberam como codinome, nome de flores ou AVNI (Avni, Bem Me Quer, Gardênia, Girassol, Hortênciã, Íris, Sempre Viva e Tulipa), pois na comunidade do

Mutirão, onde se localiza a associação, é muito comum o cultivo de jardins de flores.

Todas as questões, respostas e análises estão descritas de forma seqüencial ao roteiro da entrevista, sendo que apenas as respostas relevantes serão transcritas na íntegra das falas das entrevistas para a análise em questão, salientando, que foi escolhido o método de entrevista semiestruturada devido à maioria das mulheres serem analfabetas e ainda não saberem ler, e, por isto, facilitaria para o pesquisador a coleta de resultados (Ver Figura 21).

FIGURA 21: MOMENTO DAS ENTREVISTAS COM AS
RECICLADORAS NO CAVI



Fonte: fotografia tirada pelo pesquisador em 09/10/2014.

A seguir, temos os resultados adquiridos com as entrevistas com o CAVI, em 09/10/2014.

A entrevista contempla grandes eixos temáticos, onde o Item 1: Identificação do pesquisado tem cinco perguntas; Item 2: Renda, ocupação/trabalho/emprego, 12 perguntas; Item 3: Sobre o grupo CAVI, com quatro perguntas; Item 4: Participação e satisfação, com oito perguntas; Item 5: Compromisso e Autogestão, com cinco perguntas; Item 6: Produção e comercialização, com dez perguntas; e Item 7: Vínculos sociais, com quatro perguntas; totalizando, assim, 48 perguntas na entrevista feita às oito recicladoras do CAVI.

Das oito mulheres entrevistadas, cinco têm menos de 30 anos de idade, também quatro não são alfabetizadas e as que freqüentaram a escola têm poucos anos de escolaridade, conforme exposto no Quadro 13.

QUADRO 13: SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DAS ASSOCIADAS DO CAVI

1. GÊNERO	Masculino	0	0%
	Feminino	8	100%
2. FAIXA ETÁRIA	18 a 21 anos	1	12,5%
	22 a 30 anos	4	50%

	31 a 40 anos	1	12,5%
	41 a 50 anos	1	12,5%
	Acima de 51 anos	1	12,5%
3. ESTADO CIVIL	Solteira	4	50%
	Casada	2	25%
	Vive maritalmente	2	25%
4. NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Não alfabetizadas	4	50%
	1ª a 4ª série do ensino fundamental	2	25%
	Fundamental incompleto	2	25%
5. PESSOAS VIVEM NA SUA CASA	Mais de 5 pessoas	8	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Lembrando ainda que, em termos de alfabetização, praticamente seis das oito mulheres do CAVI não sabiam ler e nem escrever direito, pois, mesmo tendo algum ano de estudo, continuavam praticamente analfabetas, o que tem sido sanado através do curso de Alfabetização Solidária oferecido pelo banco Santander.

As condições de moradia também são bastante precárias. A maioria das mulheres entrevistadas mora com mais de 5 pessoas em suas residências. Muitas vezes, para o sustento da família, contam com um salário mínimo e metade

das entrevistadas assume a posição de chefes de família, conforme exposto no quadro a seguir:

QUADRO 14: RENDA, OCUPAÇÃO/TRABALHO/EMPREGO DO CAVI

QUESTIONAMENTOS	RESPOSTAS	QUANTITATIVO	% (Percentual)
6. PESSOAS QUE CONTRIBUEM COM A RENDA FAMILIAR	1 pessoa	4	50%
	2 pessoas	3	37,5%
	3 pessoas	1	12,5%
7. RENDA MENSAL	1 salário mínimo	5	62,5%
	Entre 1 e 2 salários mínimos	3	37,5%
8. RENDA FAMILIAR	Média de R\$ 800,00	8	100%
9. PESSOAS QUE TRABALHAM COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SUA CASA	Apenas elas	8	100%
10. RENDA ANTES DA ATUAÇÃO NO GRUPO CAVI	Não tinham renda	1	12,5%
	Bolsa família	3	37,5%
	01 salário mínimo proveniente da renda do marido	4	50%

11. RENDA OBTIDA COM A ATIVIDADE CAVI	1 salário mínimo	3	37,5%
	Até R\$ 100 reais	1	12,5%
	A renda é incerta, depende das vendas do mês	1	12,5%
	Não souberam informar	3	37,5%
12. OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Donas de casa	4	50%
	Dona de casa e doméstica	1	12,5%
	Apenas no CAVI	3	37,5%
13. LOCAL DA OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Em casa	4	50%
	Na sede do grupo CAVI	4	50%
14. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO ANTES DA FORMAÇÃO DO CAVI	Sim	0	0%
	Não	8	100%
15. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ANTERIOR	Sim	0	0%
	Não	8	100%
16. CHEFE DA FAMÍLIA	Ela própria	4	50%
	O marido	4	50%
17. OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO	Serviços gerais	1	12,5%
	Nenhuma	3	37,5%

CHEFE DA FAMÍLIA	atividade		
	Não quis informar	4	50%

Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Vale enfatizar, que mesmo as recicladoras tendo bolsa família eles continuam trabalhando na associação, aumentando suas rendas e se sentindo mais valorizadas socialmente, enquanto pessoas capazes de gerar produtos e vendê-los, obtendo determinada renda mensal.

Considerando o CAVI como uma associação de fato, a renda e o trabalho fornecidos pela Economia Solidária, merecem destaque, ainda

Que o fortalecimento dos empreendimentos de catadores, a formação de redes de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, a elaboração e o acompanhamento de estratégias para ações coordenadas e a capacitação continuada, constituem mecanismos importantes para a promoção da inclusão econômica e sustentável das organizações de catadores (OLIVEIRA, 2013, p. 29).

Depreende-se desse enfoque conceitual que é necessário que todas as associações e cooperativas que lidam com a reciclagem tenham capacitações constantes e busquem promover a sustentabilidade. Os catadores organizados em associações e cooperativas precisam

conhecer alguns marcos legais e políticas específicas: Lei nº12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), os Planos Estadual e Municipal da Gestão de Resíduos Sólidos e o Estatuto da Cooperativa, Associação ou Central (OLIVEIRA, 2013).

Compreensão e avaliação do CAVI

Apesar da metade das recicladoras saberem da existência do estatuto social da associação, apenas algumas se lembravam que este continha cláusulas que falavam do trabalho em grupo, onde cada uma deveria saber executar sua tarefa e o trabalho como associada. Avaliam de forma positiva a atuação da incubadora, pois como diz Sempre Viva: *Porque quando estamos precisando de algo, ela ajuda, ao que complementa Gardênia afirmando que Ela ajuda a gente em tudo! Ela apóia em tudo...a seguir em frente com as próprias pernas. Ela está sempre com a gente, mesmo com a desunião.* Já Girassol lembra que *todo o conhecimento adquirido foi através da incubadora.*

As falas a seguir referem-se ao que dizem as recicladoras sobre assuntos dialogados nas conversas informais com o grupo CAVI, refletindo na escrita a forma falada por cada recicladora:

(HORTÊNCIA). *“Quando aparece, nós vai para a exposição”,* ao falar de onde podem vender os produtos confeccionados por estas mulheres.

(AVNI) - *“Aqui não tem empregado, nem patrão”. “A gente trabalhava antes no lixão. A professora trouxe a ideia de reciclagem. Antes eram 52 pessoas”.*

(SEMPRE VIVA) - *“Na minha casa, quem manda sou eu”.*

Analisando estas últimas falas, consegue-se perceber que ainda faltam mais planejamento e gestão no CAVI, principalmente nas atividades de vendas; no entanto, as recicladoras sabem o que significa Autogestão, apesar de ainda utilizarem no discurso cotidiano o verbo *mandar*. Sabem também que existe a necessidade do CAVI e de elas próprias saberem os seus direitos, enquanto cidadãs, o que é fundamental para a emancipação destes atores sociais.

É importante ressaltar que o trabalho de qualquer empreendimento solidário, como o CAVI, também visa além da não exploração do trabalhador e de sua libertação, o desenvolvimento sustentável como um de seus grandes pilares, que, para Silva Filho & Soler (2012, p. 31):

Tem como ideal um desenvolvimento equilibrado, em que se dê a evolução socioeconômica, aplicando-se padrões e técnicas com menor impacto possível no meio ambiente. Baseado em três componentes (ambiental, social e econômico), esse princípio busca o encaminhamento de

ações destinadas ao desenvolvimento inerente da economia e da sociedade, porém, com a utilização dos recursos naturais de forma racional, visando preservá-los ao máximo para as gerações futuras.

Os autores expõem os três grandes pilares da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) como princípios propulsores de um desenvolvimento com racionalidade dos recursos e pensando nas próximas gerações, pois só assim se teria menos impactos ambientais e mais qualidade de vida para todos.

Participação e satisfação do CAVI

Das oito mulheres entrevistadas, quatro estão no grupo desde o início; as outras quatro têm apenas um ano de participação na associação. A maioria conheceu o empreendimento solidário através de outros membros, o que fez com que a entrada fosse facilitada e o medo do novo fosse bem menor, já que outras mulheres já tinham tido tal experiência, conforme as respostas descritas no Quadro 15, a seguir:

QUADRO 15: TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO GRUPO CAVI

FLORES	RESPOSTAS
GIRASSOL	Começou a visitar, se interessou e quis participar.
HORTÊNCIA e AVNI	Depois que saiu do lixão.
TULIPA	O marido fazia parte; ele saiu e ela ficou.
GARDÊNIA	"Homem não dá certo", por conta das relações.
BEM ME QUER	Fui convidada por uma das associadas.
SEMPRE VIVA	Uma componente que já estava me chamou.
ÍRIS	A comadre me chamava e eu vim para não ficar em casa dormindo.

Fonte: elaboração própria (2014).

A motivação para participação no grupo está relacionada a encontrar alternativa de ocupação e renda, conforme relatam Gardênia e Avni: *o grupo era perto de casa e oportunidade de trabalho*. Esta compreensão é compartilhada por outras participantes, quando enfatizam que *Deu vontade e para ter o que fazer, que vivia em casa sem fazer nada e pra ter um dinheirinho extra (Bem me quer)*.

Os aprendizados adquiridos a partir do engajamento no grupo são bastante ressaltados por quase todas as participantes. Em suas falas, descrevem como aprenderam com os cursos e treinamento, conforme exposto no Quadro 16.

QUADRO 16: APRENDIZADO NO CAVI

FLORES	RESPOSTAS
BEM ME QUER	Aprendi muito com os cursos e os treinamentos, e ainda estou para aprender mais.
AVNI e GARDÊNIA	Aprendi a fazer as peças, a ler, com a alfabetização.
HORTÊNCIA	A fazer as peças e ligar o forno.
GIRASSOL	Muito aprendizado. Aprender a produzir as peças, adquirindo autonomia.
ÍRIS	Aprende a fazer as peças, lavar garrafas. Aprende com ela.
TULIPA e SEMPRE VIVA	Fazer peças.

Fonte: elaboração própria (2014).

As mulheres demonstram que conseguem aprender apesar de todas as dificuldades enfrentadas em seu dia, se qualificando e produzindo peças de rico valor artístico. A participação em palestras, encontros, reuniões, capacitações

e eventos tem sido uma busca constante de qualificação profissional. Segundo elas, a IUEES realiza diversas atividades que têm contribuído para a formação como: alfabetização, plano de negócios Economia Solidária, reunião com outras associações. Para elas, esta participação nos eventos possibilita novos aprendizados, pois, como ressalta Bem Me Quer, *A gente aprende mais, quando participa*. Já Gardênia e Hortência também esperam *aprender e [que] o projeto fosse para a frente -aprender mais e melhorar meu trabalho*.

Para Oliveira (2013), muitos grupos de catadores possuem carência de informações, e, com isto, há a necessidade em promover um processo de formação continuada para o fortalecimento dos grupos; e lembrando que todos os encontros oportunizam o diálogo sobre as discussões e tomadas de decisão de todos, a gestão do empreendimento de forma participativa e solidária, o que está sendo seguido pela IUEES e colocado em prática no grupo incubado CAVI.

Podemos observar, nas falas das participantes, que esse engajamento no grupo possibilita a formação de uma noção de direito a ter direito, revelada na reflexão sobre o papel que os atores sociais devem assumir para melhoria do processo do desenvolvimento dos projetos, pois para Tulipa e

Gardênia se a prefeitura ajudasse, era melhor; por enquanto, só quem nos ajuda são a incubadora e o Santander, ao que complementa Sempre Viva: podia melhorar as vendas.

As mulheres demonstraram que começaram a ter mudanças sociais, econômicas, políticas e educacionais que já podem ser notadas, através da obtenção de recursos financeiros, dos aprendizados trazidos pela IUEES, pela troca de experiências, do aumento da autoestima, mesmo sendo pequenas transformações, mas que avançam cada vez mais. Todavia, muitas das recicladoras disseram que as suas vidas não se alteraram em nada, que nada mudou, o que provoca espanto e contradição, já que em outros momentos elas mesmas afirmam que deixaram de ficar em casa ociosas, que agora ganham algum recurso, que viajam para as feiras e eventos de Economia Solidária, que estão aprendendo a ler. Estas contradições fazem parte do próprio processo de aprendizados, em que aparecem os conflitos entre os interesses individuais e coletivos, o contato com novos saberes e princípios diferentes, como é o caso da Economia Solidária (ver quadro 17).

**QUADRO 17: AS MUDANÇAS DE VIDA APÓS A ENTRADA NO
CAVI**

FLORES	RESPOSTAS
GARDÊNIA	Mudar por conta, “apesar das brigas”, a gente se senta, conversa, conhece outras pessoas. “Não sabia nem falar na frente dos outros, através da incubadora, isso melhorou”.
HORTÊNCIA	Eu tive mais o que fazer, aprendi muita coisa e, de vez em quando, ganho um dinheirinho.
GIRASSOL	Muita mudança. Adquiriu muito conhecimento.
BEM ME QUER	Ter um carro mais disponível.
ÍRIS, SEMPRE VIVA, TULIPA e AVNI	Não mudou nada!

Fonte: elaboração própria (2014).

Compromisso e Autogestão do CAVI

Em relação ao compromisso com a participação nas atividades do grupo, das oito recicladoras, sete afirmam que comparecem a todas assembléias e reuniões da Associação CAVI, pois, segundo elas, nesses espaços *se organiza mais*

as coisas e o grupo, escutam as dicas e o que ela quer passar para aprendermos (Hortência e Avni). As ausências são justificadas por questões que estão relacionadas à condição feminina de cuidar dos filhos, pois como argumenta Íris, *não pode levar criança, quando não tem com quem deixar, a gente tem que faltar a reunião*. Mesmo assim, todas ressaltam em suas falas o nível de engajamento com as questões da CAVI, opinando sobre o certo e o errado, sobre as coisas da associação, contudo, é possível observar os conflitos internos do grupo. Nas falas de Gardênia e Tulipa, isto é expreso quando afirmam: *Tem duas pessoas que, quando decidem, é o que elas querem e nada muda; é bem difícil aceitarem a opinião das outras*.

“Compromisso e Autogestão” aparece quando elas afirmam que, apesar das brigas, todas acompanham as decisões tomadas em assembléias e reuniões do grupo. No entanto, podemos observar engajamentos diferenciados entre aquelas que assumem a posição de liderança, que controlam a fala e as que encontram dificuldades de participar que, em razão dos problemas cotidianos no âmbito familiar – como o cuidar com os filhos –, que as impedem de se ausentarem de casa por muito tempo. São questões que precisam ser administradas por algumas e que, de certa maneira, podem gerar conflitos internos e atrapalhar na condução do processo.

O que percebemos na fala de todas as participantes do CAVI é que a IUEES contribui para o crescimento do grupo e que as reuniões são importantes, mas que Autogestão do empreendimento é um aprendizado, que vai sendo construído nesse processo de participação e engajamentos das recicladoras.

Produção e comercialização do CAVI

A comercialização dos produtos do grupo é feita nas feiras e eventos. *Monta-se uma barraca e vende*, afirmam Tulipa e Gardênia - *Vende nas viagens para fora, nos eventos*. Para a comercialização, o apoio da incubadora universitária da UFCG tem sido fundamental, ainda, segundo as recicladoras, o outro parceiro importante que identificam é o Banco Santander. Segundo as recicladoras, *além da venda em feira da Economia Solidária, se vende na feira local, através da associação*. Para a aquisição de insumos/matéria-prima para a produção do grupo CAVI, elas contam com apoio da universidade e da comunidade.

Para Wellen (2012), sem a ajuda do Estado, a Economia Solidária não conseguirá sobreviver e nem muito menos crescer; por isto, são imprescindíveis parcerias públicas, mas os preceitos e valores da Economia Solidária

pregam justamente o contrário, o que deixa este novo espaço social e econômico com entraves e dificuldades de crescimento.

É bom deixar claro que a inexistência de normas legais sobre a Economia Solidária traz grandes entraves, pois com tais leis haveria maior orientação para esta economia, o que para Salles Santos (2012, p. 311), demonstra que “a inexistência de um marco legal para área traz sérias dúvidas e dificuldades jurídicas para os empreendimentos solidários em vários aspectos como formalização jurídica, tributação e o acesso às aquisições públicas”.

Em relação ao apoio técnico/cursos recebidos na implantação e/ou desenvolvimento das atividades, em função da Economia Solidária pela Incubadora da UFCG, as mulheres pesquisadas identificam: Capacitação na sua atividade/produção; Capacitação em associativismo; Capacitação sobre comercialização; e Capacitação em gestão e administração. Além desses cursos, também foram ofertados cursos de plano de negócios, alfabetização solidária, técnicas de venda, Economia Solidária e planejamento de estoques.

Além das visitas regulares durante o desenvolvimento das atividades, as recicladoras destacam a importância das reuniões periódicas, enquanto espaço social que contribui

para a consolidação das relações nas organizações estabelece mecanismos para a aquisição de poder, propicia a criação de símbolos coletivos, além de expor as várias concepções de todos os envolvidos, desde coordenadores, funcionários, assessores etc. Estas reuniões são convocadas pela organização, em torno de um objetivo estabelecido, tendo uma coordenação e sendo feita em locais públicos, sendo compostas por discussões, debates e opiniões em torno de sua pauta. Tudo deve ser anotado e todos os documentos necessários devem ser levados pelos membros da coordenação e analisados por todos os participantes, os quais tomarão decisões coletivas, aprenderão e se conscientizarão coletivamente através das discussões, que devem ser feitas de forma democrática, igualitária e participativa (COMERFORD, 2002).

As reuniões servem ainda para aumentar os vínculos sociais e a confiança nos pares; entender a opinião do outro; aprender a respeitar as divergências e opiniões contrárias dos colegas; aprender a trabalhar com tempo para a fala; treinar a motivação e a liderança do grupo; realizar o trabalho em grupo, quando necessário; entender todo o processo e a condução da reunião; respeitar o líder ou mediador da reunião; se posicionar de forma crítica diante dos mais variados fatos e fenômenos que podem ocorrer durante uma

reunião; e ainda, compreender a importância deste tipo de técnica para ampliar o horizonte de visão e de trabalho do grupo que passa, dependendo do que foi decidido, a tomar novos rumos e caminhos na trajetória de trabalho e em suas atividades, e principalmente a lidar com o outro de forma não exploratória e nem se sentir explorado, já que tais momentos propiciam o entendimento de que as mudanças e a flexibilidade são necessárias para que tenhamos um ambiente de trabalho.

Para aprender a vender melhor, qualquer organização deve ter em mente não só a qualificação de seu capital humano, mas também o seu real mercado-alvo, que pode ser descoberto fazendo-se as seguintes perguntas, de acordo com Dornelas (2013, p. 8): “Qual é o papel do comprador? O que ele está comprando atualmente? Por que ele está comprando? Quais fatores influenciaram a compra? Quando, como e com que periodicidade é feita a compra? Onde ele se encontra? Como chegar até ele?”. Portanto, os empreendimentos de Economia Solidária – e neste campo o CAVI – precisam descobrir melhor seu potencial de vendas e seu mercado consumidor, para atingir novos nichos de mercados e mais clientes que demandem seus produtos e sua forma de produção.

As dificuldades de comercialização apontadas pelo grupo dizem respeito à relação com os intermediários, canais de comercialização inadequados, não haver um ponto fixo para as vendas. Pois, como argumenta Wellen (2012, p. 239), este é um dos desafios enfrentados pelos empreendimentos de Economia Solidária; diz ainda que “como precisam produzir mercadorias e vendê-las, essas organizações estão submetidas às mesmas regras do mercado capitalista”.

Sendo assim, considera-se a participação em feiras fundamental para o crescimento do grupo e aumento de suas receitas, o que já é percebido e incentivado no CAVI, e que, para Pereira (2009, p. 42), é vislumbrado assim:

No que concerne à participação em eventos públicos e feiras: é recomendável que os grupos se disponham a participar de eventos públicos e ou feiras de comercialização como estágio do processo de aprendizagem, no que se refere à comercialização e *marketing* e de geração de receita.

Das 8 mulheres que participaram das entrevistas, 7 pretendem ampliar as atividades profissionais, melhorando a qualidade das peças, tornando-as cada vez mais bonitas para aumentar a renda. Para isto, elas necessitam de diversificar os moldes das peças e estabelecerem um ponto de venda fixo, pois se queixam de não terem onde vender.

Vínculos sociais gerados no CAVI

Este último item trata das questões que vão do número 45 a 48. Em relação à questão **45** – *Vocês possuem alguma convivência fora do ambiente de trabalho? Se sim, onde?*, seis responderam que sim, e apenas duas responderam que não. E, em relação a *onde* possuem convivência, as respostas estão descritas no Quadro 18, a seguir:

QUADRO 18: LUGAR DE CONVIVÊNCIA FORA DO CAVI

FLORES	LUGAR
BEM ME QUER	No bar da esquina e nas festas.
GARDÊNIA	Em casa, na rua, em qualquer lugar. Moram perto.
HORTÊNCIA	Na igreja.
AVNI	São todas vizinhas.
ÍRIS e GIRASSOL	Na rua.
SEMPRE VIVA e TULIPA	Só aqui.

Fonte: elaboração própria (2014).

Vê-se que, em todos os lugares, as associadas se encontram e conversam sobre os mais diversos assuntos,

inclusive sobre as atividades do CAVI, gerando maiores vínculos sociais e troca de vivências e experiências e de sociabilidade política, o que pode trazer maturidade para o grupo e crescimento pessoal.

Todas as recicladoras falam de forma positiva desse momento do encontro com o outro, da conversa, da reunião, pois como dizem Íris e Bem Me Quer, *conversar e trocar experiências, falar sobre tudo, os problemas e os filhos, o trabalho*. Já para Girassol, *esse é um momento de colocar o papo em dia*. Neste contexto, de liberdade de expressão, de silêncio ou mesmo de conflitos, Sen (2010, p. 48-49) diz que

A liberdade individual é essencialmente um produto social, e existe uma relação de mão dupla entre (1) as disposições sociais que visam expandir as liberdades individuais e (2) o uso de liberdades individuais não só para melhorar a vida de cada um, mas também para tornar as disposições sociais mais apropriadas e eficazes.

Desta forma, apreende-se que a liberdade individual afeta a vida do grupo, e vice-versa, tornando o indivíduo uma pessoa com princípios coletivos, o que se pode associar à vida das componentes do CAVI. É importante dizer que as recicladoras do CAVI tiveram condições subumanas de vida no passado ao viverem no antigo lixão, e nessa época os

programas sociais e de distribuição de renda não as atingiam, piorando a sua situação.

Sendo assim, Guérin (2005), em sua obra *As mulheres e a Economia Solidária*, diz que se admite a dimensão complexa e plural dos comportamentos, o caráter multidimensional da pobreza e o ideal normativo como uma liberdade real, isto é, a capacidade de escolher entre várias formas de vida, então não se pode admitir uma sociedade integralmente justa. Ou seja, a luta por uma sociedade mais justa, que é uma das prerrogativas da Economia Solidária, precisa ser considerada em seu sentido amplo e os ideais de justiça de seus membros, que podem perpassar liberdades individuais.

Comentando-se sobre a condição de agente e bem estar das mulheres, Sen (2010, p. 247) afirma que

A condição de agente ativa das mulheres não pode, de nenhum modo sério, desconsiderar a urgência de retificar muitas desigualdades que arruinam o bem estar das mulheres e as sujeitam a um tratamento desigual; assim, o papel da condição de agente tem de concentrar-se, em grande medida, também no bem estar feminino. Analogamente, vindo pelo lado oposto, qualquer tentativa prática de aumentar o bem estar feminino não pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança.

Tendo em vista os estudos de Sen, acredita-se que as desigualdades entre os gêneros ainda acontecem atualmente e que a melhoria desta condição depende dos esforços de homens e mulheres. Portanto, assim como Paulo Freire (2014a), vejo que “é na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados”. Assim, observei entre os as recicladoras do CAVI este sentimento de inacabamento latente, o que melhorou o aprendizado e a troca de novas experiências.

Com isto, em se tratando deste novo olhar sobre um empreendimento, as palavras de Gonçalves (2008, p. 281) podem ser adaptadas, onde este diz que “na investigação aberta ao novo, não se obtém êxito efetuando meramente deduções lógicas, prevalece nesses casos uma capacidade de saber lidar bem com as surpresas da observação”. Isto é, o novo permeou todo o CAVI, como uma experiência pioneira na junção da geração de renda e na emancipação dos atores sociais.

A troca de experiências no espaço da CAVI tem sido bastante ressaltada de forma positiva pelos conhecimentos adquiridos, a vivência da sociabilidade. Isso tem contribuído para o crescimento das recicladoras enquanto seres

humanos, mas observa-se também que o processo de emancipação dessas mulheres não é tão linear, ao contrário, é um caminho longo, com muitas dificuldades e gargalos, mas que vão sendo superados à medida que as mesmas passam a buscar, viver e refletir a Autogestão.

Este é um processo longo cheio de conflitos e tensões que fui percebendo nas falas, nos olhares, gestos das recicladoras, nas relações que estabelecem com os alunos e com a IUEES.

Para ser ter uma ideia dos conflitos de conhecimentos, destacamos uma das falas das recicladoras: *as alunas que testam o forno erram muito e perdem muitas peças, colocando muita produção a perder. Sendo assim, a líder se irrita e reclama de todo o trabalho.* É bom grifar que existe a líder do grupo, a qual possui um “jeito” arredo de tratar as pessoas; os primeiros contatos são sempre tensos, cheios de desconfianças, o que pude presenciar nas minhas primeiras visitas.

Notou-se que as recicladoras têm baixa autoestima, mas que estão em processo de amadurecimento psicológico, devido aos trabalhos da incubadora e dos cursos de formação e os treinamentos; além da falta do sentimento de pertencimento ao local, observado nas falas das

entrevistadas, que apenas reclamavam do bairro e de suas dificuldades.

Em conversas informais com os dois alunos responsáveis em gerir o grupo CAVI, obtive várias reflexões, como: inicialmente tiveram muitas dificuldades no CAVI, mas com o tempo as recicladoras começaram a se tornar receptivas, o que foi conseguido ao se mostrar algo prazeroso, como dinâmicas motivacionais, mas principalmente contribuindo no aumento das vendas e das finanças do CAVI. Em seguida, já não notavam que éramos indesejáveis, o que contribuiu para a confecção do plano de negócios feito pelas recicladoras.

Observou-se que as recicladoras do CAVI, por um lado, não aprendem o processo de produção e de gestão como deveriam, o que provoca, por outro lado, sentimentos de insatisfação na incubadora de que poderia estar incubando outros empreendimentos e se vê até certo ponto comprometida com aquele empreendimento que ainda precisa ser melhorado e até ajudado, enquanto não consegue emancipar de fato os seus atores sociais.

Os alunos bolsistas do CAVI falaram sobre a aplicação antes e depois de questionários no curso plano de negócios para avaliar o aprendizado, porém estes eram baseados no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

Empresas (SEBRAE), que é rechaçado pela Economia Solidária, já que este órgão segue padrões capitalistas. No entanto, observou-se aumento de conhecimentos. Depois do curso de plano de negócios, com revisão e interação, percebeu-se que elas absorveram e se motivaram. Elas já fazem as planilhas que aprenderam no curso de “Planilhas de Planejamento e controle de estoques (resíduos e artefatos)”.

Os alunos supracitados relataram ainda que antes existiam mais momentos de conflitos e tensões por poder no grupo, que as recicladoras não são independentes, se acomodam, acreditando que a incubagem será para sempre e que a universidade nunca tirará o apoio direcionado ao CAVI; além da descrença quanto ao crescimento do grupo. Os estudantes afirmaram ainda que as recicladoras se motivam, mas depois de um tempo se desmotivam, por não acreditarem em seu potencial. Têm uma visão que progresso é relacionada a ganhar dinheiro, porém valorizam o local da alfabetização, que é a associação, e não a escola tradicional, fazendo todas as atividades, não faltando às aulas, prestando atenção aos conhecimentos e ensinamentos da professora e participando das discussões em sala de aula, além de fazerem os trabalhos individuais e em grupo. Tais desmotivações afastam o caráter emancipador do CAVI.

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

As experiências das metodologias e práticas de ação coletiva utilizadas pela IUEES para a formação dos mais diversos atores sociais (IUEES e CAVI) surtiram efeito, mas de maneira retraída e aquém dos princípios da Economia Solidária, e, principalmente, da Autogestão, que é o objeto de nosso estudo.

Sendo assim, os treinamentos, os cursos, as formações e as reuniões usadas pela incubadora tinham grandes perspectivas de desenvolvimento, no entanto, os níveis de engajamentos dos atores sociais são diferenciados, pois estão em jogo os conhecimentos e saberes acumulados, os interesses individuais e coletivos. Contudo, percebe-se nas diversas ações e eventos realizados, a busca de se exercitar e atingir a Autogestão na IUEES. As reuniões, os encontros, os diálogos com CAVI são formas de vivência cotidiana da incubadora com os princípios da Economia Solidária.

Essas metodologias e práticas de formação foram utilizadas no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a Autogestão e a Economia Solidária para todos os atores sociais envolvidos nesse projeto, gerando, por isto, mais autonomia, democracia nas decisões e descentralização de

funções para uma formação mais adequada ao mundo solidário.

São muitos os desafios colocados nesse processo de formação, pois o individualismo ainda está presente em várias etapas do processo desenvolvido pela incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UFCG inclusive na individualização das apresentações dos alunos; na centralização de poder em alguns momentos nas mãos da coordenação da incubadora ou de alguns poucos alunos; na falta de vivência de fato dos princípios solidários que tornariam o trabalho e o ser o centro dessa economia, mas que sobremaneira pouco ocorre, já que o processo de emancipação possui apenas indícios de crescimento e de verdadeira autonomia desses atores sociais.

Portanto, cabe à IUEES implantar em seu planejamento formas alternativas de unir os atores sociais em prol de objetivos mais claros e de maior valorização social, para que assim se sintam empoderados dos instrumentos da Economia Solidária que podem trazer emancipação e maior qualidade de vida para todos. E, para isso, deve se pautar pelos princípios de Autogestão na prática, sendo utilizados para o planejamento e a gestão de todos os seus empreendimentos e na busca pela emancipação dos seus

atores sociais que necessitam de mais valorização do grupo e da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)



A Economia Solidária é uma alternativa viável e de opção ao capitalismo e ao neoliberalismo. Visa à construção social de uma realidade através de princípios autogestionários e democráticos. Ressalta-se ainda, que esta economia possui dificuldades de inserção como: a comercialização de seus produtos no mercado capitalista, a moeda nacional e não solidária, a falta de investimentos do governo, a falta de profissionalização e de capacitação dos atores sociais e a desvalorização social dos empreendimentos. Com a

implantação dessa economia em novos espaços, o ser humano passaria a ter a possibilidade de se tornar humanizado, emancipado, com maior bem estar individual e coletivo através deste novo modo de viver, que traz em seu cerne a luta pelo desenvolvimento humano e social.

As análises feitas neste trabalho possuíram o objetivo geral de verificar a apropriação e a vivência da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande em transpassar, para si e para um empreendimento solidário incubado, o princípio da Autogestão, utilizando como campo empírico: a IUEES/UFCG e o empreendimento Centro de Arte em Vidro.

Admitindo-se as reais limitações de um pesquisador, verificou-se – pós considerações, resultados e reflexões na pesquisa bibliográfica, documental e de campo – pouca correlação entre a teoria e a prática da Autogestão na Incubadora da referida universidade, que prega *a priori* todos os princípios da Economia Solidária, mas que, na prática, obtém poucos resultados na implementação destes princípios e na emancipação dos atores sociais.

O objetivo central desta tese foi analisar as metodologias e práticas de ação desenvolvidas pela IUEES/UFCG para compreender o processo de formação dos seus atores sociais no princípio da Autogestão, o que se

verificou através de leituras, documentos, reuniões, formações, projetos, visitas, encontros, conversas informais, entrevistas semiestruturadas, observações, dentre outros recursos, que trouxeram resultados objetivos e subjetivos para a pesquisa, buscando ainda contemplar os objetivos específicos da tese, mas que teve como resultados pouca Autogestão no empreendimento CAVI e na IUEES, demonstrando desconexões entre a teoria e a prática autogestionária.

Explicitando melhor o alcance dos objetivos específicos revisitados do trabalho, tem-se: no primeiro objetivo, pôde-se verificar que a gestão da Incubadora Universitária da UFCG possui uma gestão com indícios de fatores econômicos e sociais, através da apropriação do princípio da Autogestão em suas práticas e ações coletivas. Em outras palavras, a IUEES possui indícios de gestão econômica, quando tem resultados a obter, certa exploração do trabalho e fiscalização constante dos seus membros; no entanto, a sua gestão social pode ser observada na descentralização de decisões; nas reuniões feitas em círculos; no diálogo aberto e claro estabelecido pela coordenadora; no respeito às falas de todos, nos encontros, treinamentos e reuniões; na democratização dos resultados – via reuniões,

banners, facebook da incubadora, relatórios – e na busca do bem coletivo pela maioria dos membros.

O segundo objetivo específico tratou de identificar a apropriação do princípio da Autogestão pelo empreendimento econômico solidário CAVI da IUEES/UFCG, a partir de suas práticas e ações. Assim, conseguiu-se observar que o empreendimento e o projeto supracitado não possuem a propaganda emancipação dos atores sociais, mas que, em apenas poucos momentos, há indícios desta emancipação, como na fala das reuniões, no aumento da renda das recicladoras e na troca de experiências e aprendizados entre todas as mulheres que teriam agora um trabalho e a dignidade de volta, além do respeito social, já que executam uma atividade que tem certo reconhecimento da sociedade, baseada na reciclagem e na sustentabilidade, mas que ainda possui bastante preconceito social.

Em relação ao terceiro objetivo específico, verificaram-se algumas mudanças de vida do grupo CAVI depois do trabalho da incubadora, onde foram obtidos como resultados: poucas mudanças sociais, econômicas e culturais, apenas sendo notada a alfabetização de parte das recicladoras; o pouco crescimento da renda através do trabalho e posterior venda dos produtos, já que muitas peças demoram a ser vendidas, devido à falta de estratégias de *marketing* e de

lugar específico para a venda; o aumento dos cursos ofertados (plano de negócios, técnicas de vendas e controle de estoque); pouca geração de vínculos sociais com o grupo da incubadora, apenas tendo o CAVI laços mais estreitos entre as associadas, com os alunos responsáveis pelo grupo e com a coordenação da IUEES.

O quarto objetivo específico descreveu os possíveis vínculos sociais gerados com o trabalho da IUEES/UFCG para perceber os aprendizados sociopolíticos dos atores sociais. Assim, observou-se que as recicladoras possuem um dia a dia com poucas diferenças de vida e de atividades, já que a maioria é dona de casa, tem filhos e possui obrigações cotidianas parecidas. Neste sentido, os vínculos sociais são fortalecidos nos encontros da associação, principalmente nos momentos em que todas participam de formações, treinamentos, reuniões e na confecção das peças, já que passam a entender mais umas às outras e conversam sobre diversos temas da vida (como os afazeres do lar, a política, os filhos) até o trabalho em equipe.

A nosso ver, a hipótese central deste estudo – de que a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG possui uma gestão social, seguindo os princípios e valores da Autogestão na incubação do empreendimento CAVI, e para isso utiliza de suas

metodologias e práticas de ação na formação de seus atores sociais na Economia Solidária – não foi demonstrada em sua integralidade, já que a Autogestão e a gestão social são processos permanentes, e cada ator social tem um percurso de formação diferente, mas com determinada proximidade em suas práticas diárias, o que não caminha para uma gestão social, mas apenas momentos e processos desta gestão. Na verdade, existem de fato poucos indícios de aproximação, apropriação e vivência da gestão social pelos atores sociais da IUEES e do CAVI, não provocando a emancipação dos sujeitos, que continuam sendo submetidos a certa exploração do trabalho, têm baixa auto estima e permanecem imbuídos de processos individualistas – e muitas vezes não democráticos – dentro da incubadora e no empreendimento CAVI. No entanto, vale enfatizar que alguns atores sociais são mais independentes e críticos socialmente que outros, estando em processos diferenciados de crescimento pessoal e profissional, mas que na prática pouco exercem uma gestão social em seu empreendimento ou mesmo na IUEES.

Com a contextualização da Economia Solidária, sua origem, experiências, concepções e perspectivas, percebeu-se o longo caminho percorrido por esta economia até os dias atuais, com dinâmicas sociais e econômicas do trabalho diferentes. Porém, com algumas transformações positivas

como o aumento da qualidade de vida e do trabalho para muitas associações e cooperativas de Economia Solidária, diminuição das desigualdades sociais e de gênero, crescimento da autoestima, tornando-se uma alternativa para o desenvolvimento humano, mas que, no caso do campo empírico deste estudo em questão, precisa abarcar mais estas transformações, tornando-as visíveis, de forma que contemplem a todos de forma indiscriminada.

É salutar demonstrar os vários órgãos que fomentam/fomentaram a Economia Solidária, como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), Cáritas, Universidades e Incubadoras, Ministério do Trabalho, e até mesmo a Igreja. Vale salientar o grande crescimento desta economia no Nordeste, que alcançou o patamar de 9.498 empreendimentos econômicos solidários em 2007, correspondendo a 43,5% do total de negócios, demonstrando que esta economia tem muito a crescer e que pode alcançar novos mercados e grupos sociais antes excluídos, além de que é um projeto de cunho material, social e humano.

Como centro da Economia Solidária, a Autogestão possui como princípios gerais: o poder de voto e de decisão, a descentralização das decisões, a liberdade do trabalho e a valorização do trabalhador em sua integralidade, buscando

sua emancipação e autonomia, enquanto ator social que transforma mentalidades e realidades. Observou-se, como pontos positivos dos empreendimentos que aplicam a Autogestão: a diminuição da rotatividade dos trabalhadores, a conservação da experiência profissional e a identificação de prejuízos e desperdícios pelos trabalhadores que labutam nos empreendimentos. Já os pontos negativos identificados foram: a autoridade dos dirigentes é reduzida, a Autogestão aumenta o ambiente de incerteza, os estímulos na Autogestão não são claros e os dirigentes perdem o total controle no processo produtivo, o que provoca inconsistências e medo de gerir o empreendimento.

Os empreendimentos solidários podem ter dificuldades e incapacidade de solucionar problemas técnicos, o que provoca instabilidade e gastos extras nos negócios, pois todos os associados são capazes de aprender administração e noções de vendas, finanças e *marketing* e nem sempre precisam contratar profissionais destas áreas. Existem ainda nestes empreendimentos as idas e vindas da gestão na Autogestão, pois este processo demanda muitas habilidades e o gerenciamento de vários contratempos, o que nem sempre é alcançado por todos, além de que há muitas debilidades e fragilidades em qualquer processo social, incluindo, neste patamar, exemplo de ações e práticas da IUEES e do CAVI.

A respeito da gestão econômica e da gestão social, foi visto que a IUEES possui uma gestão com estes dois pilares econômicos e sociais bem divididos, pois mesmo não obtendo lucro, possui características ainda capitalistas, como a exploração do trabalho de forma camuflada – que ainda persiste até certo ponto no CAVI – o excessivo controle sobre os membros da IUEES e de suas funções pelos demais participantes da incubadora, a complexa autoridade em determinadas decisões da coordenação e de alguns membros da IUEES, o mero preenchimento contábil, administrativo e financeiro de documentos, sem a devida análise crítica e analítica nos empreendimentos e projetos.

Já a gestão social da IUEES pôde ser identificada quando se busca valorizar a opinião dos alunos, pesquisadores, técnicos e professores nas suas reuniões, quando abre espaços de debate e diálogos, quando são realizados treinamentos, cursos e formações, na democratização dos dados e informações, visando melhorar a importante extensão universitária multidisciplinar aplicada pela incubadora.

Neste contexto, as incubadoras universitárias solidárias como a IUEES possuem um importante papel na incubagem dos empreendimentos de Economia Solidária, mesmo considerando os seus entraves e desafios técnicos e

humanos, mas que em nada tira o crédito e a valorização do trabalho destes órgãos que apóiam um novo olhar sobre a economia.

É importante enfatizar que existe a falta de apropriação e vivência total dos membros da IUEES e do CAVI no princípio da Autogestão, pois, caso fosse apropriada, ter-se-ia a sua emancipação alcançada; o que não foi observado, já que não só a IUEES, mas também o CAVI necessitam de mais processos, cursos, treinamentos e formação para o alcance da real Autogestão. Porém, o que existe/existiu foram indícios ou busca pela Autogestão e sua emancipação, mas na prática pouco se obteve.

Depreende-se ainda desse enfoque que os docentes, pesquisadores, e professores da IUEES possuem uma valorosa função social, pregando a solidariedade e a Autogestão em seus empreendimentos e projetos, mas as metodologias e práticas de ação coletiva (reuniões, treinamentos, formações, cursos, palestras, etc.) empregadas na formação dos atores sociais que compõem a IUEES precisam ter mais foco, seriedade nos prazos e demandas solicitadas e mais Autogestão, para que se apropriem e vivenciem tais práticas e metodologias de ação coletiva, conseguindo sua emancipação.

O grupo CAVI possui um movimento de luta em busca se sua emancipação, mas com poucos resultados. Todavia, para as recicladoras, podem ser grifados como resultados positivos: o processo de alfabetização, a quantidade de cursos feitos, a renda extra com a vendas das peças em feiras e eventos e a pouca elevação da autoestima das recicladoras, enquanto mulheres donas de casa e com filhos, antes moradoras do lixão, mas que agora trabalham, têm renda, identidade e tentam se emancipar de fato.

De forma ampliada, entendeu-se que: a participação dos alunos nos processos, cursos, e extensões ocorria apenas em determinados momentos; as reuniões e seus *feedbacks* possuíam um caráter mais punitivo do que explicativo; nas visitas ao CAVI, ficou clara a baixa autoestima das recicladoras; havia um breve planejamento da IUEES, observado a partir da simplicidade das atas e das poucas reuniões, que geralmente eram mensais; alguns alunos estavam despreparados e pouco se expunham nas reuniões; houve poucas mudanças de vida nos aspectos sociais, econômicos e culturais das recicladoras do CAVI; os relatórios confeccionados pelos alunos da IUEES necessitavam de mais técnica e planejamento; todos os atores sociais da Incubadora alcançavam uma ínfima emancipação, pois a falta de apropriação e de vivência do princípio da Autogestão era

notória; havia pouca discussão e mais uso do *facebook* pela IUESS, e que, por isto, o *habitus* tão propagado por Bourdieu não se modificava, pois é necessária a mudança de mentalidade para que os hábitos se transformem e uma nova cultura, como explicitada por Laraia, passe a existir, e que, com isto, se tenha o *habitus* e a cultura da verdadeira Autogestão apropriados pelos atores sociais.

Verificou-se a valorização do capital social e cultural nos movimentos de Economia Solidária; e, não poderíamos deixar de incluir, o valor do capital social e cultural da IUEES e do CAVI, pois os movimentos de Economia Solidária carregam em si próprios esta valorização inata. Neste sentido, cabe mencionar ainda que a atuação da IUEES, a partir do projeto de extensão CAVI, tem contribuído para a potencialização do capital social e cultural desses projetos e para o crescimento humano e profissional dos atores sociais e de seus empreendimentos solidários incubados.

Como sugestões para a apropriação e vivência da Autogestão na IUEES e no CAVI, têm-se: 1. Que a sustentabilidade poderia vir através do convencimento da comunidade em prol da Economia Solidária; 2. Que é fundamental que o CAVI saiba que o apoio da incubadora pode acabar um dia; 3. Deve haver melhor gerenciamento e planejamento dos cursos, reuniões e palestras, que devem ter

maior tempo para debates, críticas e diálogos construtivos; 3. Poderia se trabalhar a Economia Solidária e a reciclagem com as crianças do bairro Mutirão; 4. Que a construção de uma nova sociedade pode ocorrer através de práticas solidárias e autogestionárias como as da IUEES, mas que precisam ser mais divulgadas; 5. Que a comunidade ocupa diversos papéis igualmente importantes e por isto deve ser valorizada; 6. Que a troca e a geração de conhecimento pode aumentar com maior interação social dos sujeitos; 7. Que deve haver a busca por mais parceiros de trabalho.

É bom deixar claro que as experiências e vivências dos atores sociais em estudo denotam pontos de amadurecimento, capacidade de diálogo, percepção sobre solidariedade, igualdade, democracia, cooperação, busca pela Autogestão, os quais nortearam os caminhos desta pesquisa, ao invés de apenas dados estatísticos ou regras pré-estabelecidas, priorizando-se a qualidade das informações, mas que precisam passar por constantes treinamentos, formações e reflexões para que se alcance a Autogestão e a emancipação de seus atores, pois até o presente momento se está bem distante deste patamar almejado.

Nesta perspectiva, durante as pesquisas documentais e de campo, verificou-se a existência da flexibilidade das etapas metodológicas dos projetos da IUEES/UFCG,

adaptando-se, quando necessário, às especificidades da própria incubadora de empreendimentos econômicos solidários da Universidade Federal de Campina Grande e do Centro de Arte em Vidro, o que se torna o seu maior desafio, a constante adaptação metodológica, visando alcançar seus objetivos de geração de trabalho e renda, diminuição da exploração do trabalhador, valorização da pessoa e inclusão social dos seus atores.

Os questionamentos acima sugerem novas investigações que possam contribuir para o engrandecimento da ciência, com ênfase para a Autogestão e a Economia Solidária como alternativa viável para a sociedade e para a formação de atores sociais imbuídos de princípios solidários e democráticos, capazes de lutar por melhor qualidade de vida e por justiça social através da educação, da igualdade de condições e da valorização humana. E que só através de alternativas que valorizem a sustentabilidade, a educação e o ser humano como o centro do sistema se conseguirá uma sociedade mais justa e com valores que representem as transformações sociais, políticas e econômicas para que tenhamos atores livres do sistema capitalista e de suas amarras, tornando-se de fato e de direito, emancipados.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária:** mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria geral da administração.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- ANTEAG. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. **Autogestão e Economia Solidária:** uma metodologia participativa. Com a colaboração de Antonio Bresolin, Cátia Costa, Darkei da Silva, Wagner Gonçalves e outros. 2º vol. São Paulo: Anteag, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed., São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. Reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARAÚJO, Isabel da Silva. **Solidariedade e autogestão:** o caso da cooperativa Cacema – cooperativa de artesanato, confecções de vestuários afins, eventos e prestação de serviços das Malvinas Ltda. Monografia de graduação em Economia. Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB, set de 2006.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá & SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária:** a alavanca para um

desenvolvimento sustentável. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006 (Coleção Brasil Urgente).

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005-2007. Organização Nacional dos trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Ciências sociais – passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BATISTA, Roberto Leme. **A reestruturação produtiva e a nova ideologia da educação profissional: adaptação e competências**. In: Trabalho, educação e social: as contradições do capital no século XXI. Organizadores: Eraldo Leme Batista e Henrique Novaes. Bauru, SP: Canal 6, 2011.

BARBOSA, Rosângela Nai de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BÉLAND, Claude. **Por uma Economia Solidária**. Tradução Constância Maria Igrejas Morel. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BENINI, Elcio Gustavo; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo. **Desemprego e Economia Solidária**: repensando a autogestão. Seget – Simpósio de excelência em gestão tecnológica. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2008.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Coleção Estudos).

_____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Le Capital Social: Notes Provisores.** In: *Actes de La Recherche em sciences Sociales*, nº31, jan.1980.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1974. 361 p.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro setor: gestão e controle social.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução de Roneide Venâncio Mayer; atualização para 6ª ed: Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **O poder da identidade.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COLEMAN, James. **Social Capital in the creation of human Capital.** American Journal of Sociology, Vol, 94, 1988.

COMERFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: Mariza Peirano. (Org.). **O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. P. 149-168.

CONFERÊNCIA TERRITORIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA REUNE MAIS DE 20 MUNICÍPIOS. Disponível em: <www.fbes.org.br>. Acesso em: 01/05/2014.

CONFERÊNCIA TERRITORIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <www.paraiba.gov.br>. Acesso em: 01/05/2014.

CORAGGIO, José Luís. **Política social y economia del trabajo**. Zinacantepec. Estado de México, El Colegio Mexiquense. 2003.

CRUZ, Antônio C. Martins da. **O mar e a terra da Economia Solidária**. In: XXIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC. Realizado de 11 a 14 de dezembro. Salvador/Bahia. 2001.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária**: Incubadoras Universitárias e processo educativo. Revista PROPOSTA, Publicação da FASE. Jan/Fev – 2007, ano 31, nº 111.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Capital social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DAGNINO, Renato. Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. Vol 1. BENINI, Édi A; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato. (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2011.

DAGNINO, Renato & FONSECA, Rodrigo. **Economia Solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia**: uma definição de papéis (artigo científico). I Encontro do Fórum e Rede de Empreendedores as da economia popular e solidária do Sul do Pará. Xinguará, 2007.

DONIZETE, Alécio; TENDERINI, Helena; BENZAQUEN, Júlia. Formação de educadores/ as sociais no Recife: Economia Solidária como horizonte da prática educativa. In: **Educação popular e movimentos sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. Organizado por Edineide Jezine, Maria do Socorro Xavier Batista e Orlandil de Lima Moreira. João Pessoa: UFPB, 2008.

DORNELAS, José. **Plano de negócios**: exemplos práticos. 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2013.

EID, Farid. Análise sobre processo de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de Economia Solidária. In: **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 1. ed. Aparecida – São Paulo: Idéias & Letras, 2004. v. 1 p. 167-188.

ESTATUTO DA REDE DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCP). 1998.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa e Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis. Setembro de 2005.

FERREIRA, Nildete Maria da. **Cooperativismo sob a ótica da Economia Solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar**. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Natal – RN, 2010.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 48 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Educação e mudança**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

_____. **Extensão ou comunicação?** 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **A pedagogia do oprimido**. 48 Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo & MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRETEL, Afonso Cotera; SIMONCELLI-BOURQUE, Eloíse. **O comércio justo e o consumo ético**. Rio de Janeiro: DP& A: Fase, 2003.

_____. (org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAULEJAC, Vincent De. O sujeito face à sua história: a démarche "romance familiar e trajetória social". In: **Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas**. Organizadores: Norma Missae Takeuti & Christophe Niewiadomski. Porto Alegre - RS: Sulina, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOERCK, Caroline. **Economia popular solidária: processo de trabalho**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Posfácio: uma reinvenção dos saberes imemoriais nos contos de investigação criminal. In: **Educação popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada**. Organizado por Edineide Jezine, Maria do Socorro Xavier Batista e Orlandil de Lima Moreira. João Pessoa: UFPB, 2008.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

GUERRA, Ana Carolina. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. Dissertação (Mestrado). Lavras: UFLA, 2008.

GUERRA, Ana Carolina; OLIVEIRA, Benedito A. Martins de; TOLEDO, Dimitri A. da Cunha. **Economia Solidária como prática de extensão universitária: a contribuição das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. In: II Congresso da Rede de ITCPs. São Paulo, 2008. Disponível em: <www.metodista.br/gestaodecidades/agenda/ii-congresso-da-rede-de-incubadora-tecnologica-de-cooperativas-populares>. Acesso em: 01/10/2010.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 11 edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

IBGE. PIB Per Capita 2009 de Campina Grande 10.147,27. IBGE Censo, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/8014/5856>>. Acesso em: 18-09-2014.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (org.). Universidade de São Paulo. **A gestão da autogestão na Economia Solidária**. São Paulo: ITCP-USP, 2007.

INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCG. Disponível em: <www.iuees.ufcg.edu.br>. Acesso em: 10/09/2013.

JANUZZI, Paulo M. ; ANTICO, Cláudia. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. Ed. Campinas, SP: Alínea, 2006.

JEZINE, Edineide. Formação de educadores e flexibilização curricular na universidade: a educação contextualizada uma alternativa para o semiárido paraibano. In: **Educação popular e movimentos sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. Organizado por Edineide Jezine, Maria do Socorro Xavier Batista e Orlandil de Lima Moreira. João Pessoa: UFPB, 2008.

JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; MOREIRA, Orlandil de Lima. Os desafios dos movimentos sociais no contexto da sociedade globalizada. In: **Educação popular e movimentos sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. Organizado por Edineide Jezine, Maria do Socorro Xavier Batista e Orlandil de Lima Moreira. João Pessoa: UFPB, 2008.

JUSTINO, Maria José (org.). **Incubadora tecnológica de cooperativas populares**: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

KONDER, Leandro. **As idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995 (Coleção polêmica).

LACOMBE, Francisco. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LARANJEIRA, Sonia M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002. p.123-127.

LEITE, Marcia de Paula. **A Economia Solidária e o trabalho associativo**: teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 24. Nº 69. Fevereiro/2009.

LIBÂNEO, Maria Lucia Leonardi. **A sociedade global e a questão ecológica**. Revista São Paulo em Perspectiva. (7) 2: 80-89, abril/junho, 1993. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 28/04/2014.

LIMA, Fernanda Gozzi Pereira Lima & SECONI, Fernando Penhalbel. **A Economia Solidária no contexto das transformações no mundo do trabalho ao longo da história**. Universidade Estadual de Maringá – PR. 2010. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf2.pdf>>. Acesso em 10/09/2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Heloisa Helena T, de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, maio/agosto de 2004. p. 289-300.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Volume 1. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1974.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE - Brasil). Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília, 2005.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello & FISCH, Sílvio. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: A proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2002. - (Coleção Economia).

POLANYI, Karl. A grande Transformação: as origens de nossa época. Resenha. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 360 p.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento. **Trabalho em rede**: sistematização de experiências. Aracaju – SE: Sociedade Semear, 2013.

OLIVEIRA, Leonardo Coelho de. **Economia Solidária**: uma abordagem exploratória. Projeto de pesquisa apresentado ao Sistema de Bolsas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como parte do Programa de Educação Tutorial. Belo Horizonte. 2006. Disponível em: <www.face.ufmg.br>. Acesso em: 10/07/2010.

PEREIRA, Murilo Carneiro. **Economia Solidária**. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

RAMPASO, Renata Favero. **Entendendo o Terceiro Setor**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2010.

RAZETO, Luiz Migliaro. ***Economia popular de solidaridad: identidad y proyecto en una visión integradora***. Santiago/Chile: Area Pastoral Social da Conferência Episcopal de Chile, 1986.

REGIMENTO INTERNO DA INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande/PB. Setembro, 2010.

RODRIGUES, Francisco Luiz & CAVINATTO, Vilma Maria. **Lixo: de onde vem? para onde vai?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção desafios).

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi (org.). **Solidariedade: a rede como mecanismo de interação social**. São Paulo: L.R.C. Sampaio, 2005.

SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. **Sociologia do trabalho**. Ciências sociais – passo a passo 39. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Organizado por Boaventura de Sousa Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SALLES SANTOS, Aline Sueli de. Economia Solidária: formas jurídicas e licitações públicas. In: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. BENINI, Édi A; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato. (orgs.). Vol 2. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SARDÁ, Maurício; NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e**

políticas públicas de Economia Solidária. BENINI, Édi A; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato. (orgs.). Vol. 2. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

SCHUTZ, Rosalvo; RATTNER, Henrique; DOWBOR, Ladislau; et al. **Desafios da Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (*Le Monde Diplomatique* Brasil; 4).

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Gestão coletiva, resultados compartilhados**. Cartilha do Ministério do trabalho e emprego. 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Ivanilde Ramos da; GUIMARÃES, João Rafael Lins; SILVA, Emília Margareth de Melo. **Coleta seletiva**- aspectos conceituais e práticos. Natal/RN: Solução Gráfica, 2010. 84p.

SILVA, Náíara Tavares & WEBERLING, Susana Iglesias. **Políticas públicas de Economia Solidária em Nova Iguaçu e municípios vizinhos**. São Paulo: 2007.

SILVA FILHO, Carlos Roberto Vieira & SOLER, Fabricio Dorado. **Gestão de resíduos sólidos**: o que a lei diz. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia).

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, André Ricardo de. **Os laços entre igreja, governo e Economia Solidária**. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2013. 237 p.

SOUZA, Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneka (orgs). **Um outra economia acontece: Paul Singer e a Economia Solidária**. São Paulo: contexto, 2003.

SOUZA, Dilenio Dustan Lucas de. **Movimentos sociais, ONGs & Educação**: um estudo de caso. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

SOUZA & SILVA, Rodrigo de. **Transformações do mundo do trabalho, desemprego e seus impactos na organização dos trabalhadores brasileiros**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro. Novembro de 2008.

TELLARONI, Taís Marina; ALBINO, João Pedro. **Da sociedade da informação às novas tic's**: questões sobre internet, jornalismo e comunicação de massa. 2007. Disponível em: www4.faac.unesp.br. Acesso em: 28/04/2014.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (coord.). **Gestão social**: metodologia e casos. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. Texto apresentado em mesa redonda no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa/PB. 2002.

TRIVINÓS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa e educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLE SILVA, Gilda Olindo do. **Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu**. Tese. INFORMARE – Cadernos do programa de pós-graduação em ciência da informação. ECO/UFRJ. IBICT/CNPQ. V. 1, n. 2, p. 24-36, jul/dez. 1995. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 05/05/2014.

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador.** Residente do programa comunicarte de residência social 2005/2006. Disponível em: <[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos e textos/Comportamento organizacional/empowerment por paulo freire.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf)[http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos e textos/Comportamento organizacional/empowerment por paulo freire.pdf](http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf)>. Acesso em: 30/05/2014.

VERAGO, Josiane Lombardi. **Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina.** Sumaré: Edições CEMOP, 2011.

VIEIRA, Antonieta do Lago. **Breve reflexão sobre a construção de cooperativas populares e solidárias.** 2005.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular: metamorfoses e veredas.** São Paulo: Cortez, 2010.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “Economia Solidária”.** 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

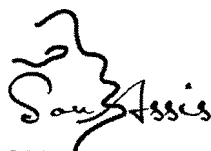
SITES CONSULTADOS:

Disponível em: <www.wikimapia.org>. Acesso em: 08.08.2014.

Disponível em: <www15.bb.com.br/site/fz/mapa/DocPrefeitos.htm>. Acesso em: 24/09/2014.

Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/tcacontasanuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm>>. Acesso em: 24/09/2014.

Esta obra foi editada no atelier do **Instituto Sou Assis**,
a pedido do autor, com aprovação do Conselho Editorial.



Série
Teses - 1

2019008 | LS - PD

Publicação sem fins lucrativos



Sapé | Paraíba | Brasil